

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM
PROJETOS DO PRONAF - PLANALTINA-DF**

Aurélio Souza da Cruz

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Laura Maria Goulart Duarte

Brasília, 16 de janeiro de 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM
PROJETOS DO PRONAF – PLANALTINA-DF**

Aurélio Souza da Cruz

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção Profissionalizante.

Aprovado por:

Laura Maria Goulart Duarte, Doutora (CDS/UnB)
(Orientadora)

Magda Eva Soares de Faria Wehrmann, Doutora (CDS/UnB)
(Examinadora Interna)

João Luiz Homem de Carvalho, Doutor (CEAM/UnB)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 16 de janeiro de 2007

CRUZ, AURÉLIO SOUZA DA

Dimensões do desenvolvimento sustentável em projetos do PRONAF – Planaltina-DF / Aurélio Souza da Cruz. Brasília, 117f., 2007.

Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília.

- | | |
|---|------------------------------|
| 1. Desenvolvimento sustentável | 2. Agricultura familiar |
| 3. Dimensões do desenvolvimento sustentável | 4. PRONAF |
| 5. Cootaquara | 6. Assentamento Sítio Novo-1 |
| 7. Planaltina / DF | |

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a sua autorização por escrito.

AURÉLIO SOUZA DA CRUZ

DEDICATÓRIA

*Dedico esta dissertação a Deus
pela vida e pelas oportunidades.*

*A meus pais, pelos alicerces de
minha formação pessoal.*

*A minha esposa, constante apoiadora e
incentivadora de meu aperfeiçoamento.*

*A Maria Clara, minha filhinha
que vem reluzir este momento
com seu nascimento.*

AGRADECIMENTOS

Houve momentos que me assustei com os desafios para elaboração deste trabalho. Temi desonrar meu compromisso de concluir esta dissertação, mas felizmente consegui. Graças a Deus e aos anjos que Ele enviou a mim em momentos cruciais nos quais, não raro, eu me encontrava em dificuldades. Registro aqui meu agradecimento a todos esses que de alguma forma me auxiliaram, em especial:

À minha esposa, pela persistência em animar-me a achar forças para reencontrar os “trilhos” quando tudo parecia descarrilhar, e, também, por sua compreensão com meu afastamento, que tirou-nos preciosos momentos, para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

À meus pais, toda família e amigos pela corrente de apoio e de orações.

À minha sogrinha e ao meu sogrão dos quais usufruí, talvez em demasia, de suas disposição e generosidade em auxiliar-me.

À Iara Altafin, pelos incentivos desde a graduação, semeadora do interesse que hoje tenho pela equidade do desenvolvimento rural. Mas, principalmente, pelo importante apoio na elaboração do projeto de dissertação, um dos elementos que me abriu as portas do CDS na UnB.

Ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB pela oportunidade e conhecimentos disponibilizados para a elaboração e defesa desta dissertação de mestrado. Sou grato a todos, professores, colegas e funcionários, em especial ao Antônio, sempre prestativo na secretaria do CDS.

À Laura Duarte, minha orientadora no mestrado, pelas preciosas críticas que valorizaram meu esforço e enriqueceram este trabalho.

Ao Arilson Favareto pelas contribuições à elaboração da problemática proposta neste trabalho.

Aos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 e da Cootaquara pela paciência de me receberem em seus lares, de dia ou à noite, contribuindo neste trabalho por meio das entrevistas concedidas.

À Magda Wehrmann e ao João Luiz Homem de Carvalho, por prontamente aceitarem participar de minha banca, em pleno janeiro, mês de férias, oportunizando-me valiosas contribuições que foram muito úteis para melhorar o alcance dos resultados deste trabalho.

À Maria Socorro Normanha e ao Márcio Maia de Castro do MDA (SDT) pelas contribuições, sugestões de leituras e longas e importantes conversas.

À EMATER/DF pela presteza, em especial ao Carlos Antônio Banci e ao Sebastião Márcio Lopes, bem como aos empregados dos escritórios locais de Planaltina, Taquara, Pípiripau e Rio Preto, e, também, ao ex-empregado Guilherme Tollstadius Leal pela sua generosa contribuição.

À atenção e disponibilidade de Leonice Wagner, a Nice, presidenta do CDR de Planaltina/DF, que mesmo com sua agenda constantemente cheia, sempre achava uma forma de atender-me.

Aos funcionários da SEAPA/DF, pelas conversas, recomendações e incentivos, em especial o Jorge, a Ana Amélia e o Shigueo.

Por fim, e extremamente importante, agradeço o apoio da Caixa Econômica Federal, em especial àquele que recebi de Antônio Carlos e Rute. Também sou grato a João Filon, Willian, André e Lallamand, pela paciência com minhas indagações sem fim, e da mesma forma, aos demais colegas que intensificaram esforços para evitar que minha dedicação ao mestrado implicasse em queda da qualidade do trabalho da equipe.

“... Onde está a vida que perdemos vivendo? Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento? Onde está o conhecimento que perdemos na informação?...”

Thomas Stearns Eliot (1888-1965): *The Rock* (1934)

“A lição sabemos de cor, só nos resta aprender...”

Beto Guedes (1951): *Sol de Primavera* (1980)

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de caso de dois projetos que receberam recursos da linha de infra-estrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os projetos estão situados na Região Administrativa de Planaltina, no Distrito Federal, Brasil. Nos anos de 1999 e 2000 ocorreu a destinação de recursos do PRONAF para tais projetos serem executados, respectivamente, no Assentamento Sítio Novo-1 e na Cooperativa dos Produtores de Hortaliças de Planaltina (Cootaquara). O estudo de caso tem como objeto de pesquisa a opinião dos agricultores familiares sobre os benefícios trazidos pela aplicação dos recursos do Pronaf nesses dois projetos. O objetivo deste trabalho é analisar, a partir do ponto de vista dos agricultores familiares beneficiados, a influência das ações executadas por tais projetos nas dimensões do desenvolvimento sustentável. Foram abordadas no trabalho as seguintes dimensões consideradas relevantes para o avanço do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, política, econômica e territorial. A partir do que estudiosos consideram acerca de tais dimensões, montou-se um roteiro de entrevistas semi-estruturadas com os agricultores familiares. Observou-se que o recurso do PRONAF teve importância diferenciada entre as duas situações estudadas. Na análise observou-se a importância da organização dos agricultores familiares para promover um melhor desempenho da utilização do recurso público provindo do PRONAF.

Palavras chave: Desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, dimensões do desenvolvimento sustentável, PRONAF, Sítio Novo-1, Cootaquara, Planaltina/DF

ABSTRACT

This work presents a case study of two projects that had received resources from the infrastructure line of the National Program of Family Agriculture Strengthening - PRONAF . The projects are situated in the Administrative Region of Planaltina, in the Federal District, Brazil. In the years of 1999 and 2000 occurred the destination of PRONAF's resources to these projects to be executed, respectively, in rural land settlement Sítio Novo-1 and the Cooperative of the Producers of Vegetables of Planaltina (Cootaquara). This case study has as research object the opinion of the familiar farmers on the benefits brought for the application of Pronaf's resources in both projects. The objective of this work is to analyze, from the point of view of the benefited familiar farmers, the influence of the actions executed for such projects on the dimensions of the sustainable development. It had been boarded in this work the following dimensions considered important for the advance of the sustainable development: social, environmental, political, economic and territorial. From what studios consider about such dimensions, a script of interviews with the familiar farmers was made. It was observed that PRONAF's resources were important for the two studied situations, but in different way. In the analysis it was observed the importance of the familiar farmers organization to promote a better performance of the utilization of PRONAF's resources.

Key words: Sustainable development, family agriculture, dimensions of sustainable development, PRONAF, Sítio Novo-1, Cootaquara, Planaltina/DF.

Sumário

Lista de Quadros	xii
Lista de Figuras	xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas	xvi
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	25
1.1 A DIMENSÃO SOCIAL	28
1.2 A DIMENSÃO AMBIENTAL	31
1.3 A DIMENSÃO POLÍTICA.....	35
1.4 A DIMENSÃO ECONÔMICA	37
1.5 A DIMENSÃO TERRITORIAL.....	40
CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DEMOCRÁTICO, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	43
2.1 A DESCENTRALIZAÇÃO E OS CONSELHOS DEMOCRÁTICOS GESTORES	43
2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR.....	45
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF E PRONAT	53
CAPÍTULO 3 - DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PRONAF-INFRA – ESTUDO DE CASO EM DOIS PROJETOS EM PLANALTINA - DF	64
3.1 CONTEXTO DA PESQUISA - HISTÓRICO, POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO.....	64
3.2 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	71
3.2.1 Assentamento Sítio Novo-1.....	71
3.2.2 Cootaquara.....	83

3.3 DISCUSSÃO.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
BIBLIOGRAFIA.....	108
ANEXOS	114
ANEXO 1 – PLANILHAS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO ESTUDO DE CASO	114
ANEXO 2 – DADOS SOBRE O ENTREVISTADO E PERGUNTAS FINAIS	115
ANEXO 3 – MATRIZ PARA SELEÇÃO DO INDEXADOR DE RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS DO ESTUDO DE CASO.....	116

Lista de Quadros

Quadro 1 – Elementos dos projetos Sítio Novo-1 e Cootaquara.	23
Quadro 2 - Padrão de enquadramento das respostas dos entrevistados para cada elemento dos projetos do estudo de caso e os respectivos indexadores utilizados na abordagem das dimensões do desenvolvimento sustentável nas entrevistas.	24

Lista de Figuras

Figura 1 – Perspectiva das R.A. do DF no Brasil – <i>destaque deste autor na R.A. VI – Planaltina, onde estão as localidades do estudo de caso.</i>	19
Figura 2 – Localidades do estudo de caso em Planaltina/DF– Assentamento Sítio Novo-1 e Cootaquara.	21
Figura 3 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão social – Sítio Novo-1	73
Figura 4 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão ambiental – Sítio Novo-1	75
Figura 5 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão política – Sítio Novo-1	76
Figura 6 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão econômica – Sítio Novo-1	78
Figura 7 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão territorial – Sítio Novo-1	80
Figura 8 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à interação da gestão dos benefícios provindos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1.	82
Figura 9– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão social – Cootaquara.	84
Figura 10– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão ambiental – Cootaquara.	86
Figura 11– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão política – Cootaquara.	88
Figura 12– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão econômica – Cootaquara.	89
Figura 13– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão territorial – Cootaquara.	92
Figura 14– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à interação da gestão dos benefícios provindos do Projeto Pronaf-Cootaquara.	94

Figura 15 – Qualidade de vida declarada pelos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 e da Cootaquara.	96
Figura 16– Ponto de vista dos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 e da Cootaquara sobre a suficiência dos recursos do PRONAF-INFRA para trazer as melhorias de qualidade de vida que eles declararam perceber.....	97
Figura 17 – Atividades econômicas dos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 e da Cootaquara.	99

Lista de Fotos

Foto 1: Detalhe do registro do canal de irrigação construído pelo Projeto	65
Foto 2: Detalhe da infra-estrutura de energia elétrica construída pelo	65
Foto 3: Galpão construído pelo Projeto Pronaf-SítioNovo-1	66
Foto 4: Detalhe da estrada que recebeu reforma pelo Projeto Pronaf-SítioNovo-1	66
Foto 5: Detalhe do caminhão adquirido pelo Projeto Pronaf-Cootaquara	68
Foto 6: Detalhe do interior da câmara fria adquirida pelo Projeto Pronaf-Cootaquara	68
Foto 7: Detalhe (ao fundo) do galpão reformado pelo Projeto Pronaf-Cootaquara	69

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CDR - Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal

CIAT - Comissão de Implantação de Ações Territoriais

CMDRS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAH - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Cootaquara - Cooperativa dos Produtores de Hortaliças de Planaltina

DF – Distrito Federal

EMATER/DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/UNICAMP

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDRS - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Projeto Pronaf-Cootaquara – denominação neste trabalho para o projeto que recebeu recursos da linha do PRONAF-INFRA na Cootaquara

Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 - denominação neste trabalho para o projeto que recebeu recursos da linha do PRONAF-INFRA no Assentamento Sítio Novo-1

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-INFRA – linha de financiamento do PRONAF ligada à Infra-estrutura e Serviços Municipais

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

R.A. – Região Administrativa do Distrito Federal

INTRODUÇÃO

À parte as críticas e limitações que vem sendo largamente estudadas, quais outros aprendizados a implantação da política do PRONAF trouxe? O que pensam os beneficiários do programa sobre a aplicação dos recursos e o avanço do desenvolvimento sustentável? Qual a importância de tais ações para as famílias beneficiárias? Houve melhoria da qualidade de vida resultante da aplicação dos recursos? Ou se trata de um programa com potencial a ser desenvolvido para gerar melhorias futuras visto que procura trazer inovações na relação do cidadão com os recursos públicos, tendo como sua principal ambição “a de ampliar o círculo das relações sociais em que vivem os agricultores familiares e, por este caminho, estimular uma nova atitude da sociedade brasileira diante de suas regiões interioranas”? (BRASIL-MDA, 2002, p.11).

Muito se tem discutido sobre potencialidades e limitações de estratégias para adequação a um novo estilo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Um estilo que seja viável no tocante às reservas de recursos naturais e que propicie diminuição da desigualdade social. É possível se observar ações nesse sentido abordando práticas tais como a descentralização das políticas públicas e a atuação de novas instituições como a participação política dos cidadãos por meio dos CMDRS. Por outro lado, existem sérias limitações. Inicialmente de ordem política. Há poderosos grupos sociais cujas estratégias de desenvolvimento promovem prejuízos sócio-ambientais e pelo fato de, em geral, não se filiarem à prática da proposta do desenvolvimento sustentável, acabam se posicionando como desinteressados ou contrários a essa proposta inovadora de melhoria geral da qualidade de vida.

Ademais, há uma séria adversidade técnica. No caso do desenvolvimento rural, o extensionista rural está mais habilitado para orientações no âmbito da produção agropecuária do que para projetos de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2001, p. 135). Ou seja, se para os estudiosos é desafiante estabelecer regras para propiciar o avanço do desenvolvimento sustentável, esse desafio se apresenta mais complexo quando os extensionistas rurais precisam colocar em prática um conhecimento que exige um entendimento diferente daquele para o qual está preparado. Assim, ainda que seja uma proposta que traz estratégias inovadoras para a melhoria da qualidade de vida, efetivar ações para o avanço do desenvolvimento sustentável continua sendo um grande desafio para teóricos e extensionistas.

Nesse contexto as experiências que se observam na sociedade podem representar uma vantagem. Dessas aproveita-se tudo, os casos de sucesso e os casos de insucesso. É com esse intuito que a seguir se apresenta os resultados de um estudo de caso. Para isso o propósito do presente trabalho é fazer uma análise teórica e prática do que representa a busca pelo desenvolvimento sustentável. Foi nesse intuito que no Capítulo Um fez-se uma busca para consolidar, do ponto de vista teórico, o que estudiosos consideraram relevante para se pensar em desenvolvimento sustentável. Parte-se do pressuposto de Ignacy Sachs (SACHS, 1997, 2002, 2004) da necessidade de se pensar o desenvolvimento sustentável levando-se em conta as dimensões social, ambiental, política, econômica e territorial. Do ponto de vista prático, a partir dessa consolidação teórica, elaborou-se um roteiro de entrevistas (Anexos 1, 2 e 3) para se conhecer a opinião de agricultores familiares no tocante às dimensões do desenvolvimento sustentável. Assim, o estudo de caso teve como objeto de pesquisa a opinião de agricultores familiares beneficiários do PRONAF-INFRA, em duas localidades, a seguir mencionadas, acerca da influência das ações dos projetos patrocinados com recursos do PRONAF-INFRA sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável.

A partir da coleta de informações do ponto de vista de agricultores familiares que foram beneficiados com os projetos que receberam recursos do PRONAF-INFRA, delimitou-se o objetivo da pesquisa. Tratou-se de analisar a influência das ações executadas por tais projetos nas dimensões do desenvolvimento sustentável a partir da ótica dos agricultores familiares beneficiários. São situações que abordam a aplicação de recursos do PRONAF-INFRA para investimentos em elementos que compõem dois diferentes projetos de desenvolvimento, ambos baseados na viabilização de atividades agrícolas.

As duas localidades rurais estudadas situam-se no Distrito Federal (DF) na Região Administrativa (R.A.) de Planaltina-DF (Figura 1). A R.A. Planaltina-DF é uma região com forte vocação agrícola, que em 1999 já contava com o Conselho de Desenvolvimento Rural (CDR – Planaltina). Esse Conselho, análogo ao CMDRS da instância municipal, dentre outras deliberações, aprovou a aplicação de recursos do PRONAF-INFRA para as duas localidades focadas no estudo de caso.

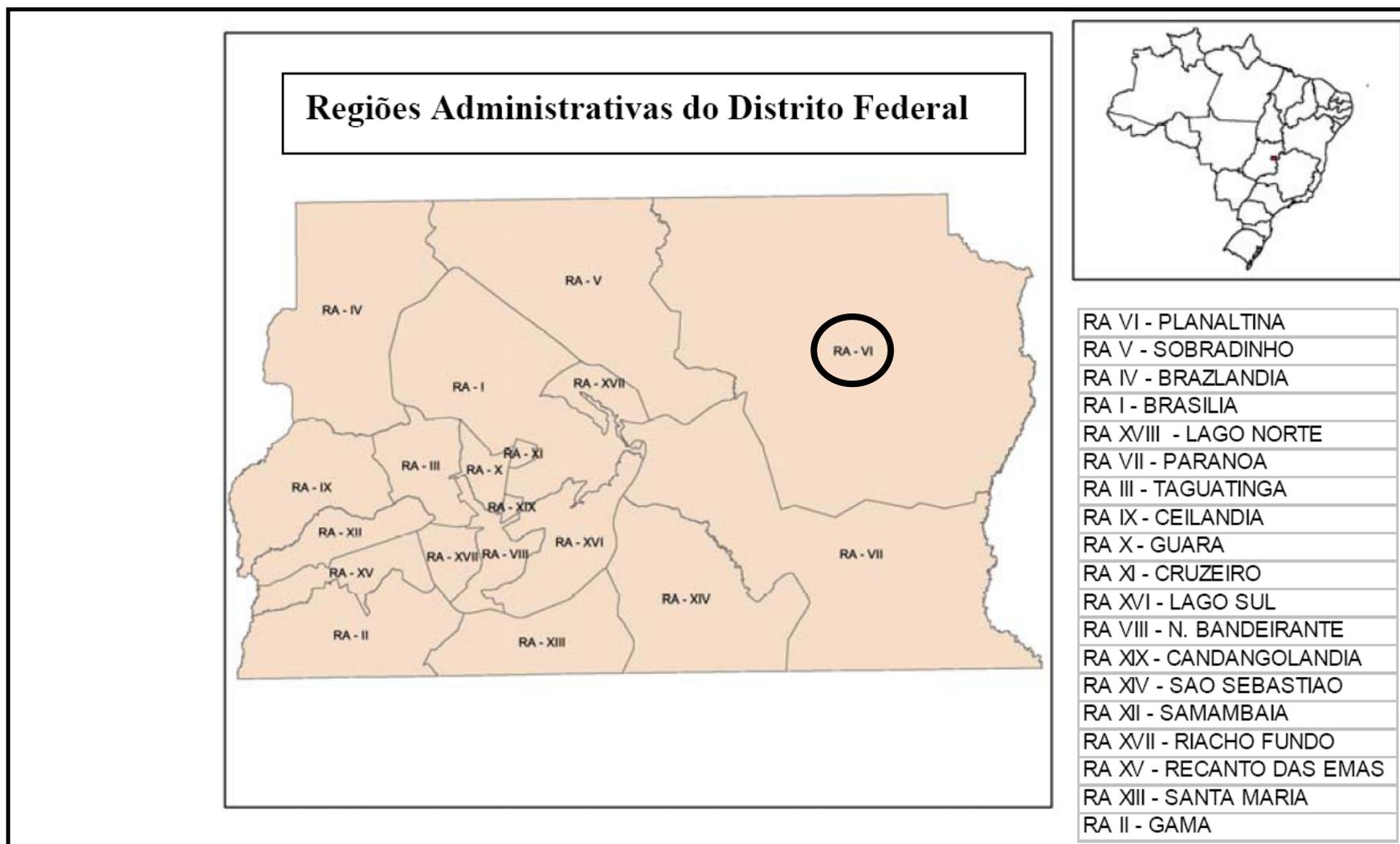


Figura 1 – Perspectiva das R.A. do DF no Brasil – *destaque deste autor na R.A. VI – Planaltina, onde estão as localidades do estudo de caso.*
 Fonte: Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais (LSIE) da Universidade de Brasília, citado por Soares e Alves (2004, p.5) ¹.

¹ SOARES, Frederico dos Santos; ALVES, Fabrício. Análise multitemporal do desenvolvimento urbano no Distrito Federal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 14, 2004, Caxambu – MG. **Anais...**, 2004.

Assim, dentro da R.A. Planaltina foram selecionadas para este estudo duas localidades que receberam recursos públicos provindos do PRONAF-INFRA, quais sejam: o Assentamento Sítio Novo-1, contemplado em 1999 com um projeto cujo valor àquela época foi de R\$160.000,00; e a Cooperativa dos Produtores de Hortaliças de Planaltina (Cootaquara), contemplada em 2000 com um projeto que à época recebeu recursos na ordem de R\$98.558,15. O acesso a ambas as localidades se dá pela BR-020, conforme pode ser observado na figura 2. Não houve aqui o intuito de fazer uma comparação competitiva entre as duas realidades, mas sim de aproveitar a experiência, os sucessos e insucessos, de cada uma visando a benefícios futuros. No entanto, destaca-se que uma das coisas que mais distinguem as duas situações é a condição econômica inicial e a organização entre os agricultores familiares para atuarem em conjunto.

Dessa forma, o interesse desta pesquisa é apresentar, após cerca de seis anos da destinação dos recursos do PRONAF-INFRA para os citados projetos, a percepção dos beneficiários no tocante à relação entre as dimensões do desenvolvimento sustentável e o investimento realizado com tais recursos. Houve participação social na concepção dos projetos? O que foi executado com tais recursos está em funcionamento para o que foi projetado? Qual é a opinião do público beneficiário sobre tal funcionamento e a melhoria da qualidade de vida²? Aquilo que foi executado com a aplicação do recurso do PRONAF-INFRA funciona em conjunto com outros instrumentos que propiciem desenvolvimento sustentável, isto é, integra-se a uma gestão que vise à sustentabilidade? Indagações desse tipo norteiam o interesse deste trabalho em um estudo de caso de duas localidades em Planaltina-DF. Para sondar as impressões dos beneficiários entrevistou-se uma amostra da população beneficiária dos dois citados projetos que receberam recursos do PRONAF-INFRA. As entrevistas foram executadas em novembro de 2006 com a aplicação de um questionário com perguntas estruturadas e semi-estruturadas (Anexos 1 e 2).

² Estudos recentes têm se dedicado a construir uma definição para o termo qualidade de vida (MINAYO et al., 2000), inclusive no tocante às condições da agricultura familiar brasileira (ASMUS, 2004). Asmus entende que para compreensão da qualidade de vida deve-se abordar análises a partir de eixos objetivos e subjetivos relacionados a diversas dimensões, e sugere um modelo para avaliação da qualidade de vida a partir do levantamento de variáveis para as seguintes dimensões: saúde, bem-estar material, bem-estar emocional, ambiente, produtividade, educação e segurança. Observa esta autora que “o eixo objetivo compreende medidas culturalmente relevantes do bem-estar” [...] e “o eixo subjetivo compreende a satisfação promovida pelas dimensões e a avaliação da sua importância para o indivíduo” (p.30). É necessário se esclarecer que o presente trabalho não tem a pretensão de fazer um levantamento profundo acerca do que Asmus considera sobre qualidade de vida para agricultores familiares. Contudo, abordaram-se neste trabalho percepções genéricas de agricultores familiares sobre a ocorrência de melhoria da qualidade de vida.

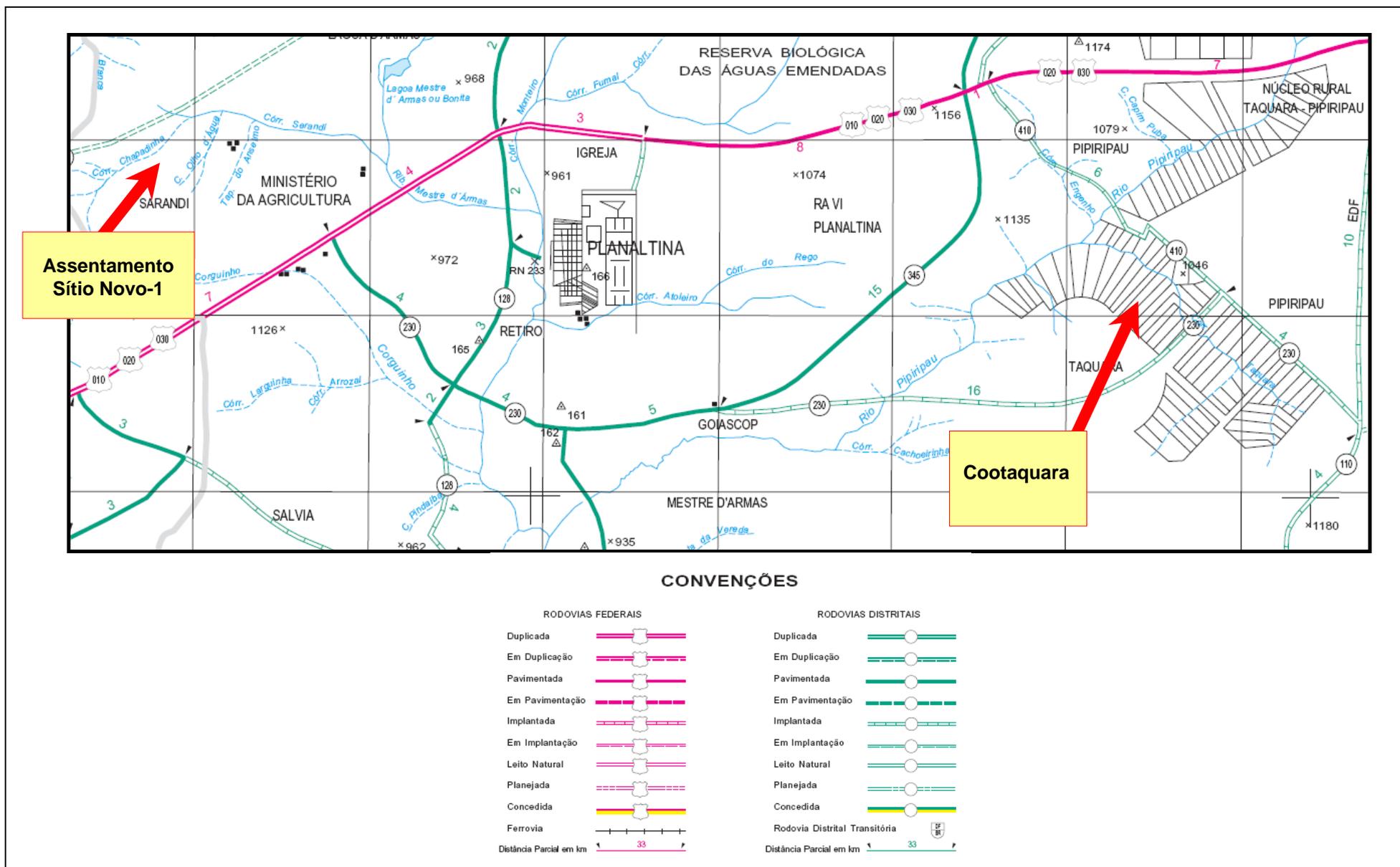


Figura 2 – Localidades do estudo de caso em Planaltina/DF– Assentamento Sítio Novo-1 e Cootaquara.

Fonte: BRASIL, Ministério dos Transportes. Mapa Rodoviário do Distrito Federal – 2002. DNIT, 2002. Disponível em:

www.transportes.gov.br/bit/mapas/mapdoc/ufs/mapas-dnit/df-dnit.pdf Acesso em 12 jan.2007.

A amostragem realizada no Assentamento Sítio Novo-1 se deu a partir de entrevistas com oito agricultores familiares responsáveis pelas propriedades dentre os vinte e um existentes no assentamento (o que corresponde a cerca de 38% da população estudada), percorrendo quase todo o assentamento. Na Cootaquara as informações foram coletadas a partir de uma amostra contendo dez agricultores familiares dentre cento e um cooperados (o que representa cerca de 10% da população observada) em diferentes locais da área de abrangência daquela cooperativa. Em ambos os casos, como a pesquisa estava direcionada a um público relativamente pequeno e bem específico, ou seja, agricultores familiares beneficiários do PRONAF-INFRA e vinculados ao assentamento e à cooperativa supracitados, então foi possível se verificar pouca variação das respostas logo nas primeiras entrevistas. Mas, para ficar certificado da estabilização dos posicionamentos dos entrevistados procedeu-se ao levantamento de dados do total de agricultores familiares conforme citado acima.

As informações sobre os elementos de cada projeto foram coletadas junto à Administração Regional de Planaltina. Esses dados encontram-se em processos que guardam registros da aplicação dos recursos do PRONAF nos dois projetos em estudo. Nesses processos, localizaram-se os Planos de Trabalho homologados pelo MDA, que são um dos instrumentos para a aplicação dos recursos do PRONAF-INFRA. Tais processos estão arquivados sob os códigos 135.000928/2002 e 135.000.638/2003, referentes aos projetos que doravante denomina-se Projeto Pronaf-Cootaquara e Projeto Pronaf-Sítio Novo-1, respectivamente. O quadro 1 apresenta tais projetos e o que aqui se passa a denominar elementos do projeto que foram abordados nas entrevistas.

PROJETOS	DETALHAMENTO	ELEMENTOS DO PROJETO	VALOR REPASSADO PELO MDA (R\$1,00)	
Pronaf-Sítio Novo-1	Infra-estrutura de irrigação	Irrigação	66.600,00	160.000,00
	Infra-estrutura de energia elétrica	Eletricidade	15.000,00	
	Infra-estrutura de armazenamento	Galpão	62.400,00	
	Manutenção de estradas vicinais	Estradas	16.000,00	
Pronaf-Cootaquara	Infra-estrutura de comercialização	Reforma galpão	20.521,49	98.558,15
		Equip.processamento vegetais	8.496,66	
		Camara fria	16.500,00	
		Caminhão 5t	48.040,00	
		Classificador tomate/maracujá	5.000,00	

Quadro 1 – Elementos dos projetos Sítio Novo-1 e Cootaquara.

Fonte: Arquivo da Administração Regional de Planaltina, processos 135.000928/2002 e 135.000.638/2003, consultados em nov.2006.

Nas entrevistas semi-estruturadas procurou-se padronizar as respostas dos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 e da Cootaquara no tocante às dimensões do desenvolvimento sustentável. Assim, inicialmente procedeu-se uma interação com os entrevistados a respeito do significado de cada uma das dimensões do desenvolvimento sustentável, visando nivelar o entendimento do que logo se indagaria sobre tais dimensões. No Anexo 3 consta a base de nivelamento que se adotou nessa interação com os agricultores familiares, bem como as indagações e os padrões indexados de respostas da pesquisa, ou seja, os elementos da matriz para seleção do indexador de respostas das entrevistas. No Anexo 1 constam as planilhas usadas para registrar os posicionamentos dos agricultores familiares consolidados conforme a indexação do Anexo 3. Essa indexação foi útil para se estabelecer padrões de possibilidades de respostas dos entrevistados no tocante à influência de cada elemento do projeto sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável. Entendeu-se que as ações executadas poderiam, sob a ótica daqueles beneficiários do PRONAF-INFRA, apresentarem-se em uma das cinco situações listadas no Quadro 2. Para cada uma dessas cinco situações estabeleceu-se um indexador variando de 2 a -2, visando a uma posterior análise das opiniões dos agricultores familiares, objeto da pesquisa.

ENQUADRAMENTO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS PARA CADA ELEMENTO DOS PROJETOS DO ESTUDO DE CASO	INDEXADOR
Elemento do projeto analisado produzindo ações de melhorias com importantes mudanças na dimensão abordada	2
Elemento do projeto analisado produzindo ações que podem trazer melhorias, mas sem importantes mudanças atualmente na dimensão abordada	1
Elemento do projeto analisado produzindo debates na dimensão abordada	0
Elemento do projeto analisado não interferindo na produção de ações ou de debates na dimensão abordada	-1
Elemento do projeto analisado atrapalhando, inibindo, impedindo ou prejudicando a produção de ações ou de debates na dimensão abordada	-2

Quadro 2 - Padrão de enquadramento das respostas dos entrevistados para cada elemento dos projetos do estudo de caso e os respectivos indexadores utilizados na abordagem das dimensões do desenvolvimento sustentável nas entrevistas.

Além dessas informações foi colhida, por meio de anotações, também, a ótica dos beneficiários no tocante à interação do uso dos elementos dos projetos em outras situações que tragam melhorias para os beneficiários. O propósito foi propiciar posterior análise da visão do beneficiário sobre a relevância dos elementos dos projetos no uso ou funcionamento de outras coisas que existem na localidade. A isso se denominou de interação da gestão dos benefícios que também será analisada, além da dimensões do desenvolvimento sustentável.

Assim, o capítulo um dedica-se a conhecer o que os estudiosos estão considerando sobre as dimensões social, ambiental, política, econômica e territorial do desenvolvimento sustentável. A seguir o capítulo dois faz uma busca de informações que dizem respeito ao contexto da conjuntura atual destacando a importância do processo democrático com a descentralização das políticas públicas. Esse capítulo traz informações acerca de uma importante política pública que se voltou para o desenvolvimento rural sustentável – o PRONAF.

Enfim, o capítulo três traz o estudo de caso em dois locais onde, há cerca de dez anos, foram destinados recursos públicos para projetos de desenvolvimento rural. Partiu-se do pressuposto que a opinião do beneficiário das políticas públicas é rica em informações pragmaticamente úteis. É interessante que tais informações sejam consideradas para o sucesso da implementação das políticas públicas. Após o estudo de caso seguem algumas considerações finais sobre o trabalho.

CAPÍTULO 1 – DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Estudiosos destacam que a noção de desenvolvimento configura-se como um dos “principais eixos de sustentação da sociedade moderna” conforme se depreende do trabalho de Duarte e Wehrmann (2002, p.3). No entanto, essas autoras destacam acontecimentos históricos e estudos que evidenciam a dicotomia existente acerca da idéia de desenvolvimento. De um lado o foco no crescimento econômico muito defendido pela proposta do liberalismo econômico. De outro ângulo, ganhando força nas últimas décadas, surgem os preconizadores da sustentabilidade buscando aliar o desenvolvimento ao cuidado com meio ambiente e prezando por uma melhor qualidade de vida para todos, hoje e no futuro.

As autoras observam que a questão ambiental vem ganhando espaço não apenas nas esferas populares, mas principalmente nas instituições internacionais. Dentre alguns importantes fatos históricos que trazem esse destaque encontra-se a proposta do “crescimento zero” pensada pelo Clube de Roma no início da década de 1970. Outra importante contribuição é o surgimento de debates internacionais sobre um novo conceito de desenvolvimento valorizando o conhecimento das populações locais – o ecodesenvolvimento – o que se observou a partir da Conferência de Estocolmo em 1972. Ademais, as autoras destacam o revigoramento da consciência ambiental mundial mobilizando as Nações Unidas com a Conferência do Rio em 1992.

Por outro lado, observam que recentemente a falta de empenho dos países desenvolvidos em se comprometerem com ações efetivas de reparo dos danos ambientais, tem limitado o avanço da importância da questão ambiental, o que ficou bem evidenciado na Cúpula da Terra, a Rio+10, encontro realizado em Johannesburgo na África do Sul em 2002. Na Rio+10 observou-se ausência de avanço das propostas ambientais da Rio-92. Duarte e Wehrmann entendem que esse retrocesso é um forte indicador da correlação da problemática ambiental e as dimensões social, política e econômica, evidenciando que as duas lógicas de desenvolvimento estão presentes nos dias atuais.

De fato, essa dicotomia se revela no embate de forças estabelecido por um lado pelos interesses econômicos de manutenção do *status quo* e de outro por uma crescente busca por equidade socioambiental no seio da sociedade. Esse embate de forças se faz presente em vários processos vividos recentemente no Brasil, tais como: a instalação da democracia,

a elaboração de orçamentos dos recursos públicos, as eleições políticas, dentre outros. Segundo Machado (2005, p.245) isso fica mais evidente a partir do final dos anos sessenta quando, devido a crises no contexto político-econômico internacional, oportunizam-se maiores reivindicações por justiça socioambiental congregando-se em torno da proposta de desenvolvimento sustentável.

A força desse embate tem se mostrado forte, e muitos estudos têm abordado a questão. Durante a década de 1980, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, comissão esta criada pela ONU, dedicou-se à proposição de estratégias para obter um desenvolvimento sustentável a partir do ano 2000 (BARBIERI, 1997, p.24). Foi essa comissão quem propôs o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p.46). Nos trabalhos de Camargo (2002) e de Silveira (2003) as autoras observam que, nos estudos em geral, a referência à idéia de desenvolvimento sustentável é fortemente correlacionada à busca por eficiência, por ponderação de impactos, solução de problemas dentre outras demandas ligadas, principalmente, a questões social, econômica e ambiental, dentre outras. Isso é coerente, visto que há amplo consenso entre a correlação do estilo do desenvolvimento vigente e lamentáveis barbaridades produzidas em tais áreas.

É bem verdade que o conceito de desenvolvimento sustentável é algo em constante construção. No entanto, na busca pela construção de um conceito adequado de desenvolvimento, é cada vez mais comum entre estudiosos, políticos, sociedade e mercado a idéia de que não se deve considerar o desenvolvimento apenas a partir da proposta de crescimento econômico. No Brasil, tal proposta, focada no viés econômico, teve forte vigência na década de 1970, época do denominado “milagre econômico”, quando a idéia era deixar o “bolo” crescer para depois se fazer a divisão. Apesar de o desenvolvimento sustentável ser algo de complexa e desafiante implementação, é possível extrair do pensamento de Sachs (1997, 2002, 2004) aspectos que vários autores consideram importantes de se alcançar sustentabilidade que sirvam de condicionantes ao crescimento econômico, tais como:

- a necessidade de maior organização e conscientização dos cidadãos para acompanhar e influenciar assuntos de seus próprios interesses;
- a necessidade de cuidado com as limitadas fontes dos recursos naturais bem como o destino dos resíduos da ação da humanidade;

- a conscientização política dos cidadãos, de modo a se fazerem presentes nas decisões que determinam os investimentos em políticas públicas;
- a necessidade de equidade na distribuição das riquezas no combate à pobreza;
- a necessidade de conhecimento das microrregiões. Explorando-se as diversas potencialidades existentes, respeitando as limitações locais.

A busca pelo desenvolvimento no Brasil e no mundo não buscou sustentação nessas questões e sim na questão econômica. Nesse contexto, o meio rural, por meio da atuação do Estado brasileiro nos idos dos anos 1960 e 1970, foi alvo da atuação de forte estímulo ao crescimento econômico do setor agropecuário. Assim, foi adotado um padrão tecnológico de desenvolvimento que expulsou a força de trabalho considerada improdutivo no campo. Em decorrência disso, como observa Brasil (2004, p.122), ocorreu o enfraquecimento e exclusão de grande contingente da categoria hoje conhecida como agricultores familiares.

A inversão dessa opção equivocada de desenvolvimento passa pelo resgate da viabilização do meio rural. Para isso é preciso se ter em mente que o desenvolvimento deve considerar a sustentabilidade a exemplo do que se mencionou acima. Mais que isso, urge que se leve em conta a necessidade de se buscar um esforço interativo entre as questões abordadas, ou seja, valorizar a conjugação das ações, avançando para uma visão holística. A proposta de sustentabilidade se opõe a idéia de desenvolver apenas um aspecto como o econômico. Aliás, há muito esse argumento, focado apenas no aspecto econômico, tem sido a base da retórica do liberalismo econômico (mercado auto-regulável) que de fato tem como marca um estilo de desenvolvimento que traz a modernização excludente (MACHADO, 2005, p.43).

Da mesma forma, não se deve pensar em voltar a atenção apenas para um ou outro dos demais focos considerados importantes para o desenvolvimento sustentável. Costa Neto (1999, p.320) verifica que não se pode definir a sustentabilidade observando-se apenas questões como a ambiental ou a ecológica, mas deve-se considerar a conjugação dos demais elementos. O autor considera a biotecnologia agrícola como prática não sustentável, mas entende que se fosse para considerar apenas os fatores ambiental e ecológico ela poderia, precipitadamente, ser classificada como sustentável. Isso porque entende que a insustentabilidade da biotecnologia se revela ao se analisar a dimensão social.

É possível que o desenvolvimento sustentável seja atualmente entendido de forma ambígua. Isso já foi mencionado em Moreira (1999, p.247) com a idéia que o autor

denominou de “nebulosa ambientalista” para se referir aos diversos interesses no campo de disputa em torno do desenvolvimento sustentável. Entende Moreira que se trata de uma situação na qual parece haver consenso, mas que de fato os interesses e visões estão “por detrás” de um campo de forças com novos atores e interesses numa dinâmica de conformação das sociedades contemporâneas. Corroborando essa idéia, Duarte (2002, p.13) entende a teoria e a prática do desenvolvimento sustentável como algo impreciso devido à convivência nos dias atuais de duas “dinâmicas de desenvolvimento”, uma ligada à modernização conservadora e outra voltada ao desenvolvimento sustentável. No entendimento de Duarte, tal coexistência ainda durará algum tempo, mas considera “quase impossível” coexistirem de forma pacífica em longo prazo.

Nesse contexto, há algum tempo, Sachs vem apresentando proposta de pragmatismo aos diversos conceitos de desenvolvimento sustentável. Sachs (2004, p.71) parte do pressuposto que o conceito de desenvolvimento (sustentável) deve, primordialmente, defender objetivos sociais e éticos para com a geração atual, bem como, objetivos ambientais para com as gerações futuras. Enfim, Sachs preconiza a necessidade de se considerar o desenvolvimento a partir de pelo menos cinco dimensões. São elas as dimensões: social, ambiental, política, econômica e territorial (SACHS, 1997, 2002, 2004). A análise feita no presente trabalho faz uso dessa proposição de Sachs. Para isso, traz a seguir uma busca do entendimento de diversos estudos sobre a importância de tais dimensões para o avanço do desenvolvimento sustentável, voltando a atenção para o meio rural.

1.1 A DIMENSÃO SOCIAL

A proposta de modernização vinculada ao crescimento econômico e tecnológico tem gerado uma grande dívida social. Tal proposta de modernização remonta à época do movimento Iluminista do século XVIII. Contudo, até hoje se percebe que tal modernização, não apenas tem deixado de atender à maior parte da sociedade, como também tem agravado a problemática social. Como cita Brandenburg (1999, p.58), “[...] vivemos uma crise de dupla natureza que tem origem em épocas históricas distintas. Uma crise estrutural que advém de questões não resolvidas do século passado e uma crise da modernidade”. Ademais, a modernidade trouxe no seu bojo a crise ambiental, fazendo a antiga problemática ampliar-se para uma questão socioambiental, a qual passou a ser alvo de maior preocupação apenas a partir da década de 1960³.

³ Uma análise profunda da problemática da modernidade pode ser observada em **Brandenburg (1999)** e **Machado (2005)**.

A vivência dessa situação é bem percebida na zona rural brasileira. É compreensível o fato de as pessoas que vivem no meio rural se vejam forçadas a buscar nas grandes cidades melhores condições de vida. O que buscam tem muita similaridade com o almejado pelas pessoas de um modo geral. Trata-se de uma procura pelas promessas da modernidade, por melhoria de condições de saúde, de educação para os filhos, de melhores ofertas de renda, de aquisição de sua propriedade, enfim, por melhores de condições de dignidade e respeito. Ocorre que para aqueles que vivem no meio rural essa meta foi fortemente atacada pelos grandes planos de desenvolvimento do país os quais tiveram foco, prioritariamente, no viés econômico.

Nesse sentido, José de Souza Martins critica a Sociologia Rural por ter se posicionado, nas últimas décadas, a favor de tal modernização que trouxe prejuízos às populações rurais: “A modernização é um valor dos sociólogos rurais e não necessariamente das populações rurais, porque, de fato, para estas não raro ela tem representado desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento.” (MARTINS, 2001, p.32). No entendimento de José de Souza Martins a Sociologia Rural deve se voltar, primordialmente, aos reais interesses das populações rurais, isto é, deve se dedicar àquilo que essas consideram para uma melhor qualidade de vida. O autor também destaca a responsabilidade das populações rurais se posicionarem como protagonistas de seus interesses, e assim reinventarem o mundo rural. Entende Martins que a Sociologia Rural deve, daí, estabelecer uma renovação de seu olhar como ciência.

O futuro da sociologia rural não depende do que ela tenha a propor quanto à qualidade de vida rural. O futuro da sociologia rural depende amplamente do que as populações rurais tenham a lhe propor para que essa qualidade de vida seja incrementada; e do que os sociólogos rurais estejam dispostos generosamente a oferecer-lhes.[...] Para ensinar, a sociologia rural precisa aprender. Para compreender sociologicamente, o sociólogo rural precisa reconhecer-se como membro da comunidade de destino das populações que estuda.

[...]

Na reconciliação com a tradição sociológica clássica e seu compromisso com os benefícios sociais das grandes transformações, a sociologia rural poderá se encontrar também, ainda que criticamente, como é necessário na ciência, com os movimentos sociais que nos falam do novo protagonismo histórico das populações rurais, de sua busca. A contribuição possível da sociologia rural para a qualidade de vida rural está justamente no reconhecimento das reservas de possibilidade histórica que as populações rurais, sobretudo as populações camponesas, ainda têm para reinventar o mundo e reinventar-se no mundo. (MARTINS, 2001, p.35/36)

Ainda hoje o meio rural sente as conseqüências dos fortes investimentos feitos nas décadas de 1960 e 1970. Foi um esforço para a modernização da agricultura brasileira o qual proporcionou a concentração de riquezas e da atenção do Estado em um pequeno

público de agricultores. Esse ambiente foi adverso ao agricultor familiar, restando a este abandonar o campo, buscando melhores condições de vida em outro lugar (ALTAFIN, 2003). Assim, as cidades têm representado uma solução para realização daqueles agricultores. Contudo, o que se vê nos dias de hoje é uma acumulação de problemas sociais nas cidades traduzindo-se em informalidade da economia, violência, fome, precariedade dos serviços de saúde e educação, dentre outros problemas (ANDRADE, 1994 p.43 e 60).

Sachs (2002, p.85) considera alguns critérios de sustentabilidade para se falar em desenvolvimento. Os critérios levantados pelo autor no tocante à questão social são: diminuição da desigualdade social, justiça na distribuição de renda, emprego garantidor de qualidade de vida, acessibilidade aos recursos e serviços sociais.

Costa Neto e Anjos (2000) tecem considerações acerca da sustentabilidade na agricultura. Destacam esses autores que a dimensão social deve ser o foco central dos estudos das dimensões do desenvolvimento sustentável. Entendem esses autores que “a sustentabilidade na agricultura é uma sustentabilidade social, que se constitui num todo multidimensional complexo, integrado por dimensões sociais.” (p.8). De fato, esses autores criticam a análise da sustentabilidade feita a partir de um estudo simplificado das múltiplas dimensões que a compõem. Apontam crítica à Ignacy Sachs por defender uma proposição que “carece da necessária complexidade, pois deixa de articular devidamente cada uma das ‘sustentabilidades’ propostas” (p.6).

Em que pese o debate de idéias supracitado, a importância da dimensão social consiste basicamente na idéia de que compete à população o comando do seu próprio processo de desenvolvimento (SEPÚLVEDA, 2005, p.46). Destaca-se daí a necessidade de uma nova conformação dos atores e forças sociais o que já fora apontado por Moreira (1999, p.241). Moreira compreende haver antagonismos ideológicos nos interesses para a busca da sustentabilidade. Por isso, entende ser valiosa a reflexão das políticas ambientalistas, do papel do Estado e da negociação dos diversos interesses socioeconômicos e culturais dentre outros. Assim, a população deve achar seu espaço nessa nova conformação, considerando, como lembra Abramovay (2001) que é inerente a essa situação a ocorrência de choque de interesses para modificar o *status quo*.

O outro lado da história é que são justamente as organizações que respondem pela mudança no ambiente institucional.[...] E ao perseguir estes propósitos, as organizações podem alterar, mas sempre gradualmente, esta estrutura institucional. O mais importante é o tipo de conhecimento e de habilidade dos atores sociais que compõem a organização. [...] O pressuposto básico para que uma organização adote práticas inovadoras é que haja, no contexto em que atua, outras organizações voltadas a novos conhecimentos e habilidades capazes de

representar um contrapeso às formas convencionais de dominação. **E é claro que este processo não se desenvolve, como bem assinala North, sem contrariar frontalmente os interesses de certos grupos sociais.**(ABRAMOVAY, 2001,p.125, grifo meu).⁴

A Agenda-21 destaca a importância da participação popular visando à agricultura sustentável. Reserva, no capítulo catorze - “Promoção do Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável”, uma área de programa que visa à “obtenção da participação popular e promoção do desenvolvimento de recursos humanos para a agricultura sustentável” (CNUMAD, 2001, p.218). Ademais, no capítulo trinta e dois o documento foca no fortalecimento do papel do agricultor nas tomadas de decisões em organizações locais, na capacitação das mulheres e grupos vulneráveis e na busca por políticas para a auto-suficiência. A proposta da Agenda-21 defende que a população seja capacitada para assumir responsabilidades na proposição e controle do uso dos recursos públicos, no uso adequado dos recursos naturais, no funcionamento dos mercados e no acesso à informação.

Na análise dessa dimensão, o capital humano e social passa para o primeiro plano, objetivando conhecer o potencial de modificar a si e ao meio para o alcance de melhorias na qualidade de vida. Trata-se da necessidade de uma nova postura da população diante da sociedade. Para isso, merecem destaque aquelas informações que vão para além das relacionadas ao espaço, ao gênero ou a idade da população. Tal qual entende Sepúlveda (2005, p.47), faz-se importante conhecer o que é capaz de levar a população a assumir a função de direção na construção de sua modernização. Importa conhecer como os grupos de interesses relacionam-se na busca do fortalecimento de capacidades dos atores tradicionalmente oprimidos, em um processo de empoderamento.

Depreende-se desses posicionamentos que a importância da dimensão social está em torno da melhoria da qualidade de vida a partir de uma nova conformação dos atores sociais. Assim, para que a dimensão social contribua para o avanço do desenvolvimento sustentável é preciso que os cidadãos se interessem cada vez mais pela conjugação de pensar e agir em conjunto para buscar melhorias para todos.

1.2 A DIMENSÃO AMBIENTAL

No que se refere à questão ambiental para o contexto da agricultura, Brandenburg (1999, p.71) e Andrade (1994, p.37) observam que o Brasil sempre foi refém de um modelo

⁴ A citação de North que Abramovay se refere é: NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990-1994.

depredador do meio ambiente. Como cita Brandenburg “a história da agricultura brasileira é, ao mesmo tempo, a história da degradação dos seus recursos naturais e de um empobrecimento gradual de seu potencial produtivo” (p.72).

De início as práticas eram extremamente rudimentares, sem uso de técnicas adequadas e objetivando a construção de fortunas no Brasil colônia. Com a “revolução verde” aplicaram-se técnicas inadequadas às condições de solo e clima tropicais. Disso decorreu um baixo rendimento da produção, acompanhado de conseqüências ambientais desastrosas tais como: erosão de solos, assoreamento de rios, contaminação das águas por resíduos químicos provenientes da agricultura, perda de inúmeras variedades genéticas já adaptadas devido à substituição por variedades mais produtivas nas condições de tratamento com agroquímicos (BRANDENBURG, 1999, p.71)

As técnicas mais recentes ainda continuam fortemente focadas nesse modelo degradador. Costa Neto (1999, p.312) constata isso no caso da biotecnologia. Seu estudo confronta fundamentos da biotecnologia e de tecnologias agrícolas alternativas para verificar os seus desempenhos frente à promoção do desenvolvimento sustentável. Conclui que a biotecnologia fundamenta-se em preceitos não sustentáveis comparados aos da “Revolução Verde”: tem um enfoque reducionista (não sistêmico), não incorpora os custos ambientais, lida com sofisticadas e onerosas tecnologias, tem concepção produtivista, baixa diversidade, monocultura, controle químico, dentre outros. Coerente com essa idéia de continuísmo da modernização conservadora, organizações não-governamentais e movimentos sociais, organizando-se para a Conferência da ONU em Joanesburgo em 2002 (a Rio+10), entendem haver uma distância entre discurso e prática da preservação ambiental. Entendem que a degradação ambiental tem se feito presente na história e agravou-se nas últimas décadas (FBOMS, 2002, p.18).

Na citada obra de Costa Neto, em oposição a esse padrão convencional, o autor tece comentários sobre um outro tipo de tecnologia. Considerando como uma tecnologia alternativa, o autor entende que a agricultura agroecológica se aproxima do ideal de sustentabilidade por ter um enfoque holístico (agroecossistema), incorpora o custo ambiental, elevada diversidade, policultura, manejo integrado de pragas, etc. O autor apresenta, ainda, argumentos de que a agricultura familiar tem potencial de se adequar ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável, pelo fato de integrar atividades vegetais e animais, em pequenas quantidades. Contudo, essa situação não é a que prevalece na realidade brasileira.

No tocante à dimensão ambiental, Sachs (2002, p.86; 2004, p.15) considera como relevante haver uma preocupação com os ecossistemas de forma bifocal. Inicialmente, é preciso ter foco na fonte dos recursos naturais úteis ao desenvolvimento. Paralelamente, o segundo foco deve ser dirigido, com respeito e zelo, à capacidade de autodepuração desses ecossistemas por serem também o destino de encaminhamento de resíduos. Ou seja, é preciso se ter um olhar focado simultaneamente na fonte de recursos e no tratamento dos resíduos.

As práticas agrícolas afetam esses dois pólos de preocupação preconizados por Sachs. Na agricultura esses pólos são atingidos quase que simultaneamente com as mesmas práticas. Assim as ações que vão causar melhorias ambientais na agricultura também sensibilizarão as fontes de recursos e o destino dos resíduos agrícolas. Trata-se de práticas agrícolas adequadas, desenvolvimento de ações e técnicas agrícolas sustentáveis, proteção das florestas e dos mananciais, planejamento do uso de recursos hídricos, contenção da expansão agrícola desenfreada, dentre outras iniciativas que afetam o meio ambiente.

Constam na Agenda-21 (CNUMAD, 2001) programas que vão ao encontro desse raciocínio de cuidado com uso das fontes e destino dos resíduos. Em seu capítulo catorze a Agenda-21 propõe encaminhar soluções para a degradação dos solos para reabilitar a produção agrícola das regiões. Atenta para a conservação de recursos genéticos vegetais e animais prezando pela diversidade das espécies e pela divulgação da utilidade de espécies nativas. Destaca a importância do manejo integrado de pragas para racionalizar o uso de agrotóxicos. Alerta para uma forma mais ambientalmente saudável de fertilização do solo e também para a sustentabilidade do fornecimento de energia. Dispõe, ainda, no capítulo dezoito sobre a gestão holística dos recursos hídricos destacando um programa voltado para a necessidade de água para o desenvolvimento rural sustentável, ou seja, pensando na produção e na população rural.

Ainda na Agenda-21 (CNUMAD, 2001) nos capítulos onze e quinze, é possível se observar correlações com o tema em pauta. O combate ao desflorestamento é o assunto do capítulo onze, no qual se observam programas que de um lado procuram frear o processo degradador das matas que acaba causando erosão do solo, perda de diversidade, redução de opções de desenvolvimento. Tais programas, por outro lado, prezam por estratégias de manejo e controle para exploração sustentável das florestas. O capítulo quinze reforça o onze ao ressaltar a importância de se conservar os genes, as espécies e os ecossistemas visando ao manejo e uso sustentável dos recursos biológicos e chamando a participação e apoio das comunidades locais para ações *in situ*.

Essa preocupação com as fontes de recursos naturais e com o destino dos resíduos é observada também em vários estudos. Brandenburg (1999, p.68-72) menciona fontes de recursos naturais afetadas quando se promove, por exemplo, o desmatamento irregular e desenfreado para expansão da fronteira agrícola o que afeta as matas nativas. Considera que o uso de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) como solução para viabilização de culturas, em geral exógenas, afeta a existência e evolução de espécies nativas. Ademais, entende que os usos de práticas rudimentares ou inadequadas causam significativas perdas de solo. Assim, isso acaba servindo de justificativa para busca de novas áreas, perpetuando um ciclo degradador. Além desse fato, a agricultura afeta também a outra extremidade das preocupações ambientais representada aqui pelos resíduos do processo. As perdas de solo causam assoreamento dos rios o que vem a causar enchentes. Mais uma vez os fertilizantes sintéticos e agrotóxicos aparecem no contexto, mas desta vez, afetando a qualidade dos recursos hídricos devido à lixiviação de seus excedentes para os rios e córregos o que mais à frente afeta as comunidades a jusante (ANDRADE, 1994 p.37).

Ainda que sejam mais raros, há significativos trabalhos que advogam o uso de tecnologias alternativas ao padrão convencional para a agropecuária. Primavesi (1992) traz um corolário de recomendações de técnicas agrícolas para um melhor aproveitamento do solo, alertando sobre a necessidade de, primordialmente, se cultivar o solo, e, em conseqüência disso, a planta. Bertoni e Lombardi (1990, p.28) ensinam como se evitar o esgotamento dos solos pela erosão com práticas conservacionistas e advertem que a perda de solo está tornando muitas terras inúteis para fins agrícolas. Chaboussou (1987) argumenta, com dados de mais de vinte anos de pesquisas, que o uso de agrotóxicos desencadeia distúrbios que causam a proliferação de pragas e doenças agrícolas. Trata-se do que este autor denomina de “teoria da trofobiose”, na qual entende haverem repercussões dos agrotóxicos na cadeia trófica, mais precisamente sobre a bioquímica da planta, propiciando o desenvolvimento de pragas e moléstias agrícolas.

Dentre outros trabalhos, vale citar a importância dada a agricultura orgânica em Paschoal (1994). O autor acumula quase duas décadas de conhecimentos para recomendar práticas de agricultura orgânica destacando essas como viáveis na produção sustentável de fibras, alimentos e combustíveis para a população mundial crescente. Também relevante é o destaque sobre a problemática da gestão dos recursos hídricos observada em Petrella (2002, p.42), em que o autor considera a disponibilidade de água para a agricultura ter forte vinculação com a gestão da vida nas cidades em países subdesenvolvidos: “Quanto mais aumentarem as necessidades urbanas [...] de quantidade e qualidade no abastecimento de água, menos investimentos estará disponível para a agricultura”. Correlaciona isso com o

aumento da pobreza visto que os moradores das cidades tenderão “a gastar mais importando alimentos”, o que o autor entende levar a limitar investimentos em infra-estrutura para o abastecimento de água na agricultura, para a saúde e para a educação fechando “o ciclo vicioso da pobreza” (p.42).

Observa-se que importância dessa dimensão se dá pela necessidade de cuidado com os recursos naturais, os quais são necessários para a manutenção da vida no planeta, tanto no presente quanto no futuro. Os autores observam a necessidade de tratamento adequado dos resíduos da interferência do homem nos ecossistemas. Faz-se importante a atenção com os solos, com as águas e com as matas que ao mesmo tempo em que são fontes naturais de recursos muito vulneráveis à exploração inadequada, são receptores de vários resíduos da intervenção humana, na poluição da águas, nas perdas de solo que assoreiam cursos hídricos, nos perigosos resíduos do uso descontrolado de agrotóxicos. Assim para que essa dimensão auxilie o avanço do desenvolvimento sustentável é preciso que as intervenções humanas atentem para o uso responsável das fontes de recursos naturais (em especial as matas, os rios e solos), bem como para o tratamento adequado dos resíduos resultantes da atividade humana.

1.3 A DIMENSÃO POLÍTICA

Vencidas as limitações centralizadoras vigente no Brasil durante o regime militar, nasce no país um novo contexto de embate das forças políticas. Conforme destaca Arretche (1999, p.115) os governadores e prefeitos das capitais tinham autoridade política proveniente não do voto popular, mas sim de uma seleção que se dava “formalmente por eleições indiretas e, de fato, por indicação da cúpula militar” (p.115). Observa a autora que tal situação lembra mais a natureza de um Estado unitário do que uma federação pelo fato de que esses administradores não tinham gestão dos principais tributos, nem autoridade sobre suas bases militares, e os serviços de educação e saúde eram geridos diretamente pelo governo federal. Contudo, os anos oitenta trouxeram um novo contexto político restaurando o federalismo, com a democratização (eleições diretas para todos os níveis de governo) e com a descentralização fiscal, ambas trazidas pela Constituição de 1988. A partir de então os estados e municípios passam a ter autoridade soberana em suas circunscrições, assumindo a gestão das políticas públicas.

Sob essa nova situação da federação surge um novo embate de forças políticas. Segundo Buarque (1999, p.20) o processo de descentralização foi ocorrendo de forma desordenada em conjunto com a criação de centenas de novos municípios, sendo esses, em geral, desprovidos da competência política e técnica para assumirem a responsabilidade

da promoção do desenvolvimento local. Contudo, conforme o autor, a descentralização tem trazido um novo desafio às instâncias locais do Poder Executivo, visto que pelos princípios de subsidiariedade que regem esse processo, tudo que puder ser feito com efetividade por uma entidade menor (município ou comunidade local) não deve ser feito pelo organismo maior (estado ou União).

Por outro lado, o autor entende que pelo fato de haver uma maior proximidade entre as instâncias decisórias e os problemas e necessidades da população, a descentralização potencializa a participação da sociedade para o desenvolvimento local e, conseqüentemente, para a democratização do Estado. Mas, contra isso pesam as limitações impostas pela tradicional cultura política clientelista e autoritária, mais forte no âmbito local. A participação social é no entendimento de Sato (1993, p.20) fundamental para que a sociedade acompanhe as decisões políticas que definem a alocação de recursos, bem como a execução e avaliação de todo processo, a fim de evitar que o processo de descentralização seja mais um instrumento de dominação, mas sim, que seja um instrumento de ação do interesse coletivo.

Sachs (2004, p.15; 2002; p.87) sintetiza a relevância dessa dimensão na busca pela governança democrática, entendendo que se trata de um elemento básico da sustentabilidade e que cabe ao Estado o chamamento aos potenciais empreendedores para a questão do desenvolvimento sustentável. Buarque (1999, p.20) reconhece que mesmo com todas as dificuldades que estão em torno da promoção do desenvolvimento local e municipal, os postulados da sustentabilidade são sempre trazidos à pauta como solução para garantir os avanços e melhorias da qualidade de vida, da economia e do zelo com o meio ambiente.

Sepúlveda (2005, p.49) entende que a importância da dimensão política reside no fato de que é a democracia que mostrará o caminho do desenvolvimento, pois sendo o instrumento para a tomada de decisões e negociações, deve ser explorado para pavimentar o caminho de desenvolvimento escolhido. Destaca que o resultado final e concreto dessa negociação é a definição dos recursos que se destinarão para os vários programas, ações e obras. Isso também é percebido por Jara (1998, p.269) ao defender a idéia de que a dimensão política é fundamental para que o processo da descentralização se volte para o desenvolvimento sustentável. Entende que é insuficiente a abordagem do desenvolvimento local com a participação inibida dos atores locais visto que isso não os fomenta a trabalharem de forma articulada, o que os incentivaria a conhecer o poder que nasce da coletividade.

Da mesma forma as ONG e movimentos sociais apóiam essa proposta (FBOMS, 2002, p.20). De pronto, essas instituições entendem que a sustentabilidade deve estar no centro das discussões e negociações políticas, que por sua vez devem ser realizadas com a presença da cidadania organizada e dos poderes públicos, isto é, a democracia participativa servindo à sustentabilidade política. Consideram que no planejamento, os interesses externos devem estar em função dos interesses locais, para evitar a dependência tecnológica, as desigualdades e a degradação ambiental.

Observa-se que os estudiosos consideram importante que os cidadãos, uma vez organizados, busquem formas de se fazer presentes na implementação de políticas públicas. Essa mobilização social é necessária para que bem suceda o processo de descentralização trazido pela implantação do processo democrático após a Constituição Federal de 1988. Observa-se, portanto, que a importância da dimensão política para o avanço do desenvolvimento sustentável se dá quando os cidadãos buscam organizar-se para participar dos espaços de decisões e de gestão. Ou seja, trata-se da organização e da participação que fazem com que as políticas públicas atendam às demandas da sociedade.

1.4 A DIMENSÃO ECONÔMICA

Se a proposta de desenvolvimento da modernização conservadora prometia uma economia vicejante, ela trouxe sérias limitações também no tocante ao aspecto econômico. A “revolução verde” foi baseada em substancial aumento do crédito subsidiado para produção de culturas de exportação. Isso foi acompanhado de todo um aparato tecnológico e organizacional dos produtores que podem ser bem figurados pelo desenvolvimento dos complexos agroindustriais da década de 1970 (ALTAFIN, 2003, p.89). Houve todo um contexto de malogro dessa política que se correlaciona à aceleração inflacionária nos anos setenta e início dos anos oitenta. Mas, o fato é que tal proposta de desenvolvimento baseada em subsídios sequer sustentou-se do ponto de vista de crescimento econômico. A inflação crescente tornou insustentável os subsídios ao crédito rural que estava voltado para produção de culturas de exportação. Assim, sem crédito a consequência foi a diminuição de investimentos em insumos e em área plantada e, portanto, da produção agrícola (DALL’ACQUA, 1985). Essa é uma rápida síntese da situação brasileira no campo quando do início do processo democrático com a Constituição de 1988.

A partir de então nasce a proposta de municipalização e a descentralização dos serviços públicos trazendo em seu bojo a idéia de que o desenvolvimento seria proveniente das localidades. Contudo, argumentos em estudos recentes (RÜCKERT, 2004;

SCHNEIDER, 2004), mostram que a descentralização tanto pode servir aos interesses do desenvolvimento sustentável como pode colocar os novos arranjos microrregionais como reféns dos interesses do mercado cada vez mais globalizado. Esse é um lado crítico da descentralização trazido, principalmente, pelos interesses neoliberais presentes no mundo desde o nascedouro da proposta de modernização (BRANDENBURG, 1999, p.54; MACHADO, 2005, p.12-18). Um dos grandes críticos da globalização, Joseph E. Stiglitz, estudioso da importância da isonomia da informação para o equilíbrio competitivo no mercado, cujos méritos levaram-no a ganhar o Prêmio Nobel de Economia em 2001 (ALDRIGHI, 2006, p.137), em recente entrevista, põe em xeque a utilidade da política neoliberal não apenas no tocante à sustentabilidade, mas também, do ponto de vista econômico: “Lembre-se da política neoliberal associada ao Fundo Monetário Internacional. Ela não se refletiu em crescimento sustentável durante vários anos, mas em crises econômicas.” (STIGLITZ, 2006). Ademais, vale questionar a efetividade dessa proposta de descentralização que veio a reboque do processo democrático. Não é difícil perceber em nossas cidades sinais do que Sachs (2004, p.38) qualificou como crescimento excludente. Trata-se, segundo o autor, de um estilo baseado no mercado de consumo, concentrador de renda e riqueza, com grande maioria em atividades informais ou subsistindo precariamente da agricultura familiar, população suborganizada e com fraca ou nenhuma participação na vida política.

Sachs (2004) dá destaque à importância da dimensão econômica, mas com uma relevante ressalva. Entende que “o crescimento econômico é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente” (p.13). É crescente a proposta de que a produção de bens e serviços que alimentam o mercado local, e, por conseguinte, promovem o crescimento econômico, parta de uma estratégia definida, sobretudo, pelos interesses da comunidade. Graziano da Silva (2002, apud Schneider 2004) entende que a busca pelo desenvolvimento deve iniciar na organização social. Conforme Schneider o entendimento de Graziano da Silva é que a efetiva organização social e institucional da sociedade civil é tão ou mais importante do que fornecer aparatos (técnicas, informação ou finanças) para se buscar o desenvolvimento. Esse entendimento é um elemento básico do que se denomina empoderamento das comunidades.

Sachs (2004, p.62) considera que o empoderamento microrregional agregado ao processo democrático é o caminho para a sustentabilidade do desenvolvimento. No entanto, demonstrando concordar com o supracitado posicionamento de Graziano da Silva, entende que mais do que simplesmente agregar iniciativas locais de desenvolvimento deve-se buscar arranjos colaborativos e sinergias visando a um planejamento interativo com

procedimentos de deliberação ascendentes e descendentes. Abramovay (2004) observa que o mundo acadêmico tem dado atenção para este ponto de vista. Entende este autor que é necessário os mercados serem produtos da interação social, e observa que a defesa dessa idéia se faz presente no ambiente acadêmico:

Apesar das evidentes diferenças de estilo, de pressupostos teóricos e até comportamentais, é nítida a convergência entre importantes correntes da sociologia e da economia no sentido de preconizar o estudo dos mercados como estruturas sociais e não simplesmente como um mecanismo abstrato e neutro de encontro entre compradores e vendedores. (ABRAMOVAY, 2004, p.58)

Sachs (2004) vê na geração de empregos uma porta de entrada para o desenvolvimento sustentável. Defende a idéia de que a prática da equidade deve se basear em "tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apóiem" (p.14). Entende o autor que a prática disso pode se dar fazendo com que o financiamento público dedique uma parte do PIB para programas sociais (assistência, educação, saúde e moradia). Contudo, observa que tais políticas compensatórias devem ter prioridade menor que as políticas de geração de trabalho e renda, pelo fato de estas darem uma solução mais duradoura ao problema social (p.41). Nesse sentido, acredita no potencial do crescimento baseado na geração de postos de trabalho pelos agricultores familiares, uma vez que muitas atividades podem ser geradas com a expansão de serviços e indústrias rurais não-agrícolas, estreitando a relação entre o campo e a cidade. Isso propicia a pluriatividade, que Sachs destaca ser algo que "tende a se tornar uma palavra-chave para os agricultores e as suas famílias." (p.93).

De fato, segundo Carneiro (1999, p.337) a pluriatividade no meio rural é algo que se faz presente em algumas famílias e ausente em outras. A autora observa que, seja por razões econômicas ("queda da renda agrícola"), seja por razões culturais ("o saber fazer, a rede de sociabilidade"), existem famílias que se dedicam, em diferentes escalas, a outras atividades além daquelas relacionadas ao setor agrícola, tais como: comércio, prestação de serviços, turismo, manufaturas, artesanatos, transformações agroindustriais. Assim, ao se montar um plano de desenvolvimento, mais que considerar as possibilidades de inclusão de novas atividades, deve-se atentar para as potencialidades da comunidade em despertar a pluriatividade.

Há uma tendência de os autores entenderem que desenvolver não é só "ganhar dinheiro". A globalização pode trazer benefícios econômicos para uma região ou território, mas pode, em um instante, levar tais vantagens para outras localidades sem se importar com uma possível situação de ocorrência de pessoas prejudicadas. O que se absorve das

opiniões dos estudiosos é que, definitivamente, é preciso agir com inteligência para se montar estratégias para lidar com o mercado cada vez mais globalizado. A democracia, a descentralização das políticas públicas, a articulação de territórios, a criação de novas instituições se destacam dentre outras estratégias modernas para se buscar a democratização do desenvolvimento. Contudo, os estudiosos observam as forças do mercado se adequarem rapidamente para manterem o poder e a riqueza centralizados em poucos (RUCKERT, 2004; SCHNEIDER, 2004). Dessa forma, é possível se depreender do conjunto de opiniões de estudiosos que a importância da dimensão econômica para o avanço do desenvolvimento sustentável reside na necessidade de os cidadãos se organizarem para, com inteligência, montarem estratégias conjuntas que visem a geração de trabalho e renda, que conforme lembra Sachs (2004, p.41) têm a capacidade de trazer soluções mais estáveis para a problemática social.

1.5 A DIMENSÃO TERRITORIAL

Os processos de municipalização e de descentralização também se contextualizam na dimensão territorial do desenvolvimento sustentável. Um novo fluxo de interesses se estabelece na federação com a conquista da soberania dos municípios amparada pela nova Carta Magna, e isso aumentou a ocorrência do processo de descentralização dos serviços urbanos. Assim, essa reforma do Estado aproxima o gestor dos recursos públicos da população local. Contudo, as limitações financeiras de pequenas prefeituras e a ineficiência na gestão da coisa pública dificultam o desenvolvimento local com foco no município. Para se livrar das limitações de tais recursos, os gestores municipais acabam buscando novas estratégias econômicas com municípios vizinhos e com empresas o que origina uma nova feição da microrregião (RUCKERT, 2004; COELHO, 2000; ARRETCHE, 1999).

Observa-se que estudos concentrados na viabilização do desenvolvimento dessas microrregiões consideram-nas sob a denominação de territórios. Rückert (2004, p.148) analisando políticas territoriais no estado do Rio Grande do Sul entende que são inúmeros os interesses que acabam perpassando pela instância municipal, muitas vezes regidos pela iniciativa privada e pelo Estado. Dessa forma, a idéia de desenvolvimento local não fica determinada espacialmente pela circunscrição municipal, pois, como menciona Rückert, a “aglutinação dos governos locais e das organizações sobre territórios mais amplos confere-lhes capacidades competitivas, tendendo a diferenciá-los dos demais lugares” (p.175). Coelho (2000, p.12 e 41), a partir de um levantamento em diferentes regiões do país, também faz uma análise da questão territorial. Observa o surgimento de interações intermunicipais na articulação dos atores econômicos e sociais construindo redes de

desenvolvimento local. Coelho destaca que tais interações ressaltam a questão da territorialidade (p.45).

Ao considerar a importância da dimensão territorial para o desenvolvimento sustentável, Sachs (2004, p.15) sintetiza a ideia como sendo relacionada “à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades” (p.15). Neste caso, a dimensão territorial acaba abarcando todas as demais dimensões do desenvolvimento sustentável, visto que aquilo que é relevante para a sustentabilidade local deve ser chamado a participar do território. Neste contexto o espaço geográfico não deve ser confundido com o território, como já adverte Coelho (p.45), visto que os atores (provenientes das diversas dimensões) e o espaço geográfico estão sempre em conflito (dialética), o que torna o espaço territorial algo em constante dinâmica. Essa dinâmica é também observada por Rückert (2004) ao entender que os “arranjos econômico-espaciais” acontecem numa velocidade maior que os “arranjos político-territoriais” o que o leva a concluir, por exemplo, que “a territorialização da dinâmica política é mais lenta que a dinâmica econômica” (p.176). Rückert entende, por fim, que se deve buscar uma reestruturação que harmonize essa dinâmica, visando à efetividade das ações territoriais.

Gehlen e Riella (2004, p.20), destacam que no debate sobre a percepção de território configuram ideias que ora consideram-no estático, ora complexo e dinâmico. Entendem esses autores que a noção de território é controversa. Isso porque pode ser vista ora aliada, ora oposta à proposta de globalização. Aliada devido às chances de inclusão da localidade num contexto mais amplo pela valorização das potencialidades locais, e oposta devido à valorização da localidade quando se tenta dar um tratamento padrão ou uniforme proveniente de interesses globalizantes. O fato é que o território deve ser olhado como um todo (holismo), considerando as questões sociais, econômicas, políticas, ambientais, dentre outras, visando achar um espaço interessante no contexto global de competitividade. É nesse contexto que o território se faz imprescindível no avanço do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido o rural é abordado sob uma nova perspectiva. Gehlen e Riella (2004, p.21) entendem que há vantagens perceptíveis para além da mobilização de forças para organização da agricultura. Observam que se somam outras questões que podem incrementar tanto a competitividade do território como possibilitar melhorias locais nem sempre econômicas. Essas outras melhorias podem ser, por exemplo, a preservação ambiental, a valorização da cultura e tradições locais e uma maior participação e organização sociais. Schneider (2004, p.110) entende que não há consenso entre os estudiosos sobre o conceito de território e, reconhecendo não ser simples uma adaptação

conceitual, sugere para uso pragmático que a abordagem da tal conceituação se de na perspectiva do desenvolvimento rural. Essa idéia encontra subsídio em Navarro (2001, p.16) que, considerando a chance de ampliação da participação social com o processo de democratização municipal, entende que o desenvolvimento rural não se restringe ao agrícola ou a organizações sociais no campo, mas incluem mudanças na vida social do município ou do território. Mas, voltando ao supracitado trabalho de Schneider, o autor traz a idéia de ser primordial o fortalecimento da organização dos atores sociais no combate à pobreza, levando a crer que na falta desta a abordagem territorial não contribuirá para o desenvolvimento sustentável.

Em que pese a existência de polêmicas conceituais acerca da denominação de território, observa-se que os estudiosos entendem ser relevante considerá-lo para se pensar no avanço do desenvolvimento sustentável. Observa-se tendência dos autores ao entendimento de que a importância à dimensão territorial para o desenvolvimento sustentável se dá por meio da valorização e utilização do potencial local para além do espaço da comunidade, para um condicional interesse de se trazer melhorias, sobretudo para o combate à desigualdade socioeconômica. Observa-se, portanto, que os estudiosos dedicam atenção a mais uma utilização da organização dos cidadãos, qual seja: fortalecer a ação conjunta de localidades vizinhas para, em cooperação, buscarem melhorias e se prepararem para aproveitarem as oportunidades que surgem.

Muito esforço e estudos têm sido direcionados a se buscar o desenvolvimento sustentável. A partir da década de 1990 esse esforço começou a ser notado em políticas públicas voltadas para os agricultores familiares. Essa atenção do Estado nasce em contexto de uma importante busca por reforma institucional no país que foi proporcionada por inovações democráticas trazidas pela Constituição de 1988 – a descentralização das políticas públicas. Estudiosos têm considerado importante a conciliação dos esforços da democratização com o avanço do desenvolvimento sustentável a partir do meio rural, sendo este, para além do agrícola.

Nesse sentido, o próximo capítulo dedica atenção ao processo descentralização de políticas públicas e à instituição de conselhos democráticos – importante resultado das inovações trazidas pela nova Carta Magna. Dedicar-se também a destacar elementos atualmente presentes nas discussões sobre desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar, bem como, à evolução da política pública voltada à agricultura familiar.

CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DEMOCRÁTICO, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A proposta do presente capítulo é trazer a discussão sobre o contexto dos esforços que têm sido direcionados para o desenvolvimento rural sustentável. Entendendo como relevante nesse contexto a questão da inovação do processo democrático trazida pela Constituição Federal de 1988, aborda-se, inicialmente, aspectos sobre a descentralização e a importância dos conselhos gestores de políticas públicas. A seguir faz-se uma abordagem sobre relevantes temas presentes em discussões recentes acerca do desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar. Enfim, discorre-se sobre a evolução da atenção do Estado orientando políticas públicas para a problemática da agricultura familiar.

2.1 A DESCENTRALIZAÇÃO E OS CONSELHOS DEMOCRÁTICOS GESTORES

A Constituição de 1988 trouxe soberania aos municípios. Marta Arretche (1999, p.114) observa que essa soberania possibilitou a transferência de responsabilidades de políticas públicas das esferas maiores de governo para as menores. Esse processo, denominado de descentralização de políticas públicas, foi marcante no Brasil durante a década de 1990 que iniciou com a gestão centralizada no governo federal de todas as políticas voltadas para a educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular. A autora entende que questões que determinam tais transferências passam pela capacidade operacional de gestão do serviço da esfera receptora da responsabilidade, pela existência de programas de incentivo para a transferência, e, principalmente, pela concordância das esferas menores (estados e municípios).

Essas questões, observa aquela autora, demandam toda uma engenhosidade política para convencer as esferas menores pela assunção de novas responsabilidades. Porém, há situações em que estados e municípios se vêem fragilizados em não assumirem uma posição ativa diante de um serviço público precário. Isso é claro, incomoda mais o Poder Executivo local à medida que a comunidade mobiliza queixas e demandas. Assim, a participação social pode ser mais um elemento a se considerar na engenharia do processo de descentralização de políticas públicas. No entanto, como observam Lubambo e Coutinho (2004) a participação ocorre de diferentes formas de acordo com a situação. Desde a que

gera cidadãos mais ativos, críticos da realidade que os cercam, àquela que gera cidadãos individualistas distantes do público, que enfim, limitam a governabilidade.

No caso brasileiro, Lubambo e Coutinho (2004, p.63) observam que os conselhos gestores são a grande novidade na implementação de políticas públicas no âmbito dos municípios. Destacam, inclusive, a expressividade da experiência do Brasil no plano internacional. Entendem que a Constituição de 1988 foi a responsável pela abertura que incentivou a criação de inúmeros fóruns populares de programas específicos, bem como, conselhos gestores de controle social. Isso porque o texto constitucional trouxe mecanismos para a participação social nas políticas públicas, permitindo que segmentos da sociedade tivessem acesso ao governo e participassem de decisões sobre algumas questões públicas. Em seqüência, essa participação foi materializada pelo governo federal por meio da criação de muitos colegiados, visto que isso era colocado como pré-requisito à implantação de várias políticas sociais.

Por outro lado, há dúvidas quanto à capacidade desses conselhos no tocante à sustentabilidade de suas ações. No supracitado trabalho de Lubambo e Coutinho, os autores observam que há lacunas quanto à efetividade da atuação dos conselhos como agentes de controle social. Se de um lado é inegável o potencial de aumento da cidadania nos espaços públicos, de outro lado, os autores destacam obstáculos quanto ao caráter deliberativo ou consultivo dos conselhos, e, levantam dúvidas quanto a real representatividade social dessas instituições. Enfim, os autores observam que estudos “sinalizam para a necessidade de se aprimorar o foco sobre a atuação dos conselhos gestores, de modo a se extraírem conclusões a respeito de sua efetividade e eficácia” (LUBAMBO E COUTINHO, 2004, p.64).

As considerações acima de Lubambo e Coutinho são cabíveis no caso dos conselhos voltados para o desenvolvimento rural. Pesa contra os conselhos de desenvolvimento (rurais ou urbanos) o fato de eles terem pouca clareza de quais são seus objetivos e atores. A atuação dos conselhos em áreas como saúde, educação, previdência social são menos complexas. Trata-se de exemplos de políticas públicas cujas concepções e organizações estão mais presentes no imaginário social. No entanto, quando se fala em desenvolvimento, a questão tende a ficar mais rica em complexidade. Isso porque as competências técnicas necessárias, o alcance e o resultado das ações vão além de um único tema e envolve um grupo mais amplo de atores sociais. Esse é o entendimento de Abramovay (2001, p.133). O autor destaca a importância dos conselhos de um modo geral ao entender que é “praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram” (p.121). Contudo, ressalta problemas básicos que limitam seriamente

a efetividade da atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Nesse trabalho Abramovay procura demonstrar que o sucesso dos CMDRS ocorrerá à medida que tais colegiados democráticos se tornem centros de reflexão e planejamento do desenvolvimento local. Destaca ainda o autor que é necessário se pensar o desenvolvimento para além da unidade municipal, defendendo a idéia de que os municípios não devem ser pensados como unidade de planejamento, mas devem se juntar a outros para buscar cooperação em objetivos comuns. Destaca ainda que as ações do CMDRS devem ser mais amplas que uma listagem de compras voltadas para os pequenos agricultores, devem vislumbrar metas mais ambiciosas, visto que a agricultura é apenas um elemento das várias atividades que compõem o desenvolvimento rural.

O autor levanta quatro situações problemáticas que são recorrentes nos CMDRS. De pronto, a sua criação nos municípios guarda forte correlação com o interesse de se cumprir a exigência para receber recursos federais. Ademais, a real representatividade social é fraca, o que implica que as velhas organizações assumem o processo e isso limita as reflexões críticas das dificuldades e a inserção de novas regras para promoção do desenvolvimento. O Poder Executivo local tem uma forte presença na direção dos CMDRS, o que nega a oportunidade da comunidade em exercitar sua capacidade administrativa. A isso se soma a baixa capacidade dos técnicos na inteligência necessária para elaboração de novas estratégias, ou mesmo de novas instituições, para construção de um projeto de desenvolvimento local.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR

Há um entendimento comum sobre o fato de se considerar a questão agrícola como apenas um dos elementos do desenvolvimento rural. Navarro (2001) destaca dois momentos marcantes em que o tema do desenvolvimento foi trazido com força às discussões. Primeiro assimilando o tema ao crescimento econômico e depois ampliando para questões socioambientais.

Inicialmente, nas décadas seguintes ao pós-guerra entre 1950 e 1980. O mundo experimentou um grande crescimento econômico, “revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais” (NAVARRO, 2001, p.2). Muitas mudanças aconteceram, visto que de início o mundo ainda estava muito centrado em atividades e economias rurais. Em síntese, a modernização chegou ao campo transformando as relações sociais e a economia no meio rural que passou a se submeter a novos interesses, tecnologias e modos de vida –

era a “revolução verde” prometendo a extensão do projeto de desenvolvimento ao mundo rural. Já no final da década de 1970 limitações nos resultados das promessas de modernização colocavam em xeque esse modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. A pobreza crescia, os impactos ambientais se evidenciavam e muitas nações pobres não obtiveram êxito no receituário de tal modelo.

O segundo momento que o tema desenvolvimento foi chamado à discussão ocorre uma reversão. Nesse, Navarro observa que o assunto era chamado para questionar o modelo descrito acima. Isso acontece com força a partir da década de 1990. O modelo vigente interessava a poucos e limitava muitos a conseguir viabilização mesmo que futura. Navarro arrisca entendimento de que essa desesperança passa a ser o combustível das novas discussões sociais e políticas sobre desenvolvimento. Acredita o autor que esse novo foco de debates passa a ter conseqüências irreversíveis. Percebe os efeitos disso sobre o meio rural com a revalorização do modo de vida, da sociedade e de suas atividades produtivas para reorganização de uma nova sociedade.

Esses dois momentos de discussão do termo desenvolvimento servem para destacar que desenvolvimento rural não é o mesmo que crescimento agrícola. A literatura (DALL’ACQUA, 1985; NAVARRO, 2001; GEHLEN, 2004, p.97) é farta na alegação de que o crescimento agrícola está para a “revolução verde” da mesma forma que o crescimento econômico está para a modernização conservadora (manutenção do *status quo*). Crescimento agrícola se liga à produção, à produtividade, à tecnologia de ponta. Quando se fala de desenvolvimento rural geralmente se correlaciona à melhoria do bem-estar para a população rural (NAVARRO, 2001, p.6). Esse entendimento é apoiado por Abramovay (2001) que destaca o crescimento econômico como um instrumento que sirva para se alcançar melhorias:

Não é óbvio que o crescimento econômico, por exemplo, se associe de maneira automática a um processo de desenvolvimento. É deste tipo de reflexão que resultou a preocupação contemporânea com índices de desenvolvimento social que vão muito além da capacidade produtiva de uma sociedade: a questão é saber se o aumento desta capacidade produtiva traz bem-estar.” (ABRAMOVAY, 2001, p.134)

Em que pese as nuances conceituais que diferem os termos agrícola, agrário, rural, sustentável e local, o relevante é que todos esses, de alguma forma, se mesclam ao se pensar no desenvolvimento para o meio rural. Conceitualmente, como já mencionado no Capítulo Um, o presente trabalho parte do pressuposto de Sachs de que o termo desenvolvimento, acompanhado da qualificação sustentável, abrange várias dimensões necessárias para o desenvolvimento avançar com equidade para as gerações atuais e futuras. Para o meio rural, Navarro acha mais adequado que o termo usado seja

desenvolvimento rural sustentável. Entende este autor que a adição da qualificação agrícola ao desenvolvimento faz referência às questões de base material da produção. Com esse complemento sendo o termo agrário a referência seria para todo o espaço rural e as relações sociais. Com o termo rural a adequação seria para articular iniciativas para induzir mudanças locais. Com o termo sustentável o foco se dá na questão ambiental. E, finalmente, com o termo local, Navarro entende estar em destaque a área de alcance para atuação. Mesmo com essa partição de focos, o autor entende que para uma adequada abordagem não se deve colocar uma fronteira entre tais expressões, que na verdade entende serem interpenetráveis:

Evidentemente, as fronteiras entre as expressões mencionadas não são inteiramente segmentadas e certamente seus significados interpenetram-se. Assim, será sempre necessário analisar corretamente o desenvolvimento agrícola para interpretar o desenvolvimento agrário de determinado país ou região, o que permitirá construir uma estratégia de desenvolvimento rural (ou, mais apropriadamente, por incluir dimensões ambientais, o desenvolvimento rural sustentável). Adicionalmente, sob tal estratégia, provavelmente um conjunto de iniciativas no plano propriamente local (desenvolvimento local) serão igualmente imprescindíveis. (NAVARRO, 2001, p.9)

Para a conquista do bem-estar no meio rural, Navarro considera relevante que a estratégia de desenvolvimento rural sustentável inclua esforços de setores sociais e do alto empresariado agrícola. Considera relevante a inclusão de questões ambientais para boa gestão dos recursos naturais necessários ao processo. E entende ser importante que a sociedade participe ativamente do controle da aplicação dos recursos públicos. Enfim, a tudo isso deve se somar a agregação das forças locais para, democraticamente, buscarem estratégias para que todos participem ativamente e se beneficiem da valorização do rural como uma opção de sociedade.

No contexto do primeiro momento das discussões sobre desenvolvimento, observa-se que a modernização afligiu muitos pequenos produtores agropecuários. A modernização trouxe a idéia de civilização ao meio rural por meio da proposta de expansão da fronteira agrícola, visando a mais produtos para o mercado. José de Souza Martins lembra-nos da perversidade dos efeitos da modernização no meio rural nas últimas décadas:

Desde os anos 70 a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vêm mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou um contradesevolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo. As favelas e cortiços desta nossa América Latina, e de outras partes, constituem enclaves rurais no mundo urbano, transições intransitivas, desumanos modos de sobreviver mais do que de viver. O mundo rural está também aí, como resíduo, como resto da modernização forçada e forçadamente acelerada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformação social e econômica

gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar. (MARTINS, 2001, p.33).

Para isso a qualificação profissional apresentava-se como um difícil empecilho. Gehlen (2004, p.97) observa que o argumento central da qualificação dos caboclos, afro-descendentes e indígenas era tratada como “difícil, custosa e demorada, pois possuíam modos ou hábitos de vida considerados pouco metódicos e comportamentos incertos em relação ao conceito dominante do trabalho” (p.97). Assim o incluído passa a ser o civilizado, o moderno. E a reboque desse pensamento, as políticas públicas rurais voltavam-se para a produtividade de mercadorias. O progresso ou desenvolvimento rural, conforme coloca Gehlen, era “substituir o selvagem [...] e o nativo [...] pelo culturalizado e pelo mercado” (p.97). Dessa forma, a modernização, impôs esse padrão de produção que desestruturou os saberes tradicionais ligados à agricultura e que tinham fraca inserção econômica e política. Produziram-se efeitos de exclusão e a pobreza sobre diversos grupos sociais do meio rural.

Para interferir nesse processo de exclusão e pobreza foi importante a mobilização social. Durante anos organizações voltadas para os que foram expulsos do contexto agricultura familiar voltavam-se para inserção de suas reivindicações em políticas públicas que trouxessem a viabilidade desses nas atividades rurais. Essa mobilização se fez ouvir, sobretudo, com a abertura democrática trazida pela Constituição de 1988. Foi desse esforço que nasceu o PRONAF (ALTAFIN, 2003; BRASIL, 2004, GEHLEN, 2004, p.98). Contudo, as demandas por uma política de reforma agrária demonstram que o meio rural precisa de modificações mais amplas (GEHLEN, 2004, p.100). A questão agrária é rica em complexidade e nas últimas décadas a defesa do discurso da reforma agrária foi adotado por muitas forças sociais. Gehlen explica que a reforma agrária é uma política pública com forte impacto social, combinando os argumentos econômicos de aumento da produção com a diminuição da pobreza. Nesse sentido, os benefícios de tal política vão para além do aspecto agrícola afetando toda a dinâmica local, visto que se trata de um projeto de sociedade com melhorias de caráter social, político, ambiental e econômico.

Nesse sentido, é oportuno se destacar o entendimento de Maria Nazareth Wanderley. Em uma publicação em que a autora sintetiza sua percepção sobre a problemática do meio rural, ela de pronto argumenta que o mundo rural está integrado ao meio que o cerca e naturalmente não deve ser tratado de maneira padronizada. Considera ser “de grande necessidade e urgência a elaboração de tipologias que evitem generalizações precipitadas e que, ao mesmo tempo, consiga articular os diversos ‘tipos’ observados em um quadro geral de análise” (WANDERLEY, 2001, p.32). Acredita a autora que o estreitamento entre o rural e o urbano (*continuum rural-urbano*) não faz sumir características do rural e do urbano o que faz com que a valorização dos espaços locais reiterem a existência do rural inclusive nos

impactos das políticas públicas nacionais e macrorregionais. Entende a autora que a família de agricultores tenha um importante significado no meio rural. Nesse sentido, destaca o papel da pluriatividade como uma

“estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar [...] Estas famílias, pluriativas ou não, são depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural.” (p.37).

Maria Nazareth Wanderley entende, também, que o processo de urbanização dos pequenos municípios brasileiros é um campo de reflexão importante apesar de pouco desenvolvido no Brasil. Mostra, segundo dados do IBGE de 1996, que no estado de São Paulo e na região Nordeste do Brasil os municípios com até 20 mil habitantes possuem 40,3% e 31,9% da população vivendo na zona rural, o que a faz inferir que “no Brasil, parcela significativa da população rural vive nas zonas rurais dos pequenos municípios” (WANDERLEY, 2001, p.34). É nesse sentido, inclusive, que José Eli da Veiga critica o entendimento do processo de urbanização do Brasil, ao observar que “este País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características” (VEIGA, 2002, p.31). Assim, considerando essa fragilidade do processo de urbanização no sentido de criar centros dinâmicos nos pequenos municípios, Maria Nazareth Wanderley entende que o problema rural é maior do que indicam as estatísticas, isto é, “maior do que os números da ‘desruralização’” (p.39), o que a faz crer que enfrentar essa problemática exige tratamentos especiais da relação campo-cidade. Cabe destacar que a complexidade agrária se faz presente em estudos recentes sobre desenvolvimento rural sustentável. A dinâmica do avanço dessa alternativa ao desenvolvimento vigente se baseia na busca por melhorias sociais, econômicas, políticas, ambientais, dentre outras, no âmbito de um determinado território (microrregião em geral composta por alguns municípios). Assim, na edificação do desenvolvimento rural sustentável essas dinâmicas partem da exploração do potencial de participação dos beneficiários da política pública, para atuarem em parceria com o Estado e com empresas privadas.

A questão da multifuncionalidade na agricultura tem um espaço importante nessa discussão. Esse assunto ganha notoriedade em 1999, em Seattle, na conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC). Naquele evento, o conceito do termo foi marcado pelo entendimento de diversos países, dentre eles o Brasil, de que a Comunidade Européia buscava protecionismo para os seus agricultores. De fato, a Comunidade Européia defendia diante da OMC um tratamento diferenciado para as múltiplas funções exercidas pelos agricultores europeus que, portanto, não poderiam receber um tratamento meramente comercial (referiam-se às externalidades provindas de benefícios ambientais). A crítica

estava na questão de se usar a multifuncionalidade como escudo para se mascarar a posição protecionista da Comunidade Européia, o que burlava as regras acordadas na OMC. Essa foi a impressão que marcou o conceito de multifuncionalidade (ABRAMOVAY, 2001; ALTAFIN, 2003; SOARES, 2000/2001).

Contudo, o debate sobre a multifuncionalidade da agricultura surge mais remotamente e em um contexto mais amigável. Soares (2000/2001, p.41) observa o destaque do tema na Conferência do Rio em 1992, a Eco-92, quando a relevância do conceito foi reconhecida pelos governos e registrada no capítulo 14 da Agenda-21 sugerindo que um programa que proporcione a “revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, **à luz do aspecto multifuncional da agricultura**, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável” (CNUMAD, 2001, p.218, *grifo meu*).

Nesse sentido, Abramovay (2002) estudando a realidade rural européia observa a valorização de funções dos agricultores para além da produção. Soares (2000/2001) atenta para a importância dessa questão no Brasil, especificamente sob o foco da agricultura familiar. Destaca a relevância agricultura familiar na segurança alimentar, no meio ambiente, na economia e no aspecto social. Entende que, na questão de segurança alimentar, a agricultura familiar tem grande contribuição na produção de alimentos e na distribuição de renda. No meio ambiente a ação familiar é de menor impacto, valoriza o policultivo e os agricultores têm mais interação e responsabilidade com o ecossistema do território. Na função econômica, lembra Soares, que apesar de dispor de pouca área e pouco financiamento da produção, a agricultura familiar produz quase 40% do valor bruto da produção agropecuária brasileira (VPB). No aspecto social destaca o autor que muitas zonas rurais primam pela sua cultura, tradição e identidade não se baseando a viabilidade da vida apenas na produção e destaca que a agricultura familiar é responsável pela ocupação de 76% do pessoal ocupado no meio rural brasileiro. O entendimento de Soares é que a multifuncionalidade da agricultura familiar é útil para se perceber as suas relações com outros setores da economia o que gera interações para além da questão da produção primária, sendo importante, enfim, que haja reconhecimento e atenção das políticas públicas para o setor.

[...] a agricultura familiar brasileira cumpre múltiplas funções para a sociedade, indo muito além da mera produção primária. O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar pode significar que seu tratamento não pode ser unicamente comercial, ou de mercado. A agricultura familiar provê um conjunto de serviços e bens públicos, tangíveis e intangíveis, de elevado valor para a sociedade em geral. Os meros instrumentos de mercado não são suficientes para dar conta da complexidade do desenvolvimento da agricultura familiar em seus diversos aspectos.

[...]

Este reconhecimento das funções múltiplas da agricultura familiar pode implicar em transformações nas políticas públicas domésticas e nos posicionamentos do governo em negociações internacionais. (SOARES, 2000/2001, p.47).

Segundo Veiga (2002, p.283), o movimento da abordagem territorial enriquece o entendimento do desenvolvimento endógeno. Trata-se de mais um tópico que merece destaque na discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Observa o autor que as zonas rurais e urbanas estão cada vez mais interdependentes, com isso faz-se necessária a organização das atividades econômicas de modo a considerar a interação entre localidades, cidades e regiões, e, portanto, a busca pelo desenvolvimento deve ponderar questões urbanas e rurais, locais e regionais. Abramovay (2000) considera fundamental a organização de ações numa dinâmica territorial. Observa que o município é inadequado para se pensar no planejamento territorial, visto ser comum no país o poder político dos prefeitos ser determinado por práticas clientelistas. Ademais, entende que “as forças capazes de produzir uma interação dinâmica entre diferentes setores de um território não se confinam aos limites de um município” (p.394). Essa interação dos setores propicia um ambiente para se gerar novas instituições para busca de soluções contra o atraso e o abandono no meio rural. É aí que se percebe a relevância do capital social (ABRAMOVAY, 2000, p.394), também um importante elemento nessa discussão.

Ao contrário do processo de concorrência de competências que tem se manifestado cada vez mais forte no mercado atualmente globalizado, ressalta-se a importância do espírito de cooperação. Nesse aspecto percebe-se a importância do capital social para o território. Abramovay (2000) entende o capital social como um conjunto de recursos ligados à rede de relacionamentos, disponível a todos e, geralmente, simbólicos, os quais são importantes para o alcance de metas – a rede de contatos que auxilia os esforços individuais. Em tal trabalho, o autor faz abordagem da exploração do capital social no meio rural com foco no território entendendo que se trata de algo que “permite que se ampliem os horizontes de reflexão sobre o meio rural” (p.379). Depreende-se do entendimento do autor que, nesse sentido, o foco do capital social é a organização da sociedade almejando ações coordenadas e refere-se a um conjunto de recursos públicos cuja apropriação é relevante para o destino da comunidade⁵. Gehlen (2004, p.102) reforça que o capital social é relevante na organização e planejamento de uma localidade destacando sua importância “para

⁵ Nesse trabalho, Abramovay faz uma ampla reflexão do conceito de capital social em uma revisão dos seguintes trabalhos de Coleman e Putnam:
COLEMAN, James S. *Foundations of Social Theory*. The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres: 1990.
PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna*. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 1993/96.

identificar potencialidades e gargalos até a formulação de uma proposta global de desenvolvimento, como antecipação do futuro a ser atingido e as escolhas de estratégias operacionalizadas em planos integrados de desenvolvimento.”

A importância do capital social pode, também, ser percebida como elemento crucial nas práticas de governança. Boschi (1999) adota o conceito de governança que tem norteado as discussões sobre a gestão urbana nos países em desenvolvimento, “referindo-se a formatos de gestão pública que, fundados na interação público/privado, tenderiam a assegurar transparência na formulação e eficácia na implementação de políticas”. O autor, observando os arranjos institucionais em duas cidades brasileiras, ressalta que o vigor do capital social é um elemento de grande importância nas práticas de governança o que favorece “uma perspectiva de recuperação do papel do Estado a partir de uma ótica descentralizada”.

Há muito as oligarquias acumulam sabedoria e experiência para proteção e manutenção de suas riquezas. Brandenburg (1999, p 54) cita que se trata de uma rotina que se repete desde a época do Iluminismo no século XVIII. É por isso que é tratado como conservador o esforço da modernização, pois em qualquer situação, essa oligarquia tem se mantido viva procurando caminhos e mecanismos de manutenção da sua posição social, de seu *status quo* com severos custos sobre a qualidade de vida de muitos da sociedade e do meio ambiente. Como destaca Abramovay (2001, p.125) é certo que tais mudanças não se darão sem conflitos entre grupos sociais. Gehlen corrobora essa opinião e, sobre os excluídos dessa modernização, observa que ainda recai a culpa de serem incapacitados de se incluírem nas formas atuais de trabalho, o que mais uma vez os coloca como vítimas.

Os muitos estudos acerca de temas sobre o desenvolvimento sustentável no mínimo registram os esforços e experiências para o alcance de crescimento econômico com equidade social e sem degradação ambiental. O esforço para que as mudanças aconteçam depende das ações da sociedade na contínua mobilização para que os benefícios da modernização sejam compartilhados. Para isso faz-se importante a ativa participação social na construção das novas instituições e iniciativas. Trata-se de novas regras para as ações em parceria com o poder público e com a iniciativa privada, enfim, com as forças locais do território, visando a um posicionamento digno do território no contexto do mercado globalizado. Isso será necessário para que o desempenho competitivo do território não fique centrado apenas nas questões econômicas, tal qual foram muitas estratégias até então, que afligiu a muitos para a manutenção do *status quo* das mesmas oligarquias (GEHLEN, 2004, p.101). Sobretudo, o desempenho do território deve atuar sobre as dimensões do que se considera desenvolvimento sustentável. É preciso que os esforços da descentralização das

políticas públicas, dos conselhos democráticos estejam focados nessa direção (SATO, 1993, p.20; ABRAMOVAY, 2001, p.137).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF E PRONAT

A proposta de criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS se deu com a implementação da Linha de Infra-estrutura e Serviços Municipais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Atualmente, essa linha faz parte de um outro programa gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Trata-se do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, que tem um foco de atuação para além do município. O MDA direcionou o repasse dos recursos dessa linha para territórios rurais, conforme um conceito definido pelo próprio Ministério⁶. Nesse contexto, a situação da aplicação dos recursos que era feita com a participação dos CMDRS, passou a demandar a atuação de um novo colegiado, em geral, denominado Comissão de Implantação de Ações Territoriais – CIAT. Desde a concepção desses colegiados investiu-se na melhoria de sua atuação. No entanto, no Brasil, é recente a atenção da política pública à agricultura familiar. Sem a pretensão de um aprofundamento histórico, faz-se a seguir um destaque de alguns fatos que foram relevantes no passado até a instituição do PRONAF e, posteriormente, do PRONAT.

Observando-se as últimas décadas do século XX, já se percebe que esse setor foi vitimado com empobrecimento e miséria ao ser excluído dos benefícios da modernização. Conforme observa Altafin (2003), o país entra na década de 1960 buscando solução para os problemas do avanço da industrialização. Junto com esse avanço vieram também problemas sociais devido a concentração de renda e acelerada urbanização. Sob essa crise o governo João Goulart propõe um modelo de democratização do acesso à terra no meio rural. Era crescente a mobilização no campo na luta contra os latifúndios locais. Contudo, tal modelo sequer entra em execução devido ao golpe militar de 1964. Pelo contrário, entra em ação a modernização tecnológica no campo, com ações centralizadas pelo Estado, beneficiando grandes produtores (ALTAFIN, 2003 p.82-83).

6 O MDA reuniu dados de diversas procedências (em geral da década de 1990) e a partir de um conceito de território rural adotado na publicação traz informações visando contribuir para o avanço desenvolvimento sustentável com foco no território. Essas informações podem ser consultadas na seguinte publicação: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Referências para o desenvolvimento territorial sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2004. 344p.

No final da década de 1960, os pequenos agricultores, ainda que conscientes das adversidades da modernidade, estavam muito desmobilizados. Nessa época as arbitrariedades da ditadura militar, que comandava o país, procuravam inibir as mobilizações sociais (BRASIL, 2004). O Estado incentivava o desenvolvimento, priorizando atenção aos produtores com capacidade de resposta ao aumento da produção. Muitos agricultores familiares transformaram-se em trabalhadores temporários (“bóias-frias”) e cada vez mais alijados do processo, viam-se obrigados a abandonar a atividade (DALL’ACQUA, 1985).

Durante a década de 1970 a política agrícola do Brasil concentrou esforços na intensificação das atividades agrícolas. Era o Estado propiciando o desenvolvimento econômico. De fato, a ação do Estado trouxe impactos positivos na produção e produtividade agropecuárias (WAGNER, 1985 p.20 e 25) o que refletiu em incremento nas exportações brasileiras a partir da década de 1970 (DALL’ACQUA, 1985, p.7). Jara (1998) entende que esse processo, conhecido como modernização conservadora ou “revolução verde”, adequou pacotes de tecnologia visando maximizar a produção agropecuária, e isso resultou em marginalização dos agricultores familiares e degradação ambiental. Esse posicionamento é ratificado por Ida Brasil (2004, p.17-18) que entende que tal modernização não foi acompanhada de equidade social, muito pelo contrário, foi um instrumento que contribuiu para o aumento da desigualdade social.

Nesse contexto, os agricultores familiares, timidamente, buscavam mobilização em função de demandas por justiça no meio rural (BRASIL, 2004). Inicialmente, tal mobilização girava em torno dos prejuízos sociais causados pela citada modernização. Mas, o movimento do ambientalismo, principalmente após a Conferência de Estocolmo⁷ em 1972, influenciou a inclusão da degradação do meio ambiente às queixas sociais. Isso ampliou a percepção de prejuízos da modernização agrícola – um dos vetores do crescimento econômico.

Quando da Conferência de Estocolmo já se falava, no âmbito das nações, em se colocar limites ao crescimento econômico⁸. As mazelas sociais e a degradação do meio ambiente vinham reforçando a necessidade de se impor tais limites, conforme preconizava o Clube de Roma. Contudo, o Brasil, assim como as demais nações tidas como do Terceiro Mundo, posicionavam-se contra a imposição de limites ao crescimento econômico. O motivo

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – CNUMAH.

⁸ De fato preocupações com os limites ao crescimento econômico tinham sido geradas pelo Informe do Clube de Roma intitulado *Os Limites do Crescimento* em 1968, no mesmo ano em que se deu a convocação para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – CNUMAH (a Conferência de Estocolmo). Os representantes do Terceiro Mundo foram à CNUMAH para defenderem a modernização que trazia o crescimento econômico e para “reafirmarem as responsabilidades que os países ricos deveriam assumir nesse processo” (MACHADO, 2005 p.185).

alegado, conforme cita Machado (2005, p.185), era que não se poderia restringir o desenvolvimento para atender as demandas ambientais sem que houvesse uma solução para redistribuição internacional da riqueza.

A partir da década de 1980 a proposta de desenvolvimento econômico da modernização conservadora começa a ruir. Em seu lugar cresce o neoliberalismo globalizado. As duas crises do petróleo durante a década anterior e a falência do Estado do Bem-Estar nas nações industrializadas refletiram um período de estagnação na economia brasileira no início da década de 1980 (ALTAFIN, 2003 p.95; MACHADO, 2005, p.240-243). A intervenção do Estado já não era adequada para a nova situação. Assim, fortaleciam em todo o mundo as propostas de Estado mínimo e liberalização comercial e financeira – surgia o neoliberalismo por meio da globalização transformando em ultrapassadas as economias fechadas e protegidas.

No Brasil essa crise teve repercussões na política agrícola. O crédito subsidiado deixa de financiar a modernização conservadora da agricultura que por sua vez retrai a aquisição de insumos e máquinas, diminuindo a área plantada e a produção (DALL'ACQUA, 1985). Essas crises prosseguiram pela década de 1990. No começo da década de 1990, foram efetuadas reformas de cunho neoliberal na estrutura governamental. Assim, o fato de o Estado ter a sua ação diminuída passou a significar uma restrição à sua capacidade de atuar na direção do desenvolvimento do País. As regras do mercado privilegiavam os mais abastados e aumentava os problemas sociais (ALTAFIN, 2003 p.98).

Por outro lado, houve uma aproximação do poder público com os problemas dos agricultores familiares. Há alguns fatores que contribuíram para essa aproximação das políticas públicas. Altafin (2003 p.99) destaca o fortalecimento do movimento sindical dos trabalhadores rurais após o fim do regime militar em 1985, bem como a busca por um reordenamento do Estado com foco no neoliberalismo após a decadência do Estado do Bem-Estar. Brasil (2004, p.134), considera que o agravamento das desigualdades sociais e o aumento das preocupações ambientais no País e no mundo, também foram relevantes para a ascensão dos movimentos sociais no campo.

Destacam-se mais alguns fatos nos idos das décadas de 1970 e 1980. Durante a evolução da crise mundial, que culminou com a falência do Estado do Bem-Estar, o movimento ambientalista amadurecia. Esse movimento cresceu bastante a partir da década de 1970. Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, o Sistema das Nações Unidas já tendia a mudar seu posicionamento sobre o desenvolvimento. Conforme Machado (2005, p.80), até então os objetivos das Nações Unidas estavam diretamente identificados com o

progresso (leia-se crescimento econômico) como base de sustentação da paz mundial. Mas, com a ampla repercussão que teve o Informe do Clube de Roma, em *Os Limites do Crescimento*, “instaura-se no Sistema das Nações Unidas um esforço de reordenação de suas estratégias desenvolvimentistas” (MACHADO, 2005, p.200).

Contudo, observava-se um fraco avanço das soluções para a problemática ambiental. Assim, a ONU cria, em 1983, uma comissão para propor uma agenda global para mudança. Trata-se da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, que tinha como uma das questões centrais a “retomada da discussão de caminhos para o desenvolvimento dos países periféricos” (MACHADO, 2005 p.251).

Em 1987, a Cmmad apresenta o relatório “Nosso Futuro Comum”, que criticava o modelo vigente de desenvolvimento por ser insustentável do ponto de vista socioambiental. Em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD⁹ procurou incorporar a proposta de desenvolvimento sustentável da CMMAD nos seus diversos acordos e documentos. Machado (2005, p.271) critica tal assertiva sobre a CNUMAD à medida que entende que a Conferência, refutando elementos básicos propostos pela CMMAD, colocou a “problemática ambiental na lógica do livre mercado”.

De fato, podem-se observar aspectos em comum nas mudanças das políticas econômica e ambiental. A economia mundial achou no neoliberalismo uma solução para a crise que pôs fim ao Estado do Bem-Estar. Buscando uma solução para a problemática socioambiental, o movimento ambiental aproximou-se do neoliberalismo. Na opinião de Machado (2005, p.293-306) desse estreitamento nasce a proposta de desenvolvimento sustentável. Em sua tese, Machado aponta uma série de constatações dessa aproximação no texto da Agenda-21. Daí, sugere o estudo da correlação de forças em experiências locais que nasce dessa aproximação, visando conhecer o caráter transformador e emancipador da nova situação.

Também relevante na década de 1980 foi a instauração do processo democrático que se deu logo após o fim da ditadura militar no governo. Tal processo gerou a Constituição Brasileira de 1988, que, conforme menciona Sato (1993, p.7) contém princípios voltados para a descentralização do poder público. Sato observa que a regulamentação desses princípios “está bastante atrasada”. Na descentralização, conforme o autor, as partes – União, estados e municípios – atuam com autonomia e independência ainda que façam parte de um todo.

⁹ A CNUMAD (também conhecida como Eco-92 ou, Conferência do Rio) foi realizada na cidade do Rio de Janeiro – Brasil.

Denise Gros (2004) analisou algumas formulações de propostas de políticas públicas de cunho neoliberal. Em tais propostas, introduz-se a lógica empresarial nos espaços governamentais. Nesse estudo Gros (2004, p.149) observa que a lógica neoliberal entende a oposição entre a descentralização e a centralização da mesma forma como entende que os mecanismos mercadológicos devem se opor aos mecanismos administrativos. É o que a autora destaca do pensamento de David Osborne ¹⁰:

No livro, Osborne propõe a introdução da lógica empresarial nos espaços governamentais como orientação para a reforma do governo. Assim, à centralização deve se opor a descentralização; à lógica de comando e controle, a da horizontalidade da equipe; à lógica monopolista, a competitiva; à regulamentação excessiva das tarefas, a proposição de objetivos e missões; à orientação por processos, a busca de resultados; à satisfação dos interesses da burocracia, a satisfação do cliente; à lógica que enfatiza os gastos, a que valoriza mais atenção aos ganhos; aos mecanismos administrativos, os mecanismos mercadológicos. (GROS, 2004, p.149).

Por um lado, o estudo de Gros pode justificar a influência neoliberal no texto da Constituição na inclusão dos princípios descentralizantes que Sato menciona. Mas por outro lado, Sato lembra que não é só o interesse do mercado que define o ritmo da regulamentação da descentralização do poder público. Trata-se de uma ampla negociação com importantes grupos de pressão no processo decisório político, dentre os quais se incluem organizações sindicais, profissionais, comunitárias entre outras. Sobre tais negociações, destaca o autor que “Este método tem-se tornado crescentemente importante com a democratização do país.” (SATO, 1993 p.20). Assim, conclui o autor que o processo descentralização não é suficiente para se garantir a democratização. Esta é mais complexa, pois demanda organização e conscientização da comunidade local. O autor destaca:

Enfim, a democracia direta pressupõe a autonomia local, organizada e conscientizada, para que os requisitos da descentralização, da integração e da participação reposicionem os beneficiários como agentes de sua própria transformação. Nesse sentido, o planejamento da descentralização deve ter em vista a participação dos beneficiários na tomada de decisões, desde o estabelecimento de prioridades até a alocação de recursos, desde a execução até a avaliação, inclusive o aporte consciente de recursos próprios. (SATO, 1993 p.20)

Sob esse conjunto de fatos econômicos, socioambientais e políticos, os agricultores familiares oportunizaram uma maior mobilização. Encontraram um espaço mais propício para reivindicar atenção a suas demandas nas políticas públicas do Estado. E assim o fizeram, de modo tal que a partir de 1994, conforme cita Altafin (2003), começou a gestação

¹⁰ OSBORNE, David. *Reinventando o governo*. São Paulo, Anuário do Instituto Liberal de São Paulo, 1995, op.cit. p.149.

de ações que culminou com o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano seguinte.

O PRONAF teve sua execução iniciada em 1995, antes mesmo de sua institucionalização formal, pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 18.jun.1996. Isso ocorreu pelo fato de naquele ano já estarem acontecendo discussões acerca do Programa, e as entidades representativas dos trabalhadores rurais, sem crença de que o plano “saísse do papel”, demandaram medidas concretas que sinalizassem a sua implantação (NEPP, 1999, p.56). As ações do Pronaf, conforme observa Altafin (2003), também foram propiciadas por uma crescente organização do movimento dos trabalhadores rurais (CONTAG, MST, MPA e outros).

Formalmente instituído há uma década, o PRONAF é uma política pública recente e inovadora. Ademais, é uma ação do Estado que tem direcionado atenção e recursos públicos para um setor tradicionalmente abandonado (BRASIL, 2004, p.115-122). Trata-se de um programa que em sua concepção foi composto por quatro linhas de ação dedicadas à agricultura familiar (BRASIL – MDA, 2002):

- Financiamento da Produção
- Financiamento de Infra-estrutura e Serviços
- Capacitação e Profissionalização
- Negociação de Políticas Públicas

Essa política pública foi estruturada para valorizar e incentivar a agricultura familiar. Sachs (2004) entende que a agricultura familiar é um importante elemento para se avançar rumo a um desenvolvimento integrado e sustentável. Desenvolvimento esse que tem forte potencial de geração de postos de trabalho. O autor considera que se trata de uma estratégia de ocupação da população rural que é mais barata do que integrar esses atores à economia urbana¹¹.

Para todos os efeitos, podemos considerar a unidade familiar como possuidora de uma reserva potencial de tempo de trabalho a ser aproveitada como uma verdadeira reserva de desenvolvimento. Por isso, longe de serem meramente políticas sociais, a reforma agrária e as

¹¹ Sachs apresenta um apanhado de seu entendimento sobre a relevância da agricultura familiar e o seu potencial de geração de postos de trabalho afetando a economia de forma complexa, indo além da dicotomia formal e informal, o que o autor entende ser raramente reconhecido por economistas convencionais (SACHS, 2004, p. 49-51, 123-129).

medidas de apoio à agricultura familiar afiguram-se como alavancas importantes da estratégia de desenvolvimento. (SACHS, 2004, p.125-126).

Dentre as ações executadas com recursos do PRONAF estavam, até há pouco tempo, aquelas voltadas especificamente para a linha de Infra-estrutura e Serviços (que neste trabalho tem se denominado PRONAF-INFRA). Tais recursos eram aplicados por meio de uma moderna e sofisticada teia de processos e atores sociais¹². Essa teia dedicava-se a investimentos tais como: obras hídricas, obras de escoamento da produção, aportes tecnológicos, máquinas, armazéns, dentre outros (BRASIL – MDA, 2002, p. 37). Tal dedicação visava dar ao município condições de consolidar o desenvolvimento rural. Tendo sido o programa formalmente instituído em 1996, essa linha do PRONAF começou a repassar recursos às unidades da federação a partir do ano de 1997 e assim continuou até meados de 2003.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), então gestor do PRONAF, considerava que uma das grandes inovações desse programa estava presente na linha PRONAF-INFRA. Essa relevância era destacada não apenas pelo MDA (BRASIL – MDA, 2002, p. 31-32) como também por estudiosos como Abramovay (2001) e Favareto e Demarco (2002). Trata-se do fato de o programa, em tese, induzir à institucionalização de colegiados dedicados a questões da sustentabilidade no meio rural. Esses colegiados, em geral, denominados Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) eram um canal necessário para o município receber recursos federais do PRONAF-INFRA, visando propiciar um efeito construtivo no controle social e no estímulo ao planejamento territorial. Abramovay (2001, p. 121) chega a destacar que a “profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático”.

Assim, era por meio dos CMDRS que se disponibilizavam recursos para infra-estrutura e serviços do município, ampliando “as oportunidades de acesso aos mercados, ao conhecimento e ao próprio crédito por parte dos agricultores familiares” (BRASIL – MDA, 2002, p. 16). Esses colegiados eram e ainda são responsáveis pela elaboração de um plano municipal feito a partir de reuniões das comunidades rurais. Trata-se do atualmente denominado Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), que consolida as demandas dos agricultores.

¹² Nessa teia de processos e atores encontram-se os agricultores familiares, os sindicatos, as prefeituras, as secretarias estadual e municipal do PRONAF, o gestor (MDA), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS.

No PMDRS deve ficar registrado o pleito dos atores representados no CMDRS. Nem tudo que esse fórum participativo definia como relevante chegava de fato a ser atendido pelos recursos públicos. Em tese, por limitações do próprio orçamento público conforme posicionamento do MDA, que é gestor de tais recursos (BRASIL – MDA, 2002, p.32). Mas, por outro lado (e talvez o lado mais importante para a sustentabilidade do desenvolvimento rural), cabia aos CMDRS procurar soluções para que os seus PMDRS fossem executados em sua plenitude, visando garantir o que foi planejado para sua região. Tal expectativa ainda hoje recai sobre os CMDRS, ainda que neste ponto se configure a grande limitação de tais colegiados conforme argumenta Abramovay (2001).

Nesse sentido, há algumas avaliações que circundam os CMDRS e os PMDRS (NEPP, 1999; IBASE, 2001; FAVARETO e DEMARCO, 2002) nas quais se verificam sérias imperfeições nos esforços aplicados, afetando sobremaneira a execução das demandas projetadas no PMDRS. O NEPP (1999, p.94-95), em uma avaliação que Ferreira et al (2001, p. 527) consideram otimista do ponto de vista de viabilidade do programa, aponta problemas de orientação técnica no planejamento e implementação dos PMDRS, além de mencionar certa negligência do Governo Federal que se dedica apenas aos procedimentos formais sem contribuir para uma dinamização de implementação do programa.

De forma similar, dentre alguns problemas verificados, o IBASE (2001) destaca a dificuldade do PMDRS e dos CMDRS em propiciar iniciativas locais para o desenvolvimento rural. Os municípios ficam esperando as ações e repasses do PRONAF. Além disso, o IBASE observa que a representatividade dos agricultores é diminuída quando se destacam participações da prefeitura ou do serviço de extensão rural. Favareto e Demarco (2002) levantam indicativos de que os CMDRS são constituídos mais em função de se receber recursos do PRONAF e que são, em sua grande maioria, presididos pelo Poder Executivo local (“prefeiturização” dos CMDRS).

Naturalmente, as ações contidas nos PMDRS incluem aquelas que venham a ser “patrocinadas” pelos recursos do PRONAF. No entanto, acaba sendo esse o principal motivo, quando não o único, de a maioria dos CMDRS ter se organizado. Isso é apontado por muitos autores, conforme o amplo levantamento bibliográfico sobre o desenvolvimento rural nos municípios brasileiros elaborado por Duarte e Mattei (2005, p. 30). Assim, é natural que as críticas dirigidas aos referidos colegiados municipais sejam também, em conseqüência, direcionadas à estrutura do PRONAF.

Recentemente, o MDA reformulou as diretrizes da política pública que o PRONAF-INFRA estava focado. Desde o ano de 2003 que essa nova estratégia política tem voltado

atenção para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais¹³ ao invés do foco municipal que era dado pelo PRONAF-INFRA (BRASIL – MDA, 2005b, p. 17, 23). Assim, os recursos públicos do PRONAF-INFRA passaram a ser dirigidos para o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT.

Nesse novo formato as forças atuantes nos municípios organizam um colegiado representativo do território, em caso de ainda não haver um fórum análogo do território. Assim, se necessário, pode ser organizada a Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT). De uma forma ou de outra, o colegiado territorial existente ou recém-organizado passa a ser o responsável por coordenar a elaboração e a gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS. Investimentos em ações territoriais com recursos do erário exigem um PTDRS sob gestão de um colegiado territorial. Isso, em tese, não implica na desconstituição ou descontinuidade dos CMDRS e de seus PMDRS. Ao contrário, se bem sucedida, tal reformulação dessa política pública, é possível que a experiência acumulada na esfera municipal propicie novos sucessos no âmbito territorial.

Trata-se de uma síntese muito breve da “renovação” da política pública em pauta. É importante ressaltar que o MDA destaca que o objetivo dessa nova forma de atuação territorial é investir para se alcançar resultados de longo prazo (ao longo de 32 anos) nos aspectos: gestão social dos territórios, fortalecimento do capital social no âmbito territorial, dinamização econômica dos territórios rurais e integração de políticas públicas (BRASIL – MDA, 2005a, p.18-21).

Navarro (2001, p. 90) entende que o avanço do desenvolvimento rural sustentável pressupõe desempenho ativo e organizado da sociedade. Assim, a sociedade deve estar bem representada no CMDRS atuando sobre a gerência do PMDRS, e atualmente, também, nas CIAT (ou outro colegiado análogo) e PTDRS. Esse entendimento está de acordo com a já citada posição de Sato (1993 p.20) sobre a necessidade da organização e conscientização local para o sucesso de uma descentralização democrática do poder público. Nessa linha, também Gabriela Tunes Silva (2003) entende que o discurso de desenvolvimento, para além da defesa dos argumentos da proposta de desenvolvimento sustentável, deve ser, primordialmente, autóctone. Deve basear-se na busca por soluções para a problemática local, apresentando “um discurso [...] que seja genuinamente nosso” (SILVA, 2005, p.3).

¹³ Referência a essa nova abordagem da atuação do MDA, bem como à base conceitual de territórios rurais, pode ser consultada na publicação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT daquele ministério, intitulada Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais – Documento Institucional nº3 publicada em novembro de 2005, com elaboração por Arilson Favareto e colaboradores.

Na avaliação de Favareto e Demarco (2002), a realidade observada nos municípios denota limitação na representatividade dos colegiados municipais. Os autores vislumbram a ação territorial, expressando o entendimento de que cabe àqueles colegiados uma boa articulação gerencial para além de um espaço restritivo:

Ao longo desse relatório, quando se falar portanto do papel dos conselhos, se estará considerando sobretudo esse papel que se espera dos CMDRs tal qual aponta a tendência das políticas para o desenvolvimento rural. Isto é, entende-se que o principal papel dos conselhos é sensibilizar, mobilizar e **articular as forças vivas de um território na promoção de seu desenvolvimento** e no estabelecimento de pactos entre esses agentes orientados por esse mesmo intuito. Um papel que, portanto, aponta para a necessidade de superação dos limites do viés agrícola, municipalista, e meramente reativo que hoje predomina entre os agentes públicos e privados que atuam nos espaços rurais. (FAVARETO E DEMARCO; 2002, p. 16, *grifo meu*).

Enfim, observa-se nas últimas décadas um considerável movimento que visa buscar o desenvolvimento sustentável rural. Nisso, o processo democrático proporcionado pela promulgação da Constituição Federal de 1988 representou importante contribuição inicial. A descentralização das políticas públicas veio em consequência trazendo uma importante novidade institucional – os conselhos gestores democráticos. É nesse contexto que se observa o nascimento de políticas públicas voltadas a dar atenção a problemática da pobreza no meio rural. Nesse movimento, importantes temas vêm sendo discutidos por estudiosos com razoável aplicação junto a políticas públicas recentes, a exemplo da atuação territorial abordada pelo PRONAT. Em definitivo, são consideráveis as contribuições recentes para se proporcionar o desenvolvimento sustentável no meio rural.

Contudo, mesmo com tantas contribuições muitos são os desafios para se achar soluções que façam os esforços resultarem em sucesso. As críticas que se fazem à implementação dessas políticas públicas são sérias e por vezes desalentadoras. A implementação de tais políticas muitas vezes vão de encontro a interesses adversos provenientes da velha discussão de manutenção do *status quo*. Esse confronto, não raro, recai em uma limitação à continuidade da ação da política pública. Nessa verdadeira batalha os resultados tendem a ser morosos, aparentemente insignificativos. Contudo não se pode desprezá-los visto que tendem a trazer uma situação irreversível que é a mobilização social cada vez maior na barganha e de interesses e conquistas de melhoria de qualidade de vida. Nos mais otimistas, isso gera a expectativa de que os cidadãos conscientes de sua força e alcançando tais conquistas, como um atleta, tendem a querer mais, tendem a buscar novos “recordes”.

Dentre as adversidades para o sucesso de tais conquistas há uma importante crítica de Ricardo Abramovay à aplicação de recursos do PRONAF-INFRA. Abramovay entende

que os planos de trabalho não se destacam por uma característica de projeto de desenvolvimento. O autor observa certa padronização dos projetos e supõe precária participação pública, o que faz tais pleitos assemelharem-se mais a uma “lista de compras”. Isso leva o autor a concluir que tal sistemática reduz a “função planejadora à demanda de certos itens que fazem falta no município” (ABRAMOVAY, 2001 p.134).

No intuito de se conhecer um pouco mais sobre as vantagens e adversidades proporcionadas pela implementação de tais esforços, o presente trabalho apresenta no próximo capítulo um estudo de caso feito na zona rural da cidade de Planaltina – Distrito Federal. Trata-se de duas situações em que, há cerca de dez anos, recursos da linha de Infra-Estrutura e Serviços do PRONAF (PRONAF-INFRA) foram destinados para aplicação em projetos voltados para o desenvolvimento rural de agricultores familiares.

CAPÍTULO 3 - DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PRONAF-INFRA – ESTUDO DE CASO EM DOIS PROJETOS EM PLANALTINA - DF

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA - HISTÓRICO, POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O assentamento Sítio Novo-1 é composto por 21 famílias provenientes de movimentos sociais organizados. A localidade dista 40 Km da rodoviária do Plano Piloto em Brasília-DF. O assentamento ocupa 152 hectares com lotes de 5 a 6 hectares. A localidade é acessada a partir de uma entrada no Km-18 da rodovia BR-20, no caminho para a Embrapa Cerrados. O assentamento é localizado ao redor da Comunidade Sarandi. Conforme levantamento da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB¹⁴, no local há falta equipamentos sociais, e a comunidade conta com auxílio da Embrapa para assistências social, médica e educacional, além da Emater-Planaltina/DF e da CAESB. Em tal levantamento consta ainda que se trata de famílias de agricultores de classe socioeconômica baixa que produzem para subsistência e que a região conta com agroindústrias desativadas. A CAESB destaca ainda que tem um sistema que serve água potável para as 21 famílias e um outro sistema para a Comunidade Sarandi. Essa realidade, como se observará a seguir, é bem diferente daquela existente na Cootaquara, não apenas pelo aspecto socioeconômico mas, sobretudo, na organização da atividade econômica com forte vocação agrícola.

As famílias Sítio Novo-1 foram assentadas em meados da década de 1990 quando a localidade tinha difícil acesso à água. Segundo relatos locais, a população tinha que andar cerca de 8 Km para suprir-se da necessidade de água. Assim, restava às famílias assentadas a sobrevivência com o plantio de acordo com a época das chuvas para providenciar a produção de subsistência para todo o ano. É assim, que em outubro de 1999 o recurso do PRONAF-INFRA, conforme autos do processo de liberação de recursos, o MDA contempla o início da execução do projeto do assentamento patrocinando a construção das seguintes ações: infra-estrutura de irrigação, de energia elétrica, de armazenamento (galpão) e uma reforma dos 5 Km de estrada vicinal que liga os lotes. As fotos a seguir mostram em parte a situação atual desses elementos do Projeto Pronaf Sítio Novo-1.

¹⁴ Esse levantamento consta no seguinte sítio da CAESB na internet sem referência a data de publicação, acessado em 4 dez.2006: http://www.caesb.df.gov.br/saneamentorural/sitio_novo.asp



Foto 1: Detalhe do registro do canal de irrigação construído pelo Projeto Pronaf-SítioNovo-1. Um desse para cada 5 a 6 famílias.
Fonte: Foto feita pelo autor em dez.2006.



Foto 2: Detalhe da infra-estrutura de energia elétrica construída pelo Projeto Pronaf-SítioNovo-1.
Fonte: Foto feita pelo autor em dez.2006.



Foto 3: Galpão construído pelo Projeto Pronaf-SítioNovo-1
Fonte: Foto feita pelo autor em dez.2006.



Foto 4: Detalhe da estrada que recebeu reforma pelo Projeto Pronaf-SítioNovo-1
Fonte: Foto feita pelo autor em dez.2006.

Segundo informações dos assentados, esse projeto foi concluído no ano de 2002, quando as famílias já tinham achado outras estratégias de trabalho e renda que já não se baseava na agricultura. Hoje, o que se observa é que a maioria das famílias conta com atividades financeiras fora do contexto do assentamento (motoristas, serventes, diaristas, aposentadoria). Isso parece ter sido uma contribuição forte para que as famílias, então,

pluriativas, não investissem todo o seu tempo e empenho numa situação que propiciasse uma dedicação voltada para a agricultura.

Mas isso parece nem sempre ter sido assim. Conforme relata o estudante de agronomia Cláudio da Fonseca Santos, 33 anos, que, como filho de um agricultor do assentamento reside no local, tendo acompanhado todo esse processo histórico. Ele informa que no início do assentamento as famílias se dedicavam à agricultura com trabalho em conjunto, em grupo. Isso também foi confirmado em entrevista com outro agricultor familiar local. Este informou que houve um segundo fator que parece ter dificultado a viabilização econômica da agropecuária local. Trata-se do fato de as famílias que se mantiveram na atividade agrícola terem se dedicado a uma especialidade diferente das escolhidas por outras famílias. Houve grupos de famílias dedicados, exclusivamente, a uma das seguintes atividades: avicultura, bovinocultura ou agricultura. Esse entrevistado disse que isso causou uma separação natural do grupo, que antes era muito unido em uma única atividade (agricultura comunitária) na época do início do assentamento quando se trabalhava para garantir a subsistência.

A Cootaquara é atualmente composta por 101 cooperados (EMATER/DF, 2006). Localiza-se no Núcleo Rural Taquara, que dista 6 Km da BR-020, podendo ser acessada pela DF-410. Em parte os cooperados estão localizados no Núcleo Rural Taquara e Núcleo Rural Pípiripau, ambos em Planaltina-DF, além de alguns produtores de outras áreas. A região produz grãos, frutas e aves, mas se destaca na produção de hortaliças, atividade que mais gera trabalho e renda no local ocupando cerca de 400 hectares, com grande presença de agricultores familiares gerando ocupação para 3 mil agricultores. A região de Pípiripau e Taquara se destacaram a partir de 1992 na produção de hortaliças em estufas. Contudo, esse destaque foi dificultado por crises que aumentaram o custo da produção em 1998¹⁵. Conforme destaca Maria Neusa da Silva Oliveira (OLIVEIRA, 2006), os Núcleos Rurais Taquara e Pípiripau estão situados em uma região bastante fértil, mas têm a desvantagem de estarem afastados dos centros de consumo o que é um fator limitante para a comercialização. Em ambos os Núcleos Rurais existe posto de saúde em atividade, escola atendendo alunos do ensino fundamental, serviços de energia elétrica, telefonia, transporte coletivo e transporte para alunos assistência técnica e extensão rural por meio de escritórios locais da EMATER/DF. O Núcleo Rural Taquara conta ainda com um posto dos correios, um posto policial e com o serviço de abastecimento de água pela CAESB. Nesse trabalho, Oliveira observa que a vocação maior desses dois Núcleos Rurais é a horticultura.

¹⁵ Informações históricas da Cootaquara obtidas no seguinte no sítio da EMATER/DF na internet em 4.dez.2006: http://www.emater.df.gov.br/003/00301015.asp?ttCD_CHAVE=44549

No início da década de 1990, a EMATER/DF incentivou a organização dos produtores até que no início de 2001 foi criada a Cootaquara. É exatamente nessa época, em fevereiro de 2001, que se observa registro do MDA sobre a liberação do recurso PRONAF-INFRA para apoio ao projeto de infra-estrutura de comercialização que incluiu: a reforma de um galpão, aquisição de equipamentos de processamento de vegetais, aquisição de uma câmara fria, aquisição de um caminhão com carroceria de carga útil de 5 toneladas, aquisição de um classificador de tomate e maracujá. As fotos a seguir mostram em parte a situação atual de três desses elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara:

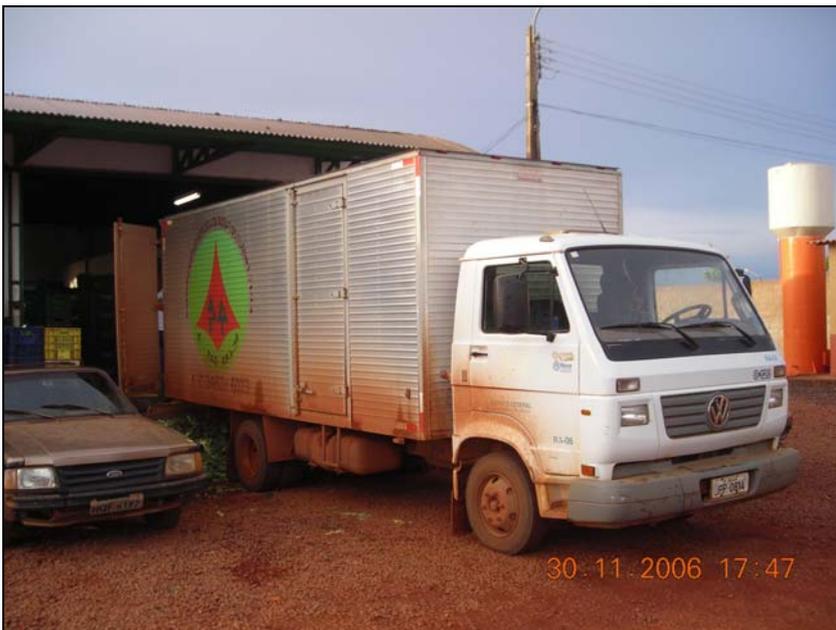


Foto 5: Detalhe do caminhão adquirido pelo Projeto Pronaf-Cootaquara
Fonte: Foto feita pelo autor em nov.2006.



Foto 6: Detalhe do interior da câmara fria adquirida pelo Projeto Pronaf-Cootaquara
Fonte: Foto feita pelo autor em nov.2006.



Foto 7: Detalhe (ao fundo) do galpão reformado pelo Projeto Pronaf-Cootaquara
Fonte: Foto feita pelo autor em nov.2006.

Ademais, na Cootaquara contou-se também com apoio da Secretaria de Agricultura do DF e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Em 2001 a Cootaquara iniciou suas atividades com 4 empregados, uma Kombi e comercializando 566 volumes/mês. Hoje conta com 30 empregados, 4 caminhões e comercializa em média 30 mil volumes/mês o que representa mais de R\$5.000.000,00/ano.

Há informações que não estão sistematizadas em relatórios ou publicações. Obtiveram-se relevantes informações em entrevistas abertas (não estruturadas) junto a técnicos da Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal – SEAPA/DF, bem como, junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF. A seguir faz-se um breve relato das informações obtidas em tais entrevistas.

A política de aplicação dos recursos do PRONAF-INFRA no DF teve uma peculiaridade. Conforme relatam técnicos e gerentes ligados à SEAPA/DF no início do Pronaf os recursos eram aplicados de acordo com o gerenciamento do governo local e ainda não havia um processo muito interativo de participação dos agricultores familiares. Na opinião de técnicos da SEAPA/DF a diretriz básica do governo local era priorizar o atendimento aos assentamentos de agricultores familiares.

Naquela época a atuação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural do DF sofria muita intervenção dos interesses do governo e parte dos recursos da linha de infra-estrutura do PRONAF seguiu a diretriz básica do governo local. Em geral, os recursos do PRONAF-

INFRA eram aplicados em investimentos infra-estrutura para melhorias que atendessem a certas necessidades sem que se pensasse num “projeto integral” que visasse o desenvolvimento dos beneficiários – agricultores familiares, conforme informa Shiguelo Matsuura, assessor do Núcleo de Fomento à Agricultura Familiar da SEAPA/DF. Mas há alguns casos mais raros em que houve uma atenção maior, construindo-se um conjunto de ações com potencial de se integrarem e gerarem melhorias mais amplas. No Distrito Federal, duas situações se enquadram nesses casos mais raros. A aplicação dos recursos do PRONAF-INFRA no Assentamento Sítio Novo-1 e na Cootaquara, acontecidos em 1999 e 2000, respectivamente.

Os recursos do PRONAF-INFRA do ano de 1999 aplicados no Assentamento Sítio Novo-1 em Planaltina/DF, seguiram a diretriz supracitada de orientações do governo local, conforme relata a economista Ana Amélia de Castro Esmeraldo, que atualmente é chefe do Núcleo de Fomento à Agricultura Familiar da SEAPA/DF. Com esse recurso foi realizado um investimento que construiu infra-estruturas de irrigação, de armazenamento (galpão), de energia elétrica e uma reforma de estrada vicinal. Ana Amélia relata que no Assentamento Sítio Novo-1 houve grande empenho do governo local, levando outros benefícios além do recurso do PRONAF-INFRA. Cita que houve grande dedicação do serviço de extensão rural da EMATER/DF e investimento da CAESB para fornecimento de água potável para os agricultores familiares. Observa Ana Amélia que o assentamento das famílias do Sítio Novo-1 se deu em meados da década de 1990 e que a condição socioeconômica das famílias antes de serem assentadas era extremamente baixa. Lembra Ana Amélia que as famílias que foram assentadas são de diversas procedências, isto é, não acumulavam uma experiência de vida em conjunto. Ana Amélia informa, ainda que esse suporte do governo local aos assentamentos de reforma agrária esteve presente durante um mandato de quatro anos, entre 1995 e 1998.

Havia recursos do PRONAF-INFRA que seguiam para outros projetos que não eram de assentamento de reforma agrária. Esse foi o caso da aplicação de recursos na Cootaquara. Ali os agricultores familiares vinham se organizando há alguns anos, tentando viabilizar estratégias de produção de hortaliças. A EMATER/DF também acompanhou os esforços dos agricultores da Cootaquara. Os recursos do PRONAF-INFRA possibilitaram àqueles agricultores a aquisição de elementos que compunham um projeto de comercialização de hortaliças conforme o interesse que partiram dos próprios agricultores que desenharam o projeto com suporte técnico da EMATER/DF, conforme relata Maurício Severino de Rezende, agricultor, atual membro do Conselho Fiscal e ex-presidente da Cootaquara.

3.2 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Das entrevistas para cada dimensão do desenvolvimento sustentável analisada foram extraídos indexadores para os elementos dos dois projetos em estudo. Na dimensão social do Sítio Novo-1, por exemplo, obtiveram-se em cada entrevista quatro indexadores, sendo um para cada elemento do projeto, quais sejam: irrigação, eletricidade, galpão e estradas.

Os dados coletados foram organizados em forma de uma matriz de dados para auxiliar na análise interpretativa. Procurou-se analisar o entendimento do beneficiário no tocante ao efeito de cada elemento executado nos projetos de ambas as localidades sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável. Por meio dos indexadores mencionados no Quadro 2 (vide na Introdução) elaborou-se uma matriz de resultados para os resultados de cada pergunta. Nessa matriz os resultados das entrevistas ficaram separados de acordo com as dimensões do desenvolvimento sustentável abordadas neste trabalho. Assim, as colunas da matriz trazem dados referentes às dimensões abordadas nas entrevistas. Tais dados estão expressos em gráficos que mostram os indexadores de todas as respostas dos entrevistados. Nas linhas da matriz observam-se os resultados das respostas dos entrevistados conforme o elemento dos projetos do Pronaf do presente estudo de caso. Os nomes dos entrevistados são fictícios, ainda que todos entrevistados tenham concordado com a publicação dos dados da pesquisa. No projeto Pronaf-Sítio Novo-1 os nomes dos entrevistados são compostos por duas letras e no projeto Pronaf-Cootaquara por três letras. A seguir, apresentam-se esses dados e as diversas interpretações que a matriz de resultados possibilita.

3.2.1 Assentamento Sítio Novo-1

No que concerne à dimensão social, pela amostragem, observa-se que os agricultores familiares do Sítio Novo-1 entendem que a irrigação, feita pela execução do que aqui se denomina Projeto Pronaf-Sítio Novo-1¹⁶, praticamente não interfere na vida das famílias no que concerne à geração de melhorias a partir da atuação conjunta dos agricultores familiares. Apenas um entrevistado falou do benefício da irrigação para alguns grupos, mas a tendência geral foi de que a irrigação não é capaz de fomentar a ação conjunta entre os agricultores familiares do Sítio Novo-1, mesmo porque, dizem, não tem água suficiente nos poços e complementam dizendo que só uma pessoa está usando a irrigação no

¹⁶ Detalhado no Quadro 1 na Introdução.

assentamento, os outros não têm interesse. A tendência é não haver nem mesmo produção de discussões para se usar a irrigação visando a atuações conjuntas.

Os beneficiários parecem estar certos dos benefícios da eletricidade trazida pelo Projeto Pronaf-Sítio Novo-1, mas não estão convictos que isso traga benefícios para a atuação conjunta. O Sr. Li observa, por exemplo, que a energia dá oportunidade de recalcar a água de uso doméstico e a conta dessa energia é rateada entre as famílias, mas, ele mesmo entende que o benefício pára por aí e diz não perceber a energia elétrica trazida pelo Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 como fator que passa reforçar o sentimento de conjunto.

A utilização do galpão tende a gerar importantes melhorias, contudo isso é polêmico. Argumentos similares revelam potencialidade e limitação do uso do galpão em trazer melhorias. Uns falam que acontecem cursos e reuniões importantes para gerar alternativa de renda e destacam que ocorreu a instalação de computadores que capacitaram várias pessoas. Mas, outros falam que as ocorrências de reuniões e cursos com o uso do galpão ainda estão para gerar melhorias ou, mais grave, em alguns casos dizem que o uso conjunto do galpão trouxe desunião que se percebe até hoje.

No tocante às estradas, muitos acham que há geração de ações, mas sem importantes melhorias. Entendem que a estrada, ao promover interligações, tem potencial para trazer melhorias. O Sr. Lu, lembrou de algo que é facilmente observável no assentamento. A circulação de ônibus de transporte coletivo, transportando crianças e adultos para colégios e trabalho fora, respectivamente, entendendo que isso seria uma situação de união, de conjunto.

Observa-se que o galpão e as estradas são entendidos pelos agricultores como potenciais geradores de discussões que tendem a agregar as famílias, gerando alguma possibilidade de produção de ações conjuntas, porém trata-se de ações que os próprios beneficiários entendem não terem trazido, de fato, melhoria da qualidade de vida.

Assim, pelo posicionamento dos entrevistados, pode-se entender, para a dimensão social, que o Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 apresenta um potencial de geração de debates e ações, porém estas não trazem melhorias de qualidade de vida (Figura 3).

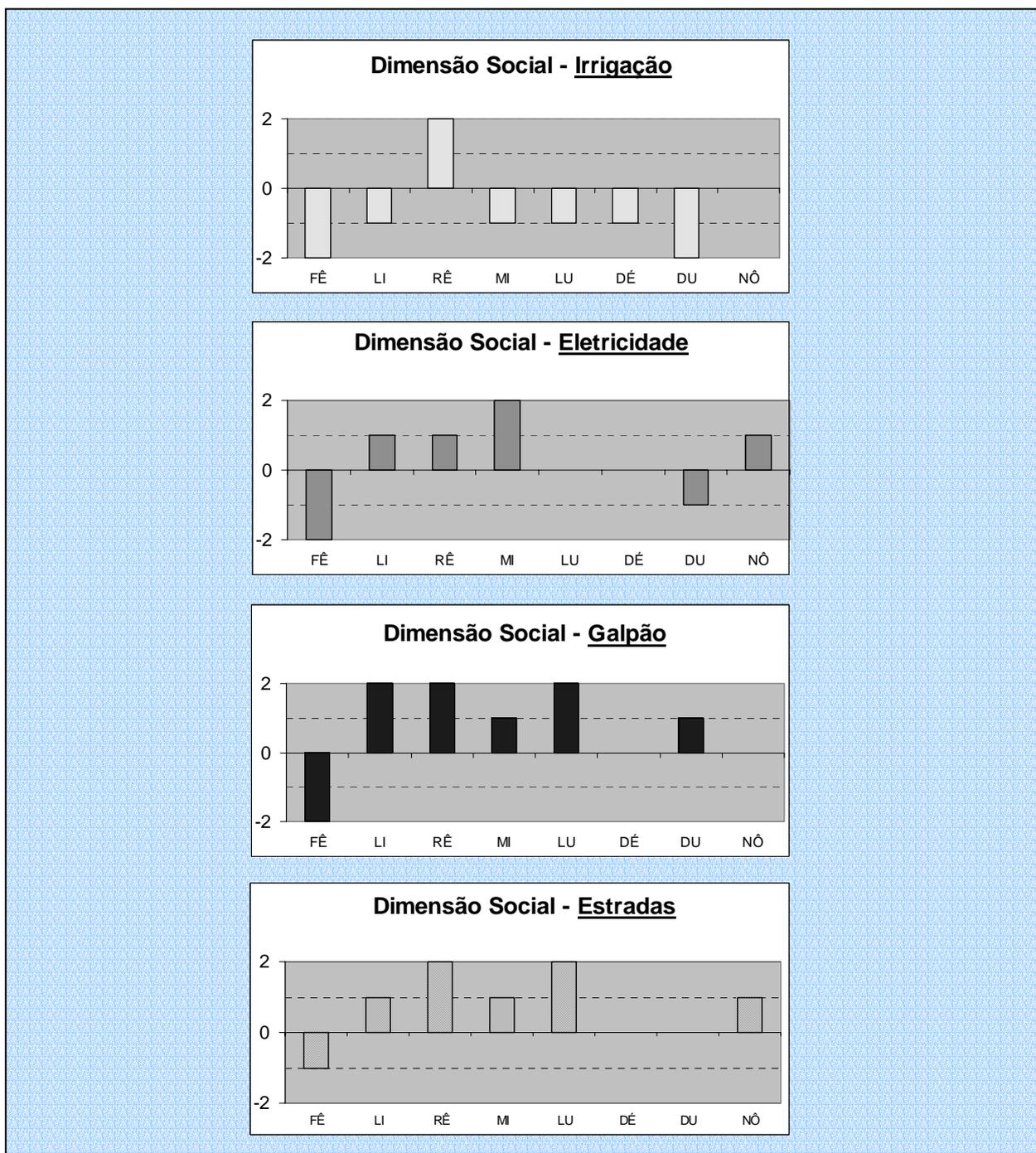


Figura 3 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão social – Sítio Novo-1.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 no Distrito Federal em nov.2006.

No tocante à dimensão ambiental, em geral, o que se observa é uma forte tendência de os elementos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 não interferirem na questão de cuidado com os recursos naturais e no tratamento dos resíduos. A estrada foi lembrada em alguns momentos. Os entrevistados se preocupam com as erosões que são recorrentemente agravadas na época das chuvas. Às vezes as enxurradas deixam a estrada inacessível. Também se observaram opiniões acerca da necessidade de manutenção das estradas e isso, por sua vez, afetando o meio ambiente ao se fazer necessário remover o cascalho de

uma região para área para se recuperar a estrada. Observou-se uma ponderação construtiva do uso do galpão para como espaço de organização de saídas a campo que de fato aconteceram para coleta de plásticos e lixos no assentamento. Nessa entrevista observou-se que se trata de uma prática esporádica, porém recorrente.

No geral, observou-se que a tendência geral dos posicionamentos dos beneficiários do PRONAF no Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 vai ao encontro da idéia de que os elementos do projeto demonstram apatia no tocante à dimensão ambiental, isto é, não é sequer fomentador de discussões (Figura 4).

Na dimensão política o que se procurou observar foi o potencial de organização dos agricultores familiares do Sítio Novo-1 para mobilizar esforços visando trazer melhorias por meio de políticas públicas. Os beneficiários do PRONAF do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 percebem potencial em alguns aspectos:

- a eletricidade, por ser fundamental para se realizar reuniões mensais;

- o galpão que foi lembrado, por um lado, devido ao fato de promover reuniões com políticos, mas por outro, há quem fale que faz muito tempo que não se tem reuniões que resultem em ações que tragam ou possam trazer melhorias. Isso, no mínimo, confere ao galpão a utilidade de ser fomentador de debates.

- as estradas aparecem como um instrumento que possibilita acesso às reuniões e nesse caso bem vinculadas à utilidade do galpão.

- a irrigação mais uma vez surge de um modo geral, sob a ótica dos beneficiários, numa situação de não interferência. O posicionamento do Sr. Fê coloca a irrigação e a estrada como adversas à organização política do assentamento por entender que de um modo geral existe um pensamento que o local é base de um determinado partido político e, isso tem se voltado contra a organização local para trazer melhorias por meio de políticas públicas.

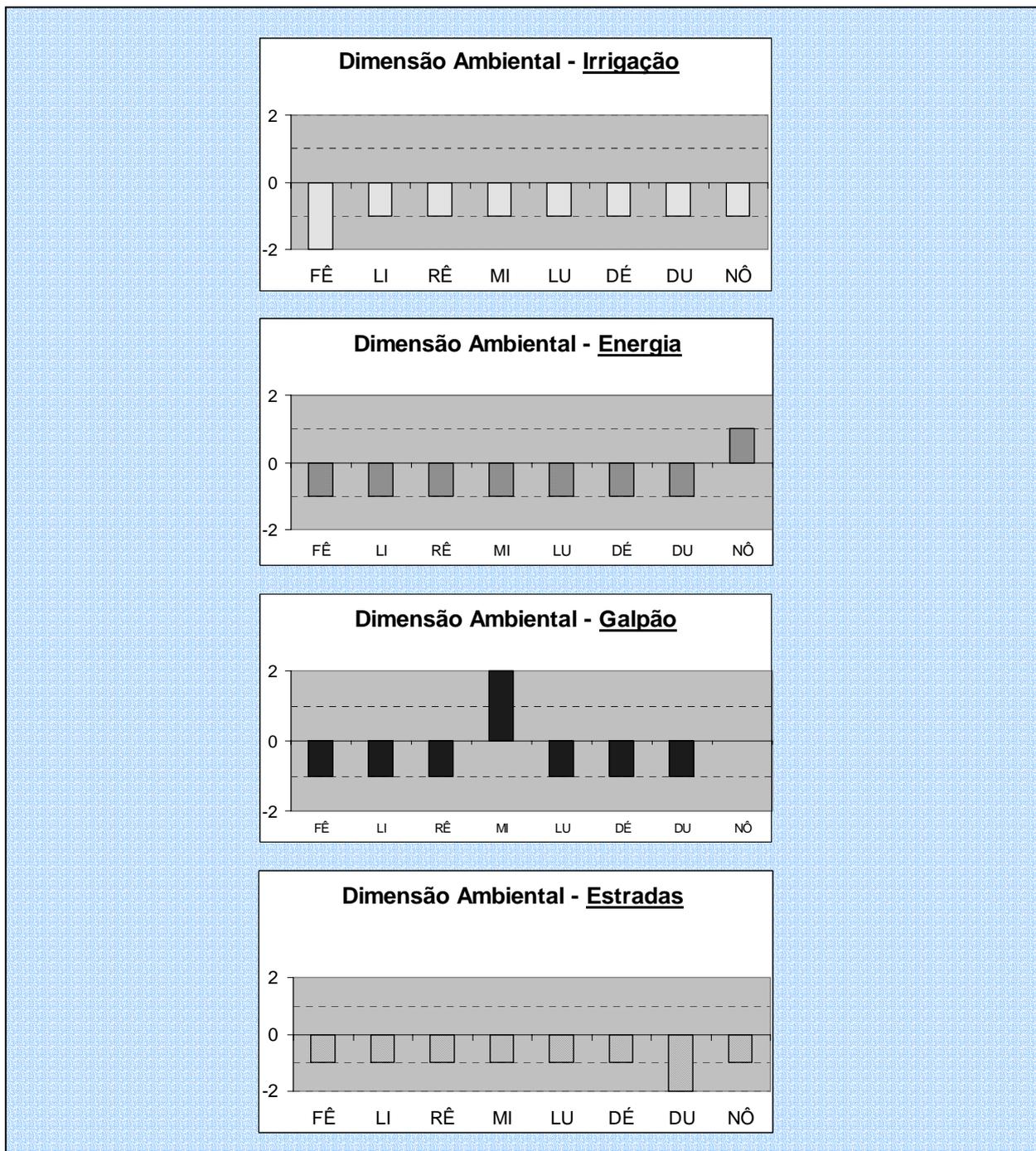


Figura 4 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão ambiental – Sítio Novo-1.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 no Distrito Federal em nov.2006.

Assim, sob o ponto de vista dos beneficiários, nos elementos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1, a dimensão política do desenvolvimento sustentável é afetada positivamente pela viabilização de reuniões e discussões com alguns políticos. No entanto, os beneficiários expressaram certa confusão quanto ao fato de ocorrência de ações que tragam melhorias de qualidade de vida. Nisso a estrada, o galpão e a eletricidade tendem a produzir ações que são vistas pelos beneficiários com certo potencial de trazer melhorias, mas percebe-se

que não há consenso sobre a ocorrência de tais melhorias. A discrepância de opiniões se mostra muito grande. A tendência geral dos posicionamentos aponta para a existência de discussões. Parece ser polêmico se tais discussões geram ações que tragam melhorias de qualidade de vida. (Figura 5).

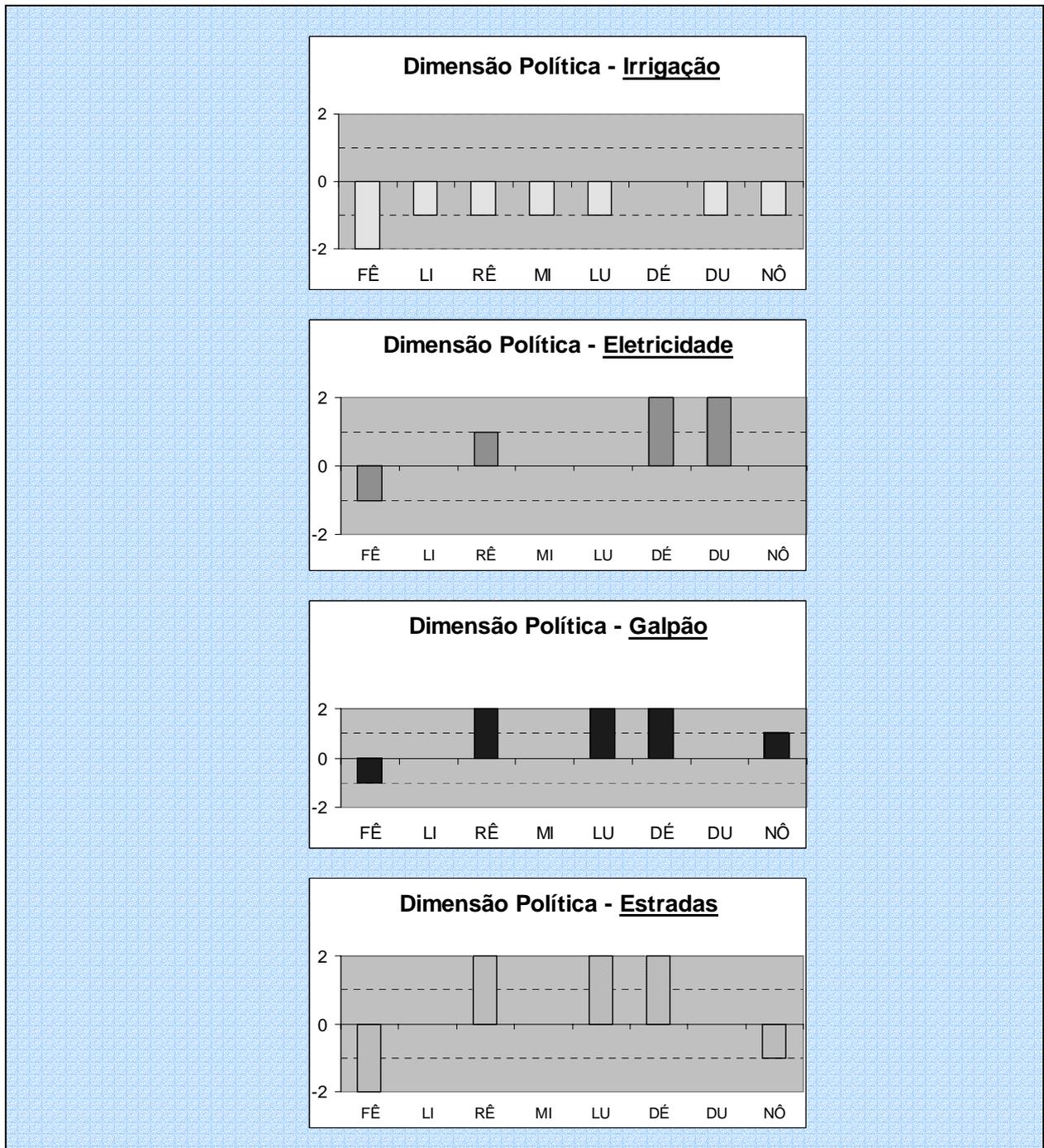


Figura 5 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão política – Sítio Novo-1.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 no Distrito Federal em nov.2006.

A dimensão econômica foi abordada junto aos agricultores familiares para saber como é a relação do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 com a organização local para busca de

estratégias conjuntas para geração de trabalho e renda. Em geral os entrevistados dizem que as atividades econômicas realizadas dentro do assentamento são insuficientes para gerar renda para além da subsistência. Dentre os oito entrevistados, seis têm atividade fora do contexto agropecuário da sua propriedade, isto é 75% da amostra. Alguns entrevistados entendem que cerca de 80% dos agricultores familiares trabalham fora, o que se aproxima do observado nesta pesquisa.

Observou-se que a opinião dos beneficiários é de que a irrigação não está no contexto de estratégia conjunta das famílias para geração de emprego e renda na localidade. Em visita ao local, observa-se que o Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 disponibilizou um ramal de tubulação para irrigação para cada lote. Assim, foram construídos quatro poços artesianos sendo um para cada cinco ou seis famílias. Contudo, a maioria dos entrevistados informa que apenas um poço tem água suficiente para irrigação e esse está sendo usado individualmente em uma propriedade. Esse uso individual da irrigação é apontado por alguns como estando na situação de gerador de empregos, mas, por outro lado, apontam que a atividade não gera trabalho para além da subsistência. A tendência observada é de que quase não existam discussões sobre a possibilidade de se usar a irrigação como estratégia de ação conjunta para geração de trabalho e renda.

A eletricidade está gerando benefícios individuais. Os entrevistados em geral não conseguem ver a utilidade da eletricidade para trazer ações conjuntas. O entendimento geral é que a eletricidade é necessária em qualquer atividade que se venha a empreender e por isso ela se faz presente em discussões para se montar estratégias conjuntas. Mas, os debates não desenvolvem de modo a produzir ações conjuntas para gerar trabalho e renda nem mesmo para auxiliar na subsistência.

O galpão, na opinião dos beneficiários, não é usado para ações conjuntas de geração de trabalho e renda. Há referências ao galpão como local de cursos de capacitação, mas não se observam de tais esforços a geração de trabalho e renda. Há situações em que, devido a intrigas entre os agricultores familiares, para se fazer uso do galpão observa-se que o esse chega a atrapalhar a geração de trabalho e renda conjunta devido a desunião das famílias, como relata o Sr. Fê.

É quase consenso entre os beneficiários que a estrada é essencial para se pensar em tais estratégias de geração de trabalho e renda. Mas, nesse consenso também se observa que as ações conjuntas que têm o uso da estrada em seu contexto não são capazes de gerar trabalho e renda para além da subsistência.

Enfim na dimensão econômica do desenvolvimento sustentável do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1, a tendência geral dos posicionamentos apresenta-se gerando discussões e algumas ações, mas essas têm se mostrado incapazes de gerar trabalho e renda para além da subsistência (Figura 6).

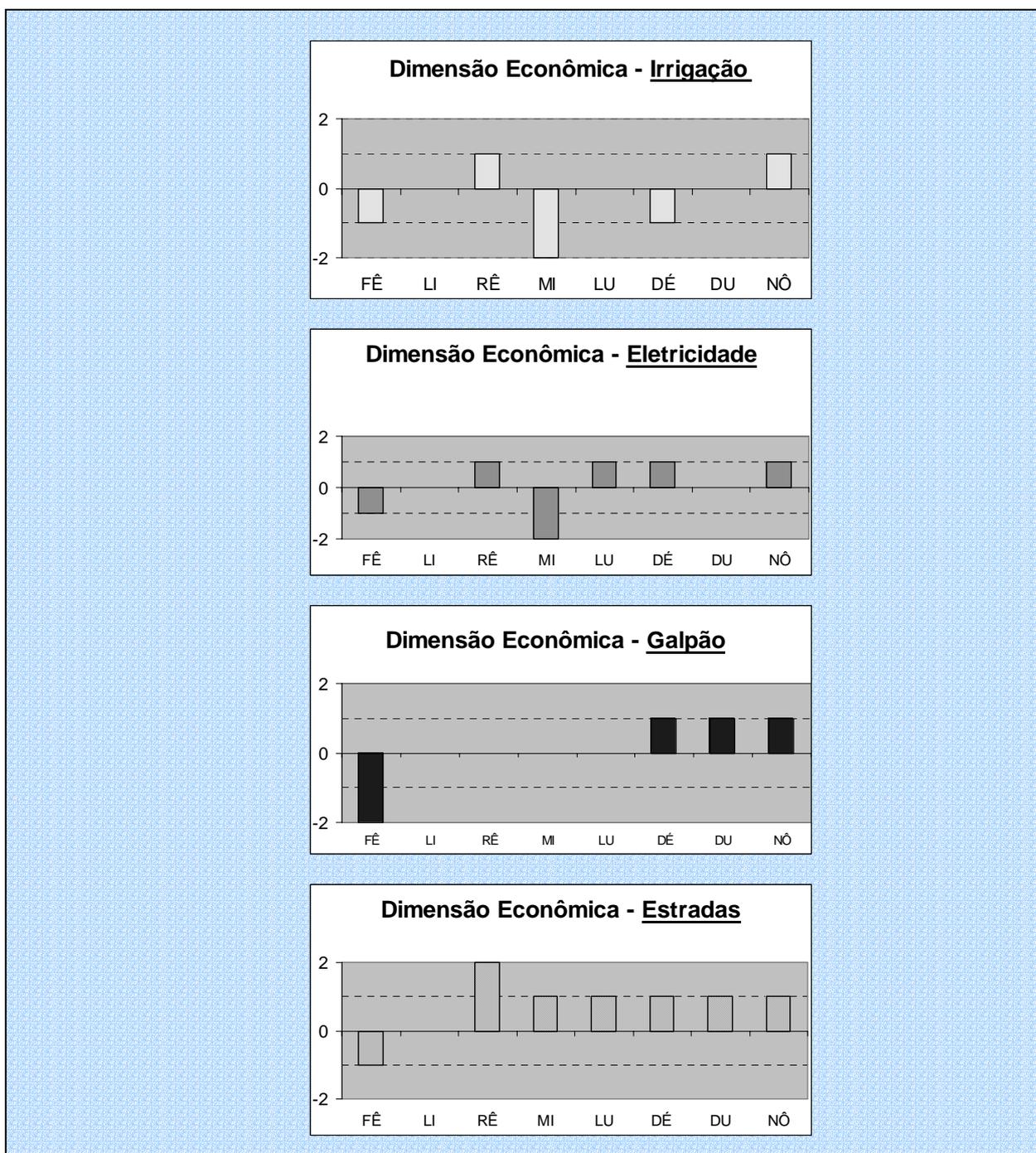


Figura 6 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão econômica – Sítio Novo-1.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 no Distrito Federal em nov.2006.

A dimensão territorial foi sondada a partir da opinião dos beneficiários do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 acerca da organização local para fortalecer a ação conjunta entre outras

localidades, para unidas e em cooperação buscarem melhorias e aproveitarem oportunidades.

Nesse caso, mais uma vez observou-se que a ótica dos beneficiários é de que a irrigação não atua como colaboradora. De forma geral ela parece já ter sido vista como fomentadora de discussões entre os agricultores familiares, mas, atualmente ela tende a não gerar discussões visto a sua inviabilidade pela limitação da quantidade de água nos poços conforme relatado nas entrevistas.

A eletricidade é vista viabilizando a iluminação e funcionamento do galpão para fomentar discussões para organização das pessoas. Também é destacada a utilidade da eletricidade para o funcionamento do serviço de telefonia que, por sua vez, tem utilidade na interligação de interesses comuns com outras localidades distantes, como observou o Sr. Rê. Contudo, não se observa correlação do uso da eletricidade para ações conjuntas com outras localidades para gerar melhorias.

O galpão é útil para a realização de reuniões com organizações de outras localidades. Mas as ações que se geram de tais reuniões não são vistas como modificadoras da situação de modo a trazer melhorias ou se aproveitar oportunidades num contexto para além da localidade.

A estrada é vista como auxiliar no acesso de outras pessoas à localidade. Mas, para isso, destacam os beneficiários, há a necessidade de ela estar adequada ao trânsito de veículos. Não raro acontece de as estradas ficarem inacessíveis devido a enxurradas que abrem grotas no pavimento, conforme destacado por quase todos entrevistados. Mesmo assim, os beneficiários entendem que a estrada é muito importante, gera discussões e ações, mas, de fato não observam ações provocando mudanças que tragam melhorias.

Assim, observa-se que no contexto da dimensão territorial do desenvolvimento sustentável, o Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 é considerado fomentador de debates e ações, sendo que tais ações, por sua vez, são incapazes de provocar mudanças que tragam melhorias (Figura 7).

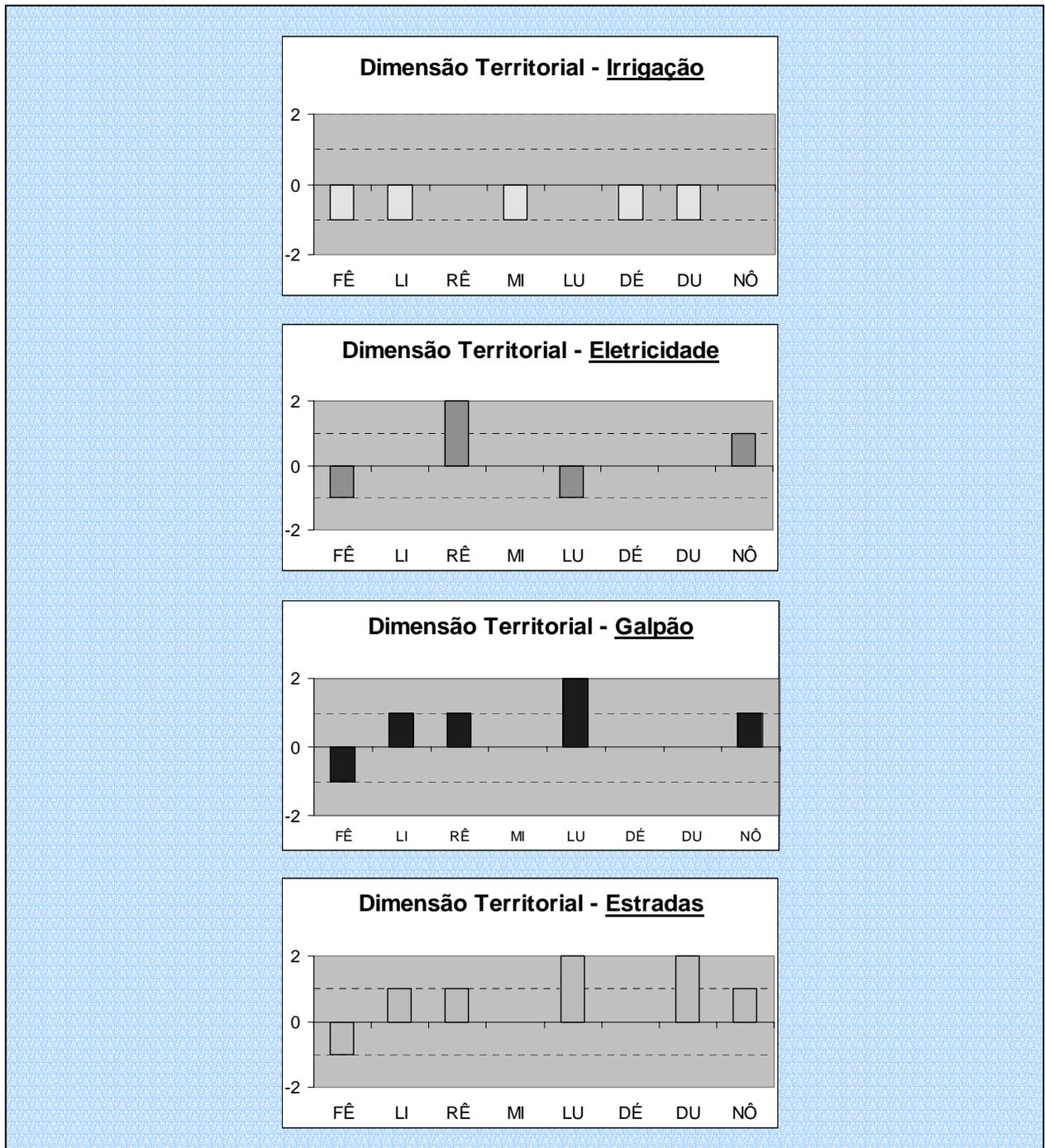


Figura 7 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão territorial – Sítio Novo-1

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 no Distrito Federal em nov.2006.

O que se pretendeu com sondagem da interação da gestão dos elementos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 foi verificar se o uso ou funcionamento de tais elementos é importante para o uso ou funcionamento de outras ações existentes no local. Ou seja, saber se os elementos do projeto interagem com outras ações, realçando a importância dessas e gerando ações de melhorias para a realidade local.

Observou-se que a irrigação tende a gerar poucos debates o que, em geral, as famílias entendem não realçar a importância de outras ações. Contudo, há uma tendência de produção de discussões para essa interação, tendência esta que não se observa na análise das dimensões do desenvolvimento sustentável para o Projeto Pronaf-Sítio Novo-1.

A eletricidade destaca melhorias como o acesso à água potável e energia em casa que trouxe muita melhoria para a qualidade de vida local. São comuns os testemunhos de que antes a vida era extremamente difícil, quando para se ter acesso à água era preciso andar cerca de oito quilômetros diariamente. Ao chegarem ao assentamento as famílias viviam muito precariamente em tendas. Hoje a eletricidade possibilita fazer o bombeamento trazer a água em casa, além de outros benefícios no dia-a-dia.

O galpão possibilita a proteção e conservação para máquinas e implementos, além de possibilitar a instalação de computadores ("Estação Digital"). Ademais, há os cursos que se realizam graças a existência do galpão. Três vezes por semana tem roda de capoeira sendo ministrada por professor para atender a qualquer pessoa de dentro ou de fora do assentamento. Alguns entrevistados acham que o galpão não interfere na importância de outras ações. Mas de um modo geral verifica-se que, na opinião dos beneficiários do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1, o galpão tende a produzir ações que podem trazer melhorias, ainda que não se observem importantes mudanças.

As estradas também, como o galpão, tendem a destacar a importância de outras ações.

Por um lado, as informações acerca das dimensões do desenvolvimento sustentável não apresentam ações importantes para provocarem mudanças na qualidade de vida. Contudo, por outro lado, outras informações obtidas durante a aplicação das entrevistas, permitem observar que, na opinião dos agricultores familiares, a melhoria da qualidade de vida aconteceu no Assentamento Sítio Novo-1 e isso fica mais claro quando se observam os indexadores do resultado da pesquisa referente à importância dos elementos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 no uso ou funcionamento de outras ações (Figura 8). Vislumbrando um posicionamento geral das respostas do agricultores familiares, percebe-se um entendimento

que as ações estão acontecendo e para muitos tratam-se de ações que interagem com outras e são capazes de trazer melhorias de qualidade de vida.

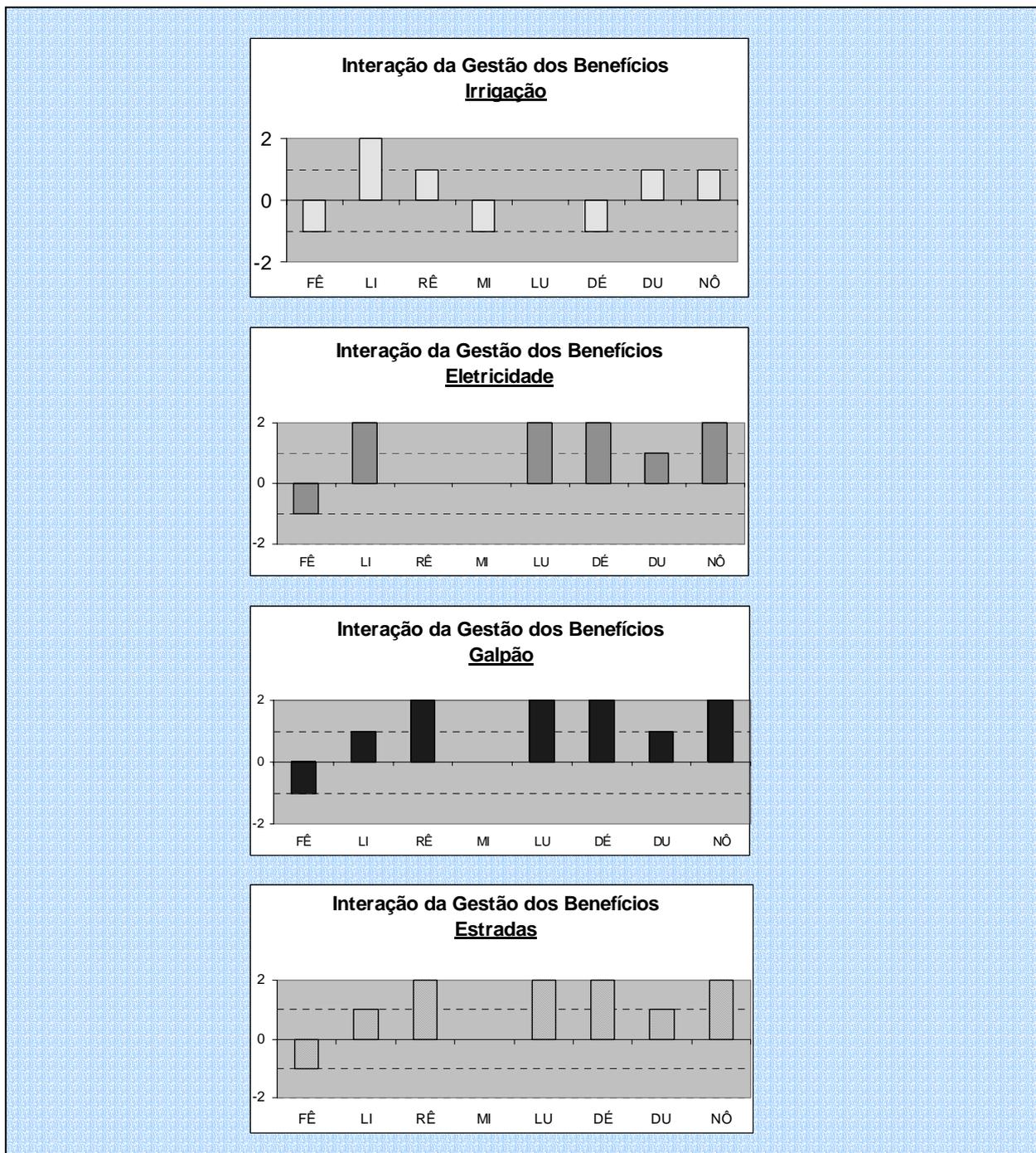


Figura 8 – Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à interação da gestão dos benefícios providos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 no Distrito Federal em nov.2006.

Apenas um dos entrevistados entende que a qualidade de vida piorou nos últimos dez anos e outro entende que melhorou um pouco. Os demais sete agricultores familiares, ou seja, cerca de 75% dos entrevistados acham que a vida melhorou muito e em vários aspectos (água, luz, telefone, segurança, transporte coletivo). A esposa do Sr. Rê, acha que

não se pode denominar o local que eles vivem pelo termo de roça. Ela entende que roça é sinônimo de dificuldade e não é isso que ela percebe vivendo naquela localidade há cerca de dez anos. Nesse sentido, a estrada apresenta-se como facilitadora em vários aspectos, segundo a opinião da maioria dos entrevistados. Contudo, tratam-se de melhorias individuais.

3.2.2 Cootaquara

Analisando as opiniões acerca da dimensão social, observa-se que a reforma do galpão, a câmara fria e o caminhão estão com forte inserção na produção de mudanças que trouxeram melhorias. Nos comentários dos agricultores familiares entrevistados há unanimidade ao se afirmar perceber a importância dessas três aquisições para promover a melhoria da qualidade de vida. Tudo é feito para uma atuação conjunta dos agricultores. O galpão é usado para concentrar a produção que é trazida das chácaras pelo caminhão. A câmara fria é administrada pela Cootaquara e possibilita um estoque conjunto da produção por um período maior.

A opinião dos agricultores familiares sobre o processador de vegetais e o classificador tende a apresentar-se confusa, visto que uns percebem sua importância gerando ações que fazem as pessoas agirem em conjunto trazendo melhorias e uma parte significativa dos agricultores familiares entendem que tais equipamentos ainda não foram explorados para gerar melhorias.

No entanto, os agricultores familiares são enfáticos em informar que existe um espírito de grupo em torno da Cootaquara, e isso possibilita uma segurança que a atividade agrícola não dá para os que trabalham isolados. Nesse contexto, os elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara são percebidos pelos agricultores familiares como fundamentais para que a atuação da Cooperativa trouxesse vantagens ao conjunto de agricultores cooperados. E, a citada confusão sobre a utilidade do processador de vegetais e do classificador não parece mostrar afetar a organização do grupo. É fácil se perceber isso na tendência geral de posicionamentos dos entrevistados (Figura 9).

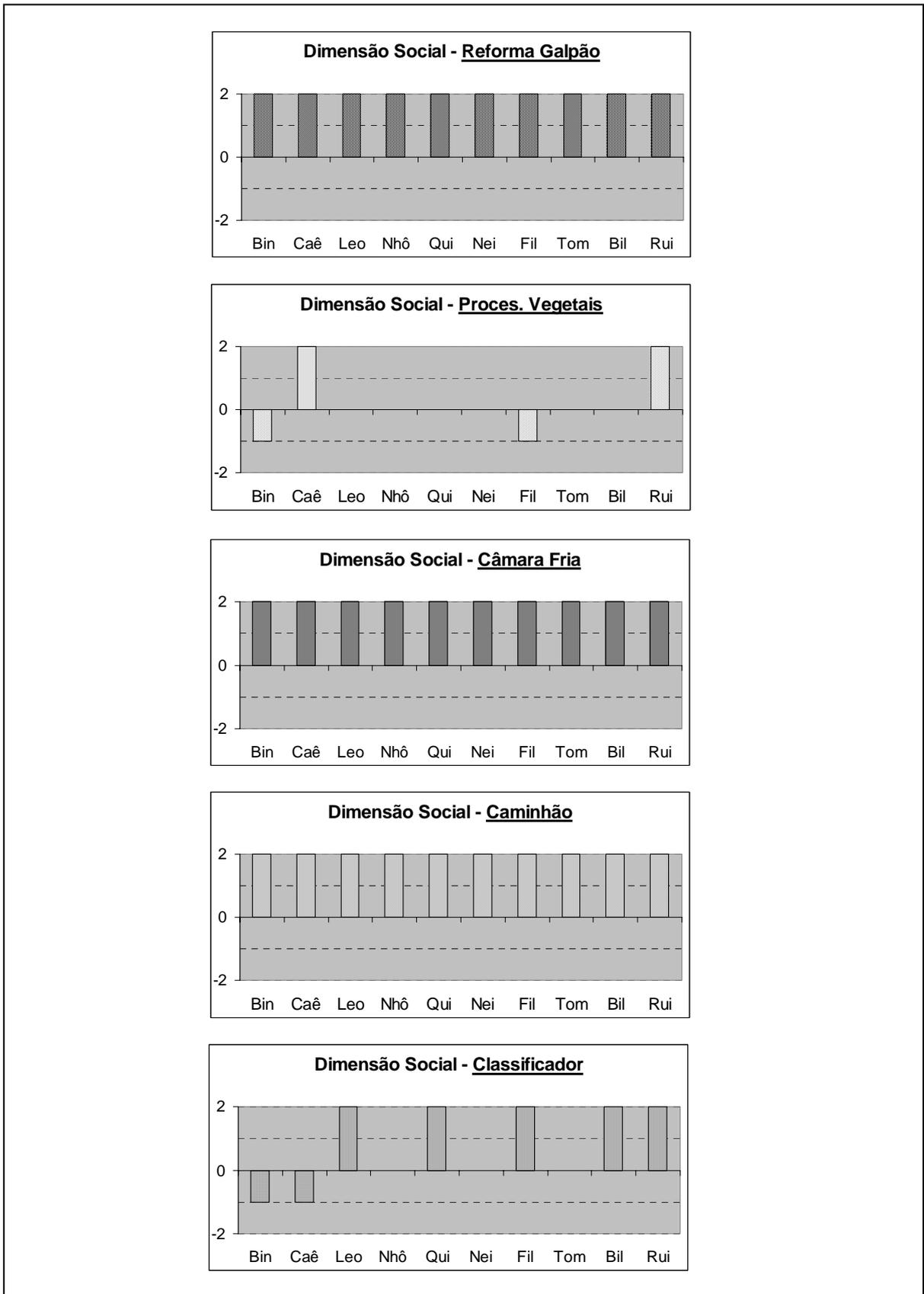


Figura 9– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão social – Cootaquara.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares da Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006

Em relação à dimensão ambiental, no ponto de vista dos agricultores familiares o Projeto Pronaf-Cootaquara não está inserido em ações que tragam mudanças no cuidado com os recursos naturais e tratamentos das sobras e lixos. Isso foi também constatado em uma pesquisa feita por Maria Neuza da Silva Oliveira na bacia hidrográfica do ribeirão Pipiripau, que abarca o Núcleo Rural Pipiripau e cerca de 40% do Núcleo Rural Taquara. A autora entende que seu estudo “revelou um quadro pessimista em relação aos recursos naturais da localidade” (OLIVEIRA, 2006, p.119). São isoladas as respostas que não acompanham essa tendência. A tendência é de não se observarem debates sobre assuntos correlatos à dimensão ambiental. Os posicionamentos isolados destacam o galpão como útil para organizar reuniões mensais que geram ações de coleta de embalagens de agrotóxicos para tratamento centralizado pela Cootaquara. Outro posicionamento isolado enaltece o projeto na questão ambiental por entender que agora se gera menos lixo, pois a produção é mais aproveitada evitando lixos nos “baciões” ao longo das estradas.

Assim, na dimensão ambiental do Projeto Pronaf-Cootaquara a tendência dos posicionamentos dos agricultores familiares é de que não se produzem discussões e tende-se à inação diante do cuidado com as fontes de recursos naturais e tratamento dos resíduos (Figura 10)

No tocante à dimensão política, a maioria dos beneficiários do Projeto Pronaf-Cootaquara acha que o esse é indiferente, ou seja, não chega a produzir discussões acerca da participação e gestão das políticas públicas para se trazer melhorias. Contudo, há sérias discrepâncias de opinião.

Assim, observa-se confusão entre as respostas dos entrevistados. Uns entendem que a organização da Cootaquara trouxe organização para o alcance de melhorias dentre as quais aquelas provenientes da atenção das políticas públicas tais como telefonia, transporte público, escolas, parcerias com o governo no empréstimo de um outro galpão, construção e reforma de estradas vicinais, etc. Os que alegam a chegada de tais melhorias, entendem que a importância do Projeto Pronaf-Cootaquara foi indireta, mas, fundamental, visto que contribuiu fortemente para a organização da Cooperativa e esta tem viabilizado mobilização das políticas públicas para trazer melhorias para o local.

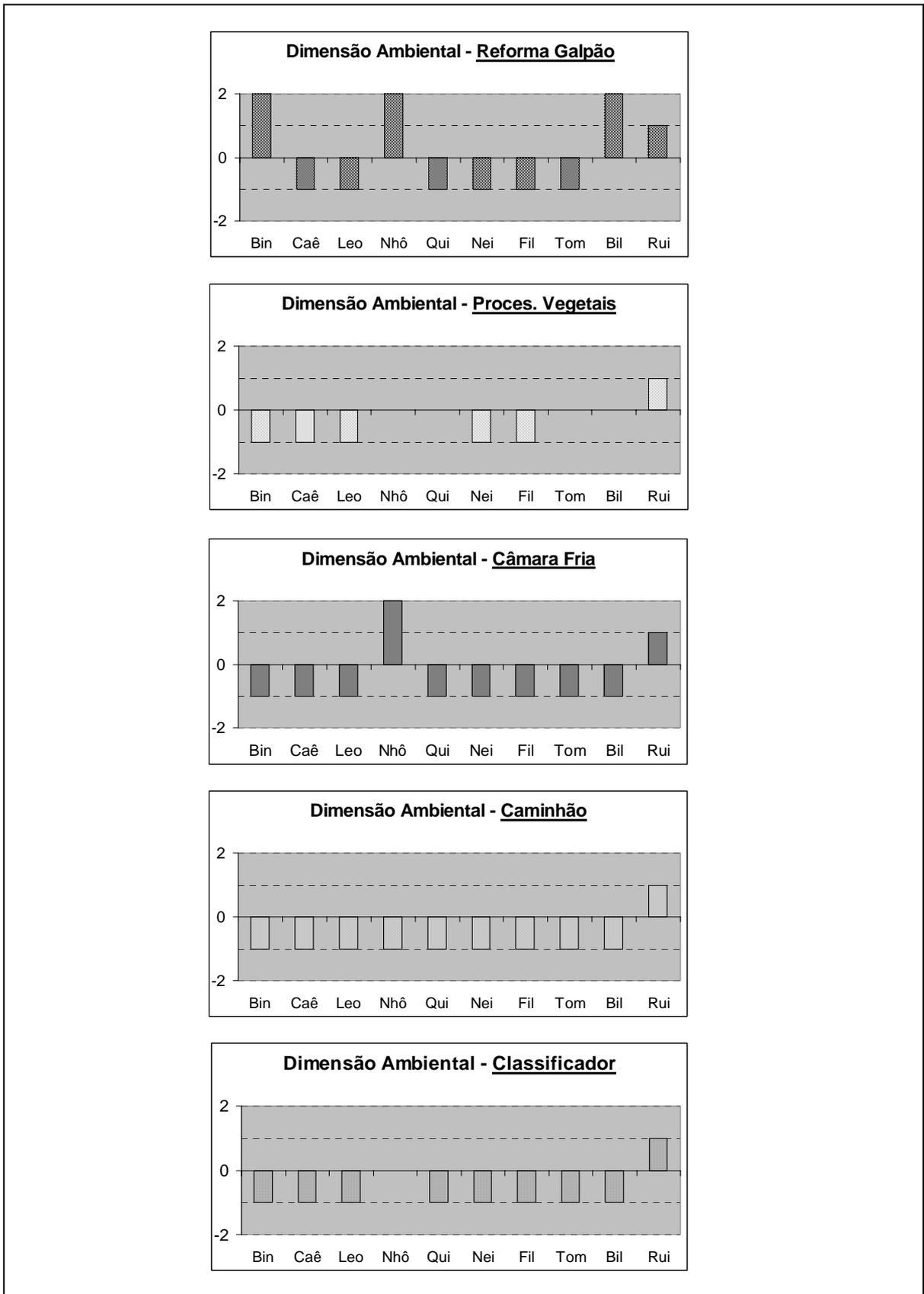


Figura 10– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão ambiental – Cootaquara.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares da Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006

Por outro lado existem muitos posicionamentos de agricultores familiares informando que as melhorias trazidas pelo Projeto Pronaf-Cootaquara pode até gerar algum debate em torno de organização para demandas de políticas públicas, mas que em geral o projeto só foi bom para a organização dos interesses ligados à produção agrícola. Contudo, a maioria acha que o projeto é apático nessa dimensão. A discrepância de opiniões é muito grande, sendo maior a quantidade de posicionamentos que fica entre a possibilidade de geração de discussões e aquela referente à não interferência do projeto Pronaf-Cootaquara na dimensão política (Figura 11).

Em definitivo, na dimensão econômica, vários são os posicionamentos de unanimidade da capacidade de certos elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara produzirem estratégias conjuntas dos agricultores familiares de modo a trazer melhorias na geração de trabalho e renda para além da subsistência. Houve discrepância no posicionamento dos agricultores familiares no tocante ao aproveitamento do processador de vegetais para gerar ação conjunta que impacte em aumento de trabalho e renda. Muitos acham que o processador de vegetais não interfere e alguns acham que ele gera trabalho e renda significativamente. Observa-se uma pequena discrepância em torno da utilidade do classificador para gerar ação estratégica para gerar trabalho e renda. Mas no geral, as pessoas entendem que esse elemento traz melhorias significativas na dimensão econômica.

Por outro lado, todos os entrevistados são enfáticos em afirmar os benefícios na geração de trabalho e renda provindos da utilização dos elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara. A reforma do galpão viabilizou um estoque estratégico para comercialização de hortaliças e frutas, o que permite melhores preços e mais estabilidade do mercado, tendo em vista as vendas em escalas maiores, alcançando regiões próximas e distantes. . Nesse aspecto, a câmara fria apresenta-se, na opinião dos entrevistados, como mais um importante reforço na estratégia de estoque, visto que os produtos podem ser guardados esperando um momento mais adequado para comercialização. O caminhão é fundamental para centralizar no galpão a produção de cada propriedade.

Assim, observa-se antagonismo nos acerca do uso do processador de vegetais. Isso é observado em pequena proporção no tocante ao classificador. Desconsiderando isso, há uma unanimidade, sem controvérsias, que informa que o Projeto Pronaf-Cootaquara produz ações que trazem melhorias gerando trabalho e renda para além da subsistência (Figura 12).

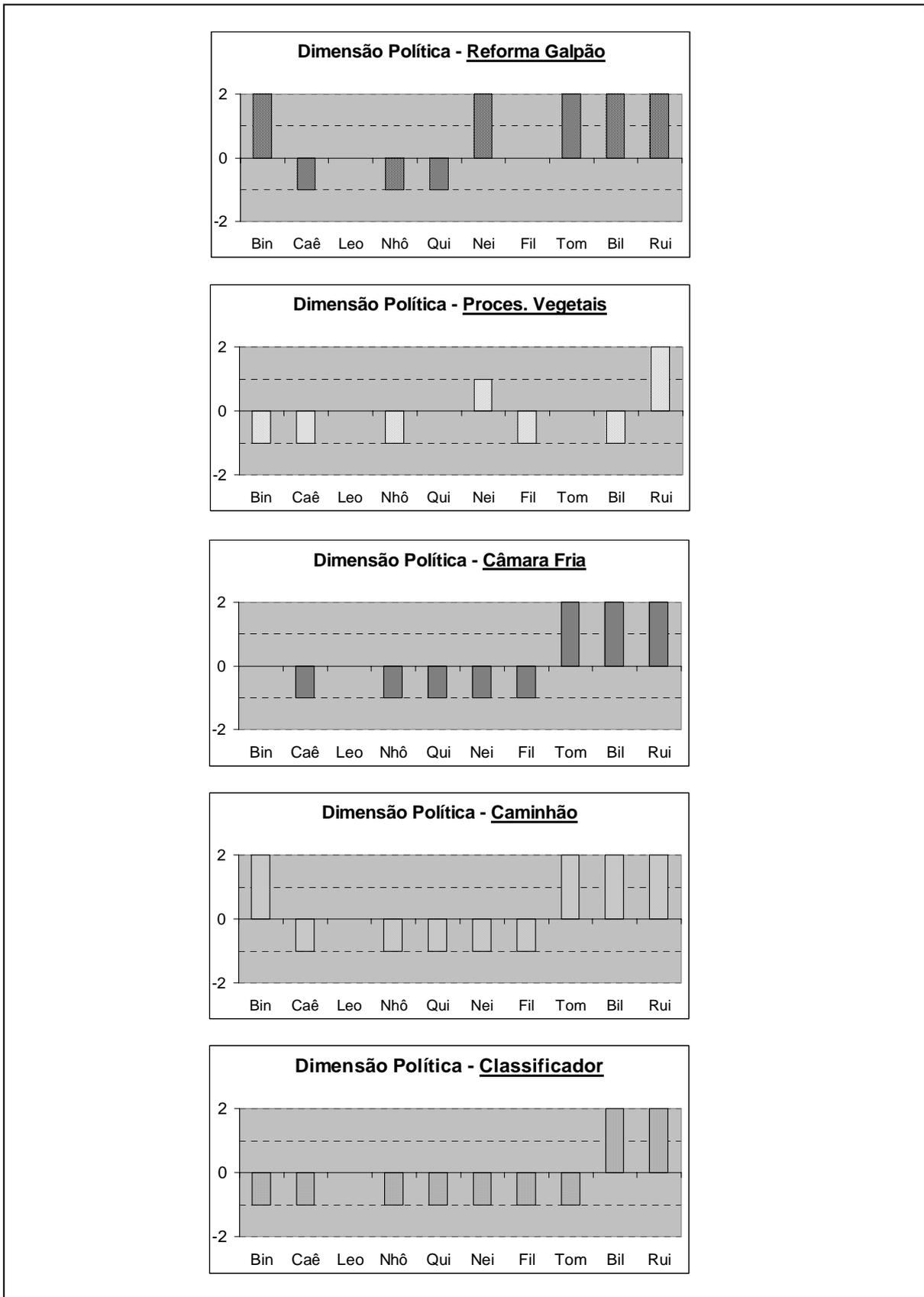


Figura 11– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão política – Cootaquara.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares da Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006

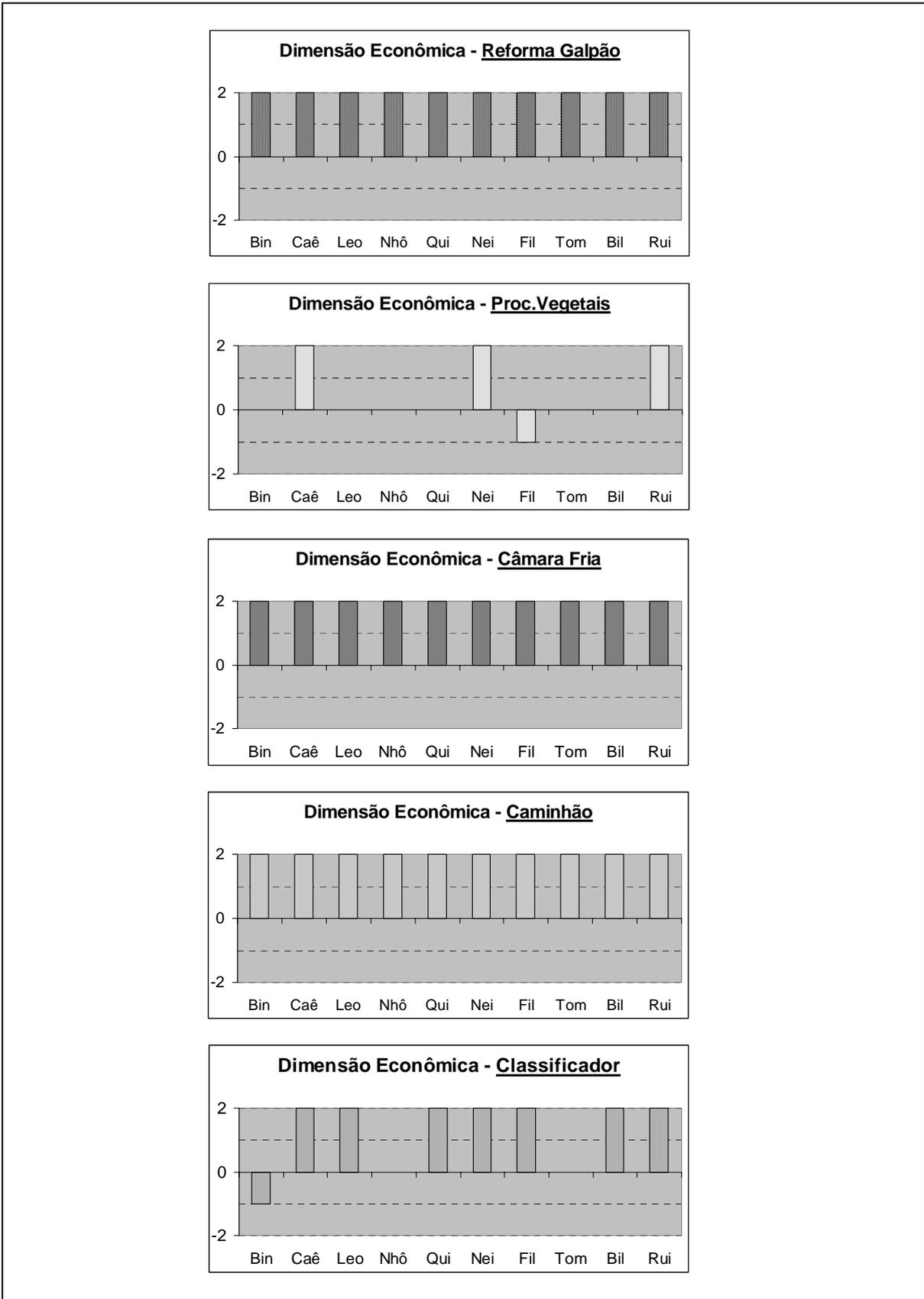


Figura 12– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão econômica – Cootaquara.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares da Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006

No tocante à dimensão territorial, as opiniões dos agricultores familiares sobre o Projeto Pronaf-Cootaquara é confusa. A maioria acha que se observam ações que implicam em melhoria de qualidade de vida. Mas, por outro lado, muitos acham que o projeto é indiferente a essa dimensão.

Há um forte entendimento por parte dos agricultores familiares da Cootaquara de que a atuação conjunta da reforma do galpão, da câmara fria e do caminhão apresenta utilidade para esse foco da dimensão territorial. Os agricultores familiares entendem que a adesão constante de novos sócios de outras localidades é um sinal que a atuação da Cootaquara está bem além da sua localidade. Citam que há exploração de mercados de outros estados, como a Bahia e o Amazonas, além de conferências internacionais. As vantagens apontadas pelos agricultores são, sobretudo, referentes à expansão do mercado da Cootaquara. Alguns observam a vantagem obtida por produtores que não são cooperados. Trata-se de uma externalidade positiva¹⁷ na qual outros agricultores locais tiram proveito do preço de insumos que o mercado local baixa para atrair os cooperados e acaba beneficiando a todos indistintamente. Um outro relato interessante de possível externalidade positiva da organização da cooperativa e que tem efeito em outras localidades é o que coloca o Sr. Nei. Ele informa que tem conhecimento de que os atravessadores estão cada vez mais sem serviço nas imediações da Cootaquara, o que faz com que eles façam viagens maiores para locais que antes consideravam inviável buscar mercadorias. Isso, entende o Sr. Nei, beneficia agricultores que antes também não encontravam viabilidade de produzir e vender.

Por outro lado, o processador e o classificador continuam trazendo discordantes posicionamentos entre os agricultores familiares. Uns informam que ambos os equipamentos não estão em funcionamento significativo, mas que sempre estão discutindo entre si uma possibilidade de uso nas reuniões da Cootaquara.

¹⁷ José Augusto Drummond, ao discorrer sobre falhas de mercado e conflitos, reporta-se ao entendimento de externalidade adotado por Paul Portney : “Uma externalidade ocorre sempre que as transações entre duas partes causarem um benefício ou um custo a uma terceira parte e sempre que esse benefício ou esse custo não for levado em conta nos entendimentos entre as duas primeiras partes” (PORTNEY, apud, DRUMMOND, 1995)

A enciclopédia virtual Wikipédia conceitua externalidade da seguinte forma: “Uma externalidade ocorre em economia quando o impacto de uma decisão não se restringe aos participantes desta decisão. A externalidade pode ser negativa, quando prejudica os outros, por exemplo, uma fábrica que polui o ar, afetando uma comunidade próxima. Ou pode ser benéfica, quando os outros, involuntariamente, se beneficiam, por exemplo, com a melhora da eficiência em um determinado mercado.” (WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Externalidade&oldid=4926514>>. Acesso em: 25 nov, 2006)

Assim, na dimensão territorial, a tendência geral dos posicionamentos é de que há existência de ações promovendo melhorias e aproveitamento de oportunidades devido a ação conjunta com outras localidades (Figura 13).

É unânime o posicionamento dos beneficiários do Projeto Pronaf-Cootaquara que a reforma do galpão, a câmara fria e o caminhão têm uma forte interação com outras questões. Mas é importante fazer uma reflexão mais profunda sobre a interação da gestão dos elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara. Os entrevistados têm dificuldade de separar o benefício que cada um desses três elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara trazem individualmente. Em todas as entrevistas percebe-se que esses três equipamentos têm uma função bem específica. É possível perceber que tais equipamentos operam para beneficiar os produtos do trabalho dos agricultores familiares “da porteira para fora”, melhorando o potencial de comercialização. Assim, os agricultores atribuem a importância desses três elementos do citado projeto a um melhor desempenho da Cootaquara e esta, sim, apresenta correlação com várias questões na localidade. Gera mais renda para o trabalho dos agricultores, gera empregos na sua logística, tem atuações sociais locais, etc. depreende-se facilmente que a ótica dos entrevistados apresenta forte tendência de que esses elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara têm uma forte correlação entre si e que isso traz significativas melhorias aos agricultores familiares.

Por outro lado, há uma grande discrepância no tocante aos posicionamentos dos agricultores familiares sobre os benefícios da interação da gestão do processador e do classificador. Uns ao extremo acham que há produção de benefícios e para outros esses elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara não interferem no uso ou funcionamento de outras coisas na localidade.

Todos são unânimes em afirmar que a qualidade de vida melhorou muito nos últimos dez anos. Ao serem questionados sobre a melhoria de qualidade de vida, a maioria dos entrevistados (80%) informou espontaneamente que o recurso do PRONAF-INFRA investido no Projeto Pronaf-Cootaquara foi a fundamental no início da organização da cooperativa para que hoje se alcançassem as melhorias atuais da qualidade de vida. Porém é largo o entendimento dos agricultores familiares de que houveram importantes recursos provindos de outras fontes, tais como a contribuição dos cooperados e empréstimos que a Cootaquara tomou junto a bancos, além de parcerias com o governo local e com o SEBRAE.

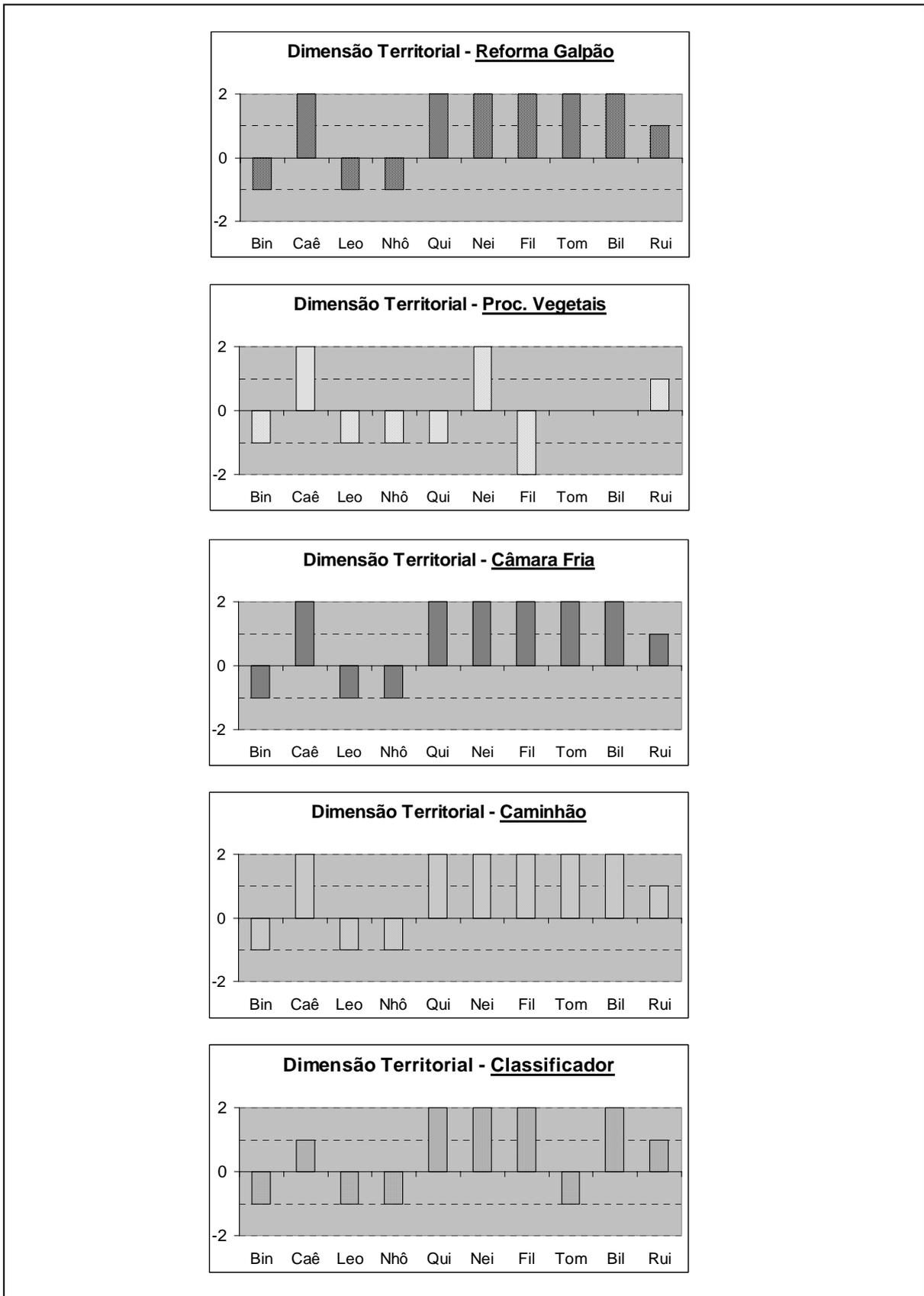


Figura 13– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à dimensão territorial – Cootaquara.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares da Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006

Dessa forma, no tocante à interação da gestão dos benefícios gerados pelos elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara, observam-se duas situações. De um lado, há uma grande discrepância entre as opiniões acerca da interação da gestão do classificador e do processador de vegetais. De outro lado, observa-se que há uma forte e unânime opinião de que a reforma do galpão, o caminhão e a câmara fria apresentam ações que geram melhorias a partir da gestão interativa da forma de uso (Figura 14).

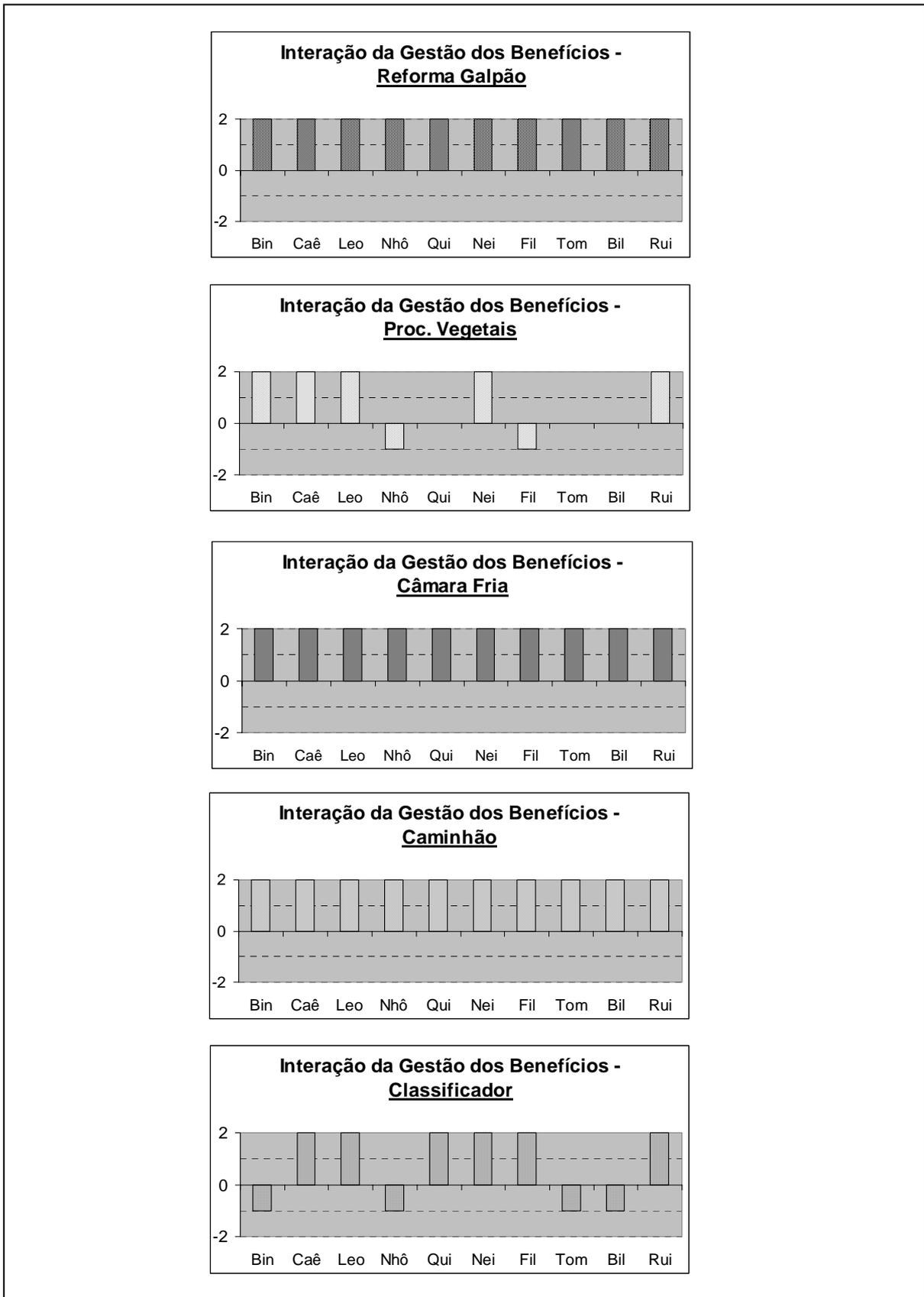


Figura 14– Matriz dos resultados da pesquisa – coluna referente à interação da gestão dos benefícios providos do Projeto Pronaf-Cootaquara.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares da Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006

3.3 DISCUSSÃO

No Projeto Pronaf-Sítio Novo-1, observa-se que foram poucas as opiniões em que os elementos do projeto apresentaram-se propiciando a produção de ações que trazem mudanças e melhorias (indexador = 2). Os elementos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 que mais contaram tal com opinião foram o galpão e a reforma da estrada. A estrada, o galpão e a eletricidade, nessa ordem de relevância pela opinião dos entrevistados, estão entre os elementos que trazem potencial de gerar ações (indexador = 1), porém ainda não são aquelas que se vinculam a melhorias. A irrigação apresenta forte opinião de apatia diante da dinamização das dimensões analisadas (indexador = -1). Uma outra informação muito evidente é a falta de atenção de todos elementos à dimensão ambiental (indexador = -1).

No Projeto Pronaf-Cootaquara, observa-se a alta incidência de opiniões em que três elementos do projeto (reforma do galpão, câmara fria e caminhão) apresentaram-se propiciando a produção de ações que trazem melhorias (indexador = 2). Nesse sentido, grande destaque se observa nas dimensões social e econômica. A dimensão política apresenta muitas opiniões discrepantes (indexador variando de 2 a -1). O processador de vegetais foi o elemento do projeto que mais apresentou opiniões de ser indiferente à dinamização das dimensões estudadas ou no máximo produzirem discussões (indexador entre 0 e -1). E, tal qual no outro projeto analisado, observou-se com muita evidência, a falta de atenção de todos elementos do projeto à dimensão ambiental (indexador = -1).

Além da síntese acima, há outras informações que se consolidou das entrevistas semi-estruturadas e dos contatos com técnicos da SEAPA/DF e EMATER/DF. No Assentamento Sítio Novo-1 a aplicação do recurso se deu para construir um projeto que estava voltado para a produção agropecuária. Nas entrevistas semi-estruturadas os agricultores beneficiários informam que participaram da elaboração do projeto. No entanto, o projeto executado acabou sendo subexplorado para trazer melhorias na qualidade de vida local. Os agricultores familiares tenderam a buscar ganho de renda em atividades fora do assentamento (diaristas, motoristas, serventes, etc.). No tocante à questão econômica as pessoas informam que ganham o suficiente para manter as necessidades básicas.

No entanto, a qualidade de vida é percebida pelos agricultores familiares como algo que melhorou muito (Figura 15). Os agricultores familiares tendem, discretamente, a afirmar que o Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 foi responsável pelas melhorias percebidas (Figura 16). Técnicos da SEAPA/DF informam que houve grande presença do serviço de extensão rural no local entre os anos de 1995 e 1998. Essa assistência não foi considerada como parte do

Projeto Pronaf-Sítio Novo-1, mas pode ter sido relevante na melhoria da qualidade de vida local e ter sido considerada pelos entrevistados como parte inerente ao Projeto Pronaf-Sítio Novo-1.

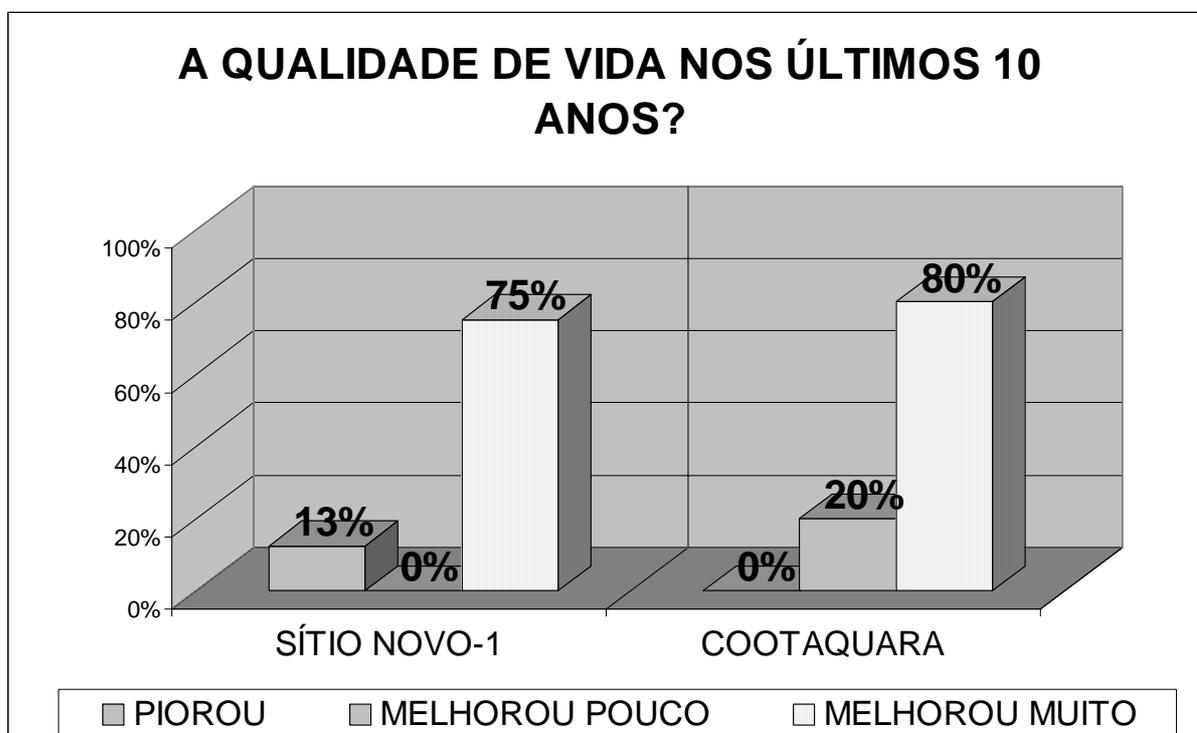


Figura 15 – Qualidade de vida declarada pelos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 e da Cootaquara.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares vinculados ao Assentamento Sítio Novo-1 e à Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006.

A organização dos esforços dos agricultores familiares para proveito conjunto dos elementos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 parece ser relativamente baixa. O projeto foi concluído, segundo informações locais, por volta do ano 2002 e até hoje (cerca de quatro anos depois) tende a ser percebido pelos agricultores familiares apenas como potencializadores de discussões para gerar ações de melhorias em análise de cada uma das dimensões do desenvolvimento sustentável consideradas neste trabalho. Vale observar que, segundo os entrevistados, houve problemas de ordem técnica no projeto de irrigação, o qual não conta com água suficiente para implementar agricultura irrigada. Apenas um agricultor familiar está usufruindo da irrigação.

Considerando todas as informações colhidas na análise das dimensões do desenvolvimento sustentável e também as referentes às entrevistas abertas com técnicos da Seapa/DF e da Emater/DF pode se inferir que no passado já houve uma união maior dos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1. Assim, vale questionar se teria faltado algo ao Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 para que esse bem sucedesse no fomento à organização dos agricultores familiares na busca conjunta de melhoria da qualidade de vida.

Segundo técnicos da SEAPA/DF houve uma especial atenção do governo local ao grupo de famílias que foram ali assentadas, assim como outras agricultores familiares historicamente abandonados pelas políticas públicas. Mas, com o passar do tempo esses grupos perderam aquela atenção do governo local e buscaram outras solução de trabalho e renda. Há informações locais que noticiam que quando o Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 teve a execução concluída as famílias já haviam montado uma estratégia de atividade econômica buscando trabalho no centro urbano, portanto, fora do assentamento, e, até hoje, não se dedicaram com empenho à vocação agropecuária pensada para a localidade pela orientação das políticas públicas do governo local.

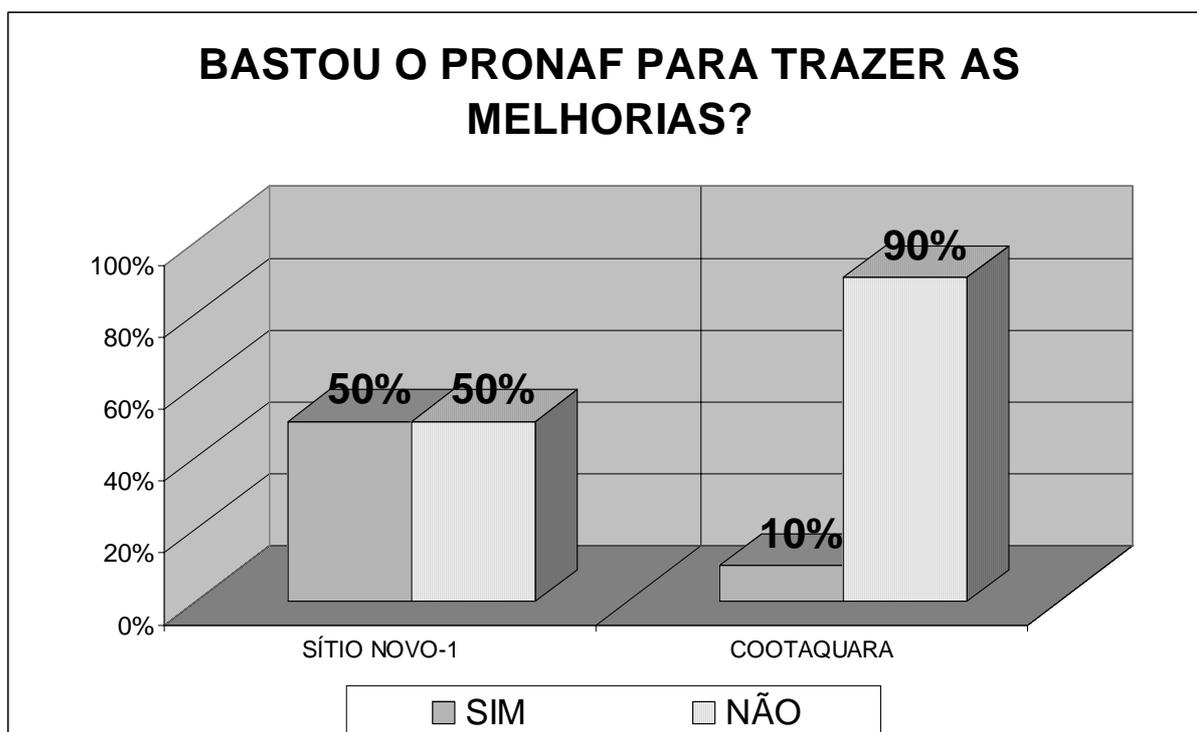


Figura 16– Ponto de vista dos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 e da Cootaquara sobre a suficiência dos recursos do PRONAF-INFRA para trazer as melhorias de qualidade de vida que eles declararam perceber.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares vinculados ao Assentamento Sítio Novo-1 e à Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006.

É importante considerar esse breve histórico para se analisar o resultado da pesquisa feita no presente trabalho. O Assentamento Sítio Novo-1 mostrou que os elementos do Projeto Pronaf-Sítio Novo-1 são úteis na promoção de discussões sem se verificar ações que tenham potencial de gerar melhorias. Trata-se de um entendimento baseado no ponto de vista dos próprios agricultores familiares a partir da observação e análise de dimensões (social, ambiental, política, econômica e territorial) que vêm sendo consideradas relevantes na proposta de desenvolvimento sustentável.

Contudo, isso não afetou a utilidade do que foi trazido pelo projeto. Apenas não está sendo usado primordialmente para a vocação que se pensou – a agropecuária. Mas, no

geral, foi e está sendo importante para a melhoria da qualidade de vida local, conforme dizem os agricultores familiares. Isso se dá devido à utilidade básica daquilo que foi pensado para o projeto, isto é, coisas que podem atingir muitos fins (eletricidade, acesso, armazenamento). O que foi pensado para ter utilidade específica (a irrigação), não está sendo útil sob a ótica dos agricultores. Aliás, não está sendo sequer funcional, pois, segundo informam os agricultores, não há água suficiente para projetos de irrigação.

Em outras palavras, de modo geral os agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 usufruem da utilidade do investimento feito com recursos públicos do PRONAF-INFRA. Talvez fosse mais interessante para o dono do recurso investido nessa política pública, isto é, o povo brasileiro, que após aplicar o recurso se verificasse a sua gestão para se saber sobre a efetividade do investimento e não apenas a sua utilidade. Assim, seria possível buscar um aperfeiçoamento das estratégias de modo a otimizar os esforços e minimizar os recursos para proporcionar melhorias.

Observa-se, no Sítio Novo-1, a presença de muitos agricultores familiares com estratégias econômicas fora da vocação agropecuária. Dos oito entrevistados apenas dois se concentram integralmente à atividade agropecuária, o que dá 75% dos entrevistados (Figura 15). Durante a aplicação dos questionários os entrevistados casualmente informavam que cerca de 80% das pessoas do assentamento tinham trabalho fora, o que se aproxima do observado na amostra. De maneira geral, os agricultores informam que a atividade agropecuária realizada no assentamento é incapaz de gerar recursos para além da subsistência.

No Sítio Novo a aplicação do recurso satisfaz, hoje, outras necessidades dos beneficiários, ainda que de forma diferente do que se pensou na elaboração do projeto. Grande maioria (75%) considera que a qualidade de vida melhorou significativamente e correlacionam tais melhorias à aplicação dos recursos do PRONAF-INFRA no local (Figura 12).

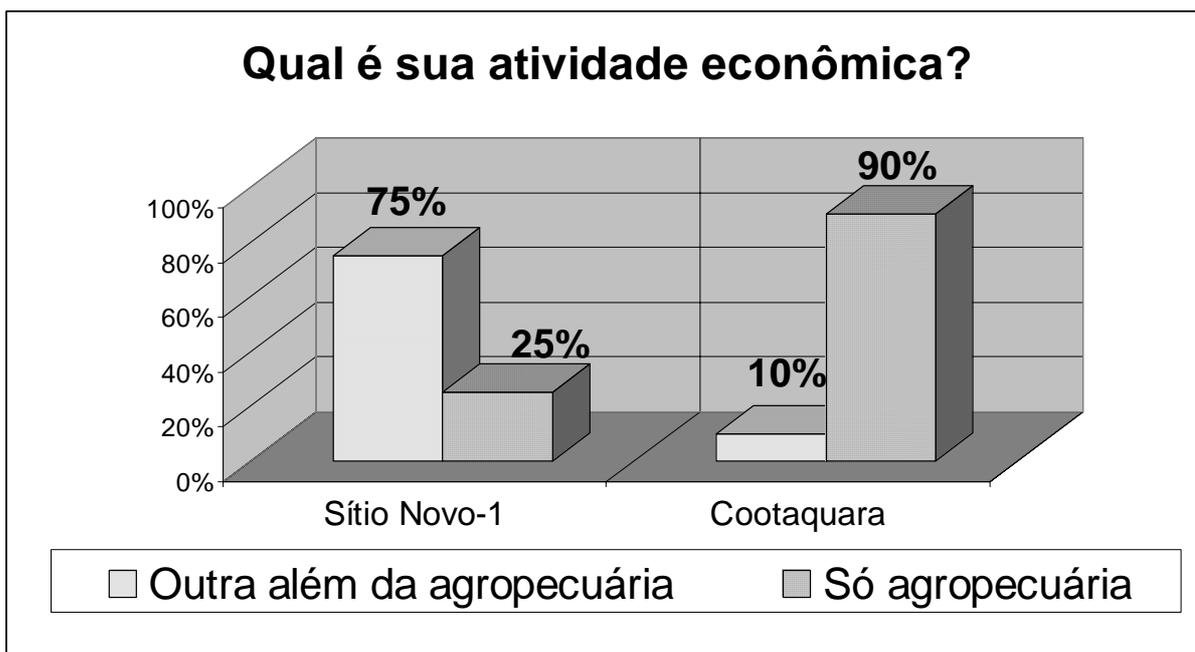


Figura 17 – Atividades econômicas dos agricultores familiares do Assentamento Sítio Novo-1 e da Cootaquara.

Fonte: Entrevistas com agricultores familiares vinculados ao Assentamento Sítio Novo-1 e à Cootaquara no Distrito Federal em nov.2006.

Guilherme Tollstadius Leal, à época Eng^o Agrônomo da EMATER, acompanhou a organização dos agricultores familiares que hoje compõem a Cootaquara. Ele informa que os agricultores familiares que compõem a Cootaquara são de diversas procedências e chegaram à localidade em diferentes épocas. Iniciaram sua organização em meados da década de 1990. Em 1997 fundaram uma associação para montar uma estratégia de comercialização. Nessa época os agricultores já se dedicavam a agricultura com finalidade profissional obtendo rendimentos para além da subsistência, mas tinham problemas na comercialização dos produtos. Quando chegou a oportunidade de receber o recurso do PRONAF os agricultores propuseram um projeto de infra-estrutura de comercialização feito com auxílio da EMATER/DF. O projeto foi aprovado com os recursos do PRONAF-INFRA do ano de 2000 e aplicado na reforma de um galpão preparando-o para uma agroindústria de processamento de vegetais, aquisição de equipamentos de processamento de vegetais, aquisição de uma câmara fria, aquisição de um caminhão e aquisição de um classificador de tomate e maracujá.

Os elementos do Projeto Pronaf-Cootaquara, mostram, sob a ótica dos agricultores familiares beneficiados, que de modo geral o recurso aplicado produz ações que trouxeram e trazem consideráveis melhorias, além de gerar discussões para busca de outras melhorias. Os agricultores entendem que a qualidade de vida melhorou muito nos últimos dez anos (Figura 15). Por um lado atribuem essa melhoria ao investimento inicial feito com

recursos para o Projeto Pronaf-Cootaquara. Contudo entendem que foram necessários outros recursos para garantir a qualidade de vida que hoje têm (Figura 16). Esse ponto de vista dos agricultores familiares também se baseou na análise de dimensões que vem sendo consideradas relevantes para o desenvolvimento sustentável.

O Projeto Pronaf-Cootaquara está funcionando dentro de uma utilidade específica de otimização da comercialização da produção dos agricultores familiares. Isso foi projetado desde o início por técnicos que estavam muito próximos da realidade local, em atendimento a uma demanda organizada pelos agricultores familiares. Ou seja, existia uma organização dos agricultores familiares que, para otimizar o alcance da satisfação de uma necessidade que tinham, demandaram a competência técnica de profissionais conhecedores da realidade local. Talvez essa coesão social esteja correlacionada com a forte dedicação que têm os agricultores familiares da Cootaquara à mesma atividade que é a agricultura (Figura 17). A partir do ponto de vista dos agricultores pode se inferir que nem tudo que foi projetado expressou a sua utilidade (processador e classificador), mas houve uma parte (caminhão, câmara fria e reforma do galpão) que expressou uma significativa utilidade para trazer importantes melhorias, principalmente aquelas relacionadas com a estabilidade da renda obtida com a produção e com o incentivo de aumentar a organização.

Na Cootaquara a aplicação do recurso do PRONAF-INFRA também veio ao encontro das necessidades dos beneficiários. Também se observa a maioria (80%) afirmando que a qualidade de vida melhorou muito (Figura 15). Mas entendem que houveram outros recursos para se alcançar tais melhorias, em que pese considerarem o Projeto Pronaf-Cootaquara fundamental para que as melhorias começassem a acontecer, ou seja não bastaram os recursos do PRONAF-INFRA (Figura 16).

Cabe ainda um breve comentário sobre alguns tópicos colocados inicialmente no trabalho. Observa-se a importância da organização dos agricultores familiares para se construir uma melhor participação na elaboração do projeto. Conforme mencionado, no Sítio Novo-1 os agricultores familiares não traziam uma história de vida conjunta, e mesmo que ainda tenham participado da elaboração do projeto que ora se analisa (como em peso informam nas entrevistas) a tendência é a construção de uma demanda baseada em atendimento às necessidades básicas, aproximando-se do que já fora observado por Abramovay (2001). E de fato o projeto foi útil nesse sentido. Os agricultores familiares da Cootaquara oportunizaram vantagens nesse aspecto, visto que há alguns anos vinham se organizando e quando surgiu a oportunidade do apoio do recurso do PRONAF-INFRA já tinham em mente um pleito e puderam estar bem ativos na participação da elaboração do projeto. É importante se relevar que os agricultores familiares da Cootaquara não eram de

uma classe econômica tão baixa quanto se observou no grupo do Sítio Novo-1. Contudo, ainda que a situação econômica seja uma distinção entre as duas localidades, é relevante se observar que na Cootaquara a organização dos agricultores familiares na elaboração do projeto foi maior do que ocorrida no Sítio Novo-1.

Observou-se nesta pesquisa que em ambas as situações estudadas há uma considerável parte dos elementos do projeto em funcionamento. Talvez nem sempre para a utilidade que se foi projetada, mas com certeza trazendo benefícios para os agricultores familiares. Há alguns elementos dos projetos que não se percebe a opinião dos agricultores sobre as suas utilidades. Se isso indica não estarem funcionando adequadamente para o benefício que foram projetados, então, observa-se alguma limitação no funcionamento da irrigação no Projeto Pronaf-Sítio Novo-1, bem como, no processador de vegetais e o classificador de tomate e maracujá no Projeto Pronaf-Cootaquara.

Observa-se diferente performance dos projetos em um contexto conjunto com outros equipamentos ou usos. Na Cootaquara, o caminhão, a câmara fria e a reforma do galpão funcionam praticamente em função um do outro e trazendo benefícios conforme o que foi projetado. No Sítio Novo-1 os elementos do projeto também funcionam para valorizar o funcionamento de outros equipamentos ou usos, porém trata-se de um funcionamento mais genérico, cujas utilidades não necessariamente constavam no projeto inicial, mas que atualmente propiciam melhoria de qualidade de vida (exemplo: uso do galpão para aulas de informática e capoeira)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Capítulo Um percebe-se a importância da organização dos cidadãos em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável aqui estudadas. A dimensão social destaca a importância de uma nova postura dos cidadãos em pensar e agir em conjunto na conquista de melhorias da qualidade de vida¹⁸ para todos. A dimensão ambiental se faz importante à medida que as pessoas atentem para a necessidade de cuidado com os recursos naturais necessários a manutenção da vida no planeta, bem como, dediquem-se ao tratamento adequado dos resíduos da interferência do homem nos ecossistemas. A importância da dimensão política se dá quando os cidadãos buscam se organizar para efetivamente participarem dos espaços de decisões e de gestão para atendimento das demandas da sociedade nas políticas públicas e para além dessas. A dimensão econômica se faz importante à medida que os cidadãos se organizam para, com inteligência, montarem estratégias conjuntas que visem à geração de trabalho e renda para lidar com o mercado cada vez mais globalizado. Enfim, a dimensão territorial, que se faz importante à medida que os cidadãos organizam-se para valorizarem e utilizarem o potencial local junto a organizações de outras localidades para, em cooperação, buscarem melhorias e se prepararem para aproveitarem as oportunidades que surgem.

Em ambos os projetos observou-se a importância da organização dos agricultores familiares, isto é, percebeu-se a relevância do interesse dos agricultores familiares em conjugarem esforços para buscarem ações de melhoria de qualidade de vida para todos. No Sítio Novo-1 as informações coletadas permitem inferir que falta organização entre os agricultores familiares nessa conjugação de esforços. Os lotes estão fisicamente próximos, mas a falta de espírito de grupo não possibilitou o encontro de estratégias conjuntas para vencer as limitações que pudessem viabilizar, por exemplo, a atividade agropecuária para a qual receberam, segundo técnicos da SEAPA/DF e da EMATER/DF, grande suporte da extensão rural. Houve sim melhoria de qualidade de vida, porém devido a projetos individuais fora do assentamento, ou seja, a melhoria foi mais devido à pluriatividade do que devido ao propiciado pelo Projeto Pronaf-Sítio Novo-1. Ora, se desde o início fosse vislumbrado ativar a pluriatividade para o alcance de melhoria na qualidade de vida

¹⁸ No tocante a qualidade de vida faz-se importante se considerar o conceito trabalhado por Rosa Maria Faria Asmus em sua tese de doutorado. Asmus entende que para compreensão da qualidade de vida devem-se abordar análises a partir de eixos objetivos e subjetivos relacionados a diversas dimensões, e sugere um modelo para avaliação da qualidade de vida a partir do levantamento de variáveis para as seguintes dimensões: saúde, bem-estar material, bem-estar emocional, ambiente, produtividade, educação e segurança. Observa esta autora que “o eixo objetivo compreende medidas culturalmente relevantes do bem-estar” [...] e “o eixo subjetivo compreende a satisfação promovida pelas dimensões e a avaliação da sua importância para o indivíduo” (ASMUS, 2004 p.30).

daquelas famílias, provavelmente o projeto seria diferente, e, possivelmente, o recurso melhor aplicado.

Enfim, o aproveitamento da experiência observada no Sítio Novo-1 pode se dar à medida que se procura resposta para algumas questões. Por que esses agricultores não mobilizaram seus esforços para atuarem em conjunto? Será que a extensão rural poderia atuar no sentido de fazerem exercitar a necessidade de se organizar? Que técnicas poderiam ser usadas para fomentar tal organização? É possível que os elementos da discussão do que se abordou nas dimensões do desenvolvimento sustentável estejam presentes nas respostas a essas perguntas. Ou seja, achar formas de se fomentar a organização dos esforços dos agricultores familiares visando à melhoria da qualidade de vida, parece apontar como elemento chave no avanço das dimensões do desenvolvimento sustentável.

Na Cootaquara, conforme relato de técnicos, já existia rudimentos da atual organização dos agricultores familiares há alguns anos antes do recurso do PRONAF-INFRA auxiliar na consolidação de um projeto. Segundo os agricultores familiares esses recursos do Estado não foram suficientes para o que hoje se tem de melhorias de qualidade de vida, contudo, foi relativamente bem aproveitado para a expressão de uma vocação potencial pensada no projeto. Vocação essa que entre possíveis erros e acertos foi amadurecendo por alguns anos de modo a permitir aos agricultores familiares o acúmulo de experiência para saber demandar a competência de técnicos para elaboração conjunta de um projeto. Ou seja, tinham um saber vivido antes de solicitar ajuda do Estado por meio do PRONAF-INFRA. Isso parece ter sido relevante para diminuir o risco de errarem no pedido de apoio a um projeto. Poderia ter sido melhor? Talvez sim. Contudo, há indicação de que houve um significativo acerto, que é amplamente percebido pelos beneficiários. Há que se explorar o sucesso dessa experiência.

O estudo de caso mostrou ser importante o aproveitamento das informações dos beneficiários da aplicação dos recursos do PRONAF-INFRA em ambos os projetos analisados. Trata-se de ponto de vista daqueles que são, em última instância, o alvo do sucesso ou insucesso das tentativas das políticas públicas em correlacionar a democracia a um estilo de desenvolvimento. É importante que a aplicação dos recursos tenha destino para algo mais do que a simples utilidade para os beneficiários. É importante, quiçá o ideal, que esteja funcionando e gerando melhorias consideráveis para aquilo que foi projetado. Isso tende a implicar em menos necessidades de outras políticas públicas para atender necessidades não supridas adequadamente pelo desenho do projeto.

Assim, observa-se que as informações providas da opinião dos beneficiários de uma política pública, neste caso os agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF-INFRA, são de grande valia para a evolução da democracia. Para além da efetiva participação na deliberação de decisões de aplicação de recursos, é importante saber como as experiências locais são percebidas pelos cidadãos. Para isso, é importante que se reflita sobre o posicionamento daqueles que são alvo da ação da política pública, tanto no tocante às conquistas, quanto no tocante às frustrações. Essa foi a ansiedade que norteou o presente trabalho. De forma sintética, extrai-se do presente estudo de caso que a organização dos esforços dos agricultores familiares para a busca de melhorias de qualidade de vida foi importante para que houvesse um melhor aproveitamento dos recursos do PRONAF.

Este estudo baseou-se no levantamento da situação atual da opinião dos agricultores familiares. No entanto, ainda que tais opiniões tenham sido bem representativas dentro da população amostrada, é importante, para a otimização do resultado de novas políticas públicas, que se levantem as razões que levaram os agricultores familiares a adotarem os posicionamentos observados. É fundamental que se preze pelas opiniões dos agricultores familiares, mas é importante se reconhecer a relevância de outras informações que ampliem o entendimento da realidade em pauta, principalmente quando se pensa na adoção de novas políticas públicas. Entende-se que o passado desses agricultores familiares tenha feito com que eles decidissem por determinadas opções de vida. No Sítio Novo-1 os agricultores familiares decidiram vender trabalho fora do assentamento, em que pese os investimentos do PRONAF-INFRA para geração de trabalho local. Na Cootaquara os agricultores familiares aplicaram o recurso do PRONAF-INFRA para reforçar a ação conjunta que trouxe benefício a todos. É possível que a realidade passada tenha relevância para se entender as decisões dos agricultores familiares de ambas as localidades. Nesse sentido, as informações obtidas neste trabalho agregadas a outras que aprofundem no levantamento de informações históricas e conjunturais podem oferecer dados que subsidiem uma melhor adequação de futuras políticas públicas para as realidades estudadas.

Seria importante que estudos como este, dentre outros que trazem informações da opinião dos cidadãos no tocante às políticas públicas, tivessem relevância também junto a instituições que atuam como Agências Financeiras Oficiais de Fomento. Essas, no papel de mandatárias da União, facultativamente, atuam intermediando as transferências financeiras do Tesouro Nacional para órgãos públicos e entidades públicas e privadas, conforme destaca o artigo 111 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 – LDO/2006¹⁹. No caso

¹⁹ BRASIL. Lei Ordinária nº 11.178 de 20 de setembro de 2005. *Lex*: diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Federal de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11178.htm. Acesso em: 07 jan.2007.

da Caixa Econômica Federal, que é uma dessas agências oficiais, a empresa acumula experiências em operações de financiamento habitacional e de saneamento, o que a faz se auto-avaliar como importante parceira dos estados e municípios nas diversas operações junto ao Governo Federal²⁰. Qualificações de similar importância podem ser observadas, também, em outras instituições como o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil, dentre outras Agências Financeiras Oficiais de Fomento.

O importante a se ressaltar aqui é o reforço que pode ser conferido ao desempenho das Agências Financeiras Oficiais de Fomento. Essas podem atuar melhor, à medida que otimizem a aplicação dos recursos públicos, se puderem contar com uma atuação bem sucedida da mobilização dos cidadãos, desde que esses busquem uma crescente participação nos processos de decisão, implantação e manutenção dos empreendimentos financiados pelo Tesouro Nacional. Assim, mais do que facilitar a aplicação dos recursos públicos, é possível agregar à experiência atual de tais agências oficiais a mobilização dos cidadãos, visando a um duplo propósito. Melhorar a atuação de tais agências oficiais na transferência de recursos públicos, ao mesmo tempo em que se potencializa o resultado da aplicação dos recursos de políticas públicas. Em outras palavras, alia-se a competência da transferência dos recursos públicos com a melhoria no alcance dos resultados sociais provindos dos investimentos realizados.

Assim, este trabalho indica que as dimensões de sustentabilidade devem ser levadas em conta no processo de gestão dos recursos públicos. Para isso, é importante que tais dimensões façam parte do olhar dos gestores dos recursos públicos na definição de seus programas, ações e projetos. Da mesma forma, é também importante que as Agências Financeiras Oficiais de Fomento avaliem a atuação das dimensões do desenvolvimento sustentável dos projetos que atuam para, enfim, gerarem novas ações estratégicas ou fortalecerem as ações já existentes.

O estudo de caso do presente trabalho mostra que a organização dos esforços dos agricultores familiares beneficiários do PRONAF-INFRA, visando à melhoria da qualidade de vida, resulta em melhor aproveitamento dos recursos investidos e, conseqüentemente, mais sucesso da política pública. Assim, sugere-se para futuros estudos que se analise a organização dos cidadãos e sua influência na continuidade da atuação das políticas públicas. Para isso colocam-se algumas questões: qual é a participação social que colabora com a atuação contínua das políticas públicas? O que se extrai do sucesso e do insucesso

²⁰ Conforme observado em http://melhorespraticas.caixa.gov.br/sobre_caixa.asp?idioma=p, acesso em 07.jan.2007

de experiências que visam à interação dos cidadãos nas políticas públicas? Que resultados observam as Agências Financeiras Oficiais de Fomento quando executam a transferência de recursos do Tesouro Nacional com uma efetiva participação da sociedade? Qual é a efetividade da participação social nas políticas públicas no avanço do desenvolvimento sustentável no contexto das dimensões abordadas no presente trabalho? Dessa forma, propicia-se o acúmulo de informações de como a atuação da política pública pode contribuir no avanço do desenvolvimento sustentável procurando-se revelar vantagens, bem como, limitações inerentes a esse desafiante estilo de desenvolver que atualmente se mostra cada vez mais necessário conhecer.

Por fim, é preciso deixar claro que as considerações do presente trabalho se restringem a uma pequena observação do que representa a realidade dos projetos que recebem recursos do PRONAF-INFRA. Ademais, deve-se lembrar que nem sempre a realidade observada no Distrito Federal pode ser comparada com a que ocorre nas demais Unidades da Federação (estados e municípios). Talvez a proximidade física com o centro urbano da capital nacional possibilite que alguns processos sejam facilitados. Ou seja, é possível que a realidade do resto do país seja mais drástica do que o aqui observado. No entanto, a pequena observação deste estudo passa a ter um significado maior à medida que se observa que a aplicação dos recursos do PRONAF-INFRA, longe de servirem de modelo exemplar, apresentam dificuldades recorrentes em muitos municípios, mesmo com toda essa suposta facilidade provinda da proximidade com o DF. Considerando isso, propõe-se a seguir algumas hipóteses que se sugere investigação mais profunda em trabalhos futuros, levando-se em conta, dentre outros pontos de vista, os dos agricultores familiares:

Hipótese 1: A realidade do mundo rural na maioria dos municípios brasileiros tem precária organização dos agricultores familiares para juntos buscarem melhorias de qualidade de vida²¹.

Hipótese 2: Os efeitos gerados por grande parte dos recursos do PRONAF-INFRA em geral não promovem o avanço do desenvolvimento sustentável, considerando suas dimensões, tais como as que aqui foram trabalhadas. Considera-se, nesse entendimento sobre desenvolvimento sustentável, que a organização dos agricultores familiares é elemento chave no avanço das dimensões do desenvolvimento sustentável (conforme trazido no Capítulo Um). Assim, ainda que muito se fale sobre a urgência da necessidade de avanço da proposta de desenvolvimento sustentável, em geral, não se observam, na implementação da linha do PRONAF referente ao financiamento de infra-estrutura e serviços (PRONAF-INFRA), contribuições significativas para mudança do processo de

²¹ Qualidade de vida conforme o conceito trabalhado por Rosa Maria Faria Asmus (ASMUS, 2004).

exclusão que vitima o mundo rural, especificamente, devido a imposição das perversas conseqüências da denominada modernização conservadora na vida dos agricultores familiares.

Hipótese 3: Talvez ainda seja cedo para se fazer avaliações da aplicação dos recursos do PRONAT. Mas, seria importante se verificar se a hipótese acima colocada para o PRONAF-INFRA, que tinha atuação focada no âmbito do município, replicar-se-ia agora no PRONAT, que tem foco nos territórios rurais, conforme denominação do próprio gestor do recurso federal (MDA).

Hipótese 4: As posições de diversos autores apresentadas no Capítulo Um revelam a importância da harmonia entre as dimensões aqui estudadas para o avanço do desenvolvimento sustentável. Talvez o maior desafio da proposta de desenvolvimento sustentável seja fazer com que o fortalecimento de tais dimensões não se dê em detrimento do desenvolvimento de outra dimensão. Levanta-se, nesta hipótese, a suposição de que há uma distância entre o discurso e a prática dos gestores dos recursos públicos, bem como das Agências Financeiras Oficiais de Fomento. Assim, na efetividade de seus programas e ações essas organizações não levam em conta essa harmonia entre as dimensões para o avanço do desenvolvimento sustentável, ainda que em geral, pelo menos em tese, defendam tal proposta.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, set./dez.2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 dez.2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, p.35-64, nov.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02.pdf> . Acesso em: 17 nov.2006.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, SP, vol. IV, n. 2, p.379-397abr./jun.2000. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf. Acesso em: 26 nov.2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.40, n. 2, p.235-264, abr/jun.2002.

ALDRIGHI, Dante Mendes. Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à Teoria dos Mercados Financeiros. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.26, n.1 jan-mar.2006. p.137-157. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a08v26n1.pdf> Acesso em:21 nov.2006.

ALTAFIN, Iara Guimarães. G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. 2003. 225f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – CDS/UnB, Brasília.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O desafio ecológico – utopia e realidade**. São Paulo: Hucitec, 1994, 108p.

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.14, n.40, p.111-141, 1999.

ASMUS, Rosa Maria Farias. **Qualidade de vida na agricultura familiar**. 2004. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – CDS/UnB, Brasília.

BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente – As estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997, 156p.

BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do Solo**. São Paulo: Ícone, 1990, 355p.

BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados**, [s.l.], vol.42, n.4, 1999.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 05 mai.2006

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999, 326p.

BRASIL – MDA. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. **Série Documentos Institucionais - SDT/MDA**, Brasília, n. 2, 2005a.

BRASIL – MDA. **PRONAF 2002 – Relatório institucional**. Brasília: MDA/SAF, 2002, 72p,.

BRASIL – MDA. Referências para a gestão social de territórios rurais. **Série Documentos Institucionais - SDT/MDA**, Brasília, n. 3, 2005b.

BRASIL, Ida Cláudia Pessoa. **Estado, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: construção de uma relação diferenciada**. 2004. 238f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – CDS/UnB, Brasília.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília: MEPF/INCRA/IICA. 1999. 104p. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>. Acesso em: 16 nov.2006

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimentos sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. 2002. 184f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/6828.pdf> Acesso em: 20 nov.2006

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R.(orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, cap.13, p.323-344.

CHABOUSSOU, Francis. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos (a teoria da trofobiase)**. Porto Alegre: L&PM, 1987, 256p.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CNUMAD. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, 2001, 598p.

COELHO, Franklin Dias. **Desenvolvimento econômico local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização**. Santiago, Chile. Projeto Cepal/GTZ., 2000, 54p. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/2/6062/lcr1972e.pdf>. Acesso em: 16 nov.2006.

COSTA NETO, Canrobert P. L. ; ANJOS, Maylta. B. Dimensões sociais da sustentabilidade em assentamentos rurais no Brasil: uma abordagem teórico-metodológica. In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA RURAL, 10. / CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro **Anais...** Rio de Janeiro: Mundo Virtual Multimídia, 2000. disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/15.pdf> . Acesso em: 19.jun.2006.

COSTA NETO, Canrobert P. L. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (Orgs.). **Mundo rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, cap.12, p.299-321.

DALL'ACQUA, Fernando Maida. Alimentos: uma década de crise. **Rev. Bras.Tecnol.**, Brasília, v.16, n.1, p.5-10, jan./fev. 2003.

DRUMMOND, José Augusto. **A exploração de recursos naturais numa ordem competitiva: um estudo sobre as falhas do mercado e o conflito entre as indústrias de ostra e de pasta de papel em Shelton (Washington, EUA)**. Niterói, RJ. Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995, 39p.

DUARTE, Laura Maria Goulart. Desenvolvimento sustentável: um olhar sobre os cerrados brasileiros. In: _____, THEODORO, Suzi Huff (orgs.). **Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p.11-22.

DUARTE, Laura Maria Goulart; MATTEI, Lauro. Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Série Documentos do CONDRAF - SDT/MDA**, Brasília, n. 1, p. 13-55, 2005.

DUARTE, Laura Maria Goulart; WEHRMANN, Magda Eva Soares de Faria. Desenvolvimento e sustentabilidade: desafios para o século XXI. **Revista de Planejamento Regional**, Salvador-BA, p.15-24, 2002.

FAVARETO, Arilson; DEMARCO, Diogo (coords.). **Políticas públicas, participação social e as instituições para o desenvolvimento rural sustentável – uma avaliação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural**. Plural/IICA, São Paulo / Brasília, Convênio 201087/01 – SAF/MDA, mai.2002, 82p. Disponível em: http://www.pronaf.gov.br/textos_e_estudos/avaliacao_c.htm . Acesso em: 20 nov.2005.

FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático/CUT/FASE, 2002. 200p.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F.G.; GARCIA, R.C. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. (Orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001, p.479-539.

GEHLEN,IVALDO. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.2, p.95-103, 2004.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n.11, p. 20-26, jan-jun.2004.

GROS, Denise B. L. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Rev. Bras. de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.54, p.143-159, fev.2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 ago.2006.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Avaliação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural – PMDRs em quatro estados: ES, MS, PE, SC. Relatório Final da Avaliação**. Brasília: IICA-MDA-SAF, 2001.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: IICA / Recife: SEPLAN, 1998, 316p. Disponível em: http://www.iica.org.br/index_Publicacoes_PublicacoesIICA.htm . Acesso em 15 nov.2006

LUBAMBO, Catia W.; COUTINHO, Henrique G. Conselhos gestores e o processo de descentralização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.4, p.62-72, 2004.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. 2005, 328p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, CDS/UnB, Brasília.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estud. Av.** São Paulo, v.15, n. 43, dez.2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 26 nov.2006.

MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (Orgs.). **Mundo rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, cap.10, p.239-265.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. Av.** São Paulo, v.15, n. 43, dez.2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 02 mar.2006.

NEPP – NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS/UNICAMP. **Avaliação qualitativa de programas sociais prioritários: síntese dos principais resultados da pesquisa de campo**. Campinas: Unicamp, 1999., 232p.

OLIVEIRA, Maria Neuza da Silva. **Agricultura e sustentabilidade nos núcleos rurais da bacia hidrográfica do ribeirão Pípiripau**. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – CDS/UnB, Brasília.

PASCHOAL, Adilson D. **Produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI - Guia técnico e normativo para o**

produtor, o comerciante e o industrial de alimentos orgânicos e insumos naturais. [S.l.] [s.n.], 1994, 191p.

PETRELLA, Riccardo. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 159p.

PRIMAVESI, Ana. **Agricultura Sustentável.** São Paulo: Nobel, 1992, 142p.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais. O Pólo de Modernização Tecnológica da Serra – Rio Grande do Sul – Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n.11, p.148-183, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a08.pdf>. Acesso em: 17 nov.2006

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, ,2002, 96p.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 30, 1997, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a14.pdf> . Acesso em: 20 nov.2006

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 152p.

SATO, A. K. Descentralização: um tema complexo. **IPEA – Série Textos para Discussão**, Brasília, n. 314, out.1993. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/1993/td_0314.pdf . Acesso em 21 nov.2005.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, n 11, Jan./jun. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07.abr.2006.

SEPULVEDA, Sérgio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local.** Brasília: IICA, 2005, 296p.

SILVA, Gabriela Tunes. **Sobre raízes e utopias: caminhos contemporâneos do desenvolvimento situado.** 2005, 187p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, CDS/UnB, Brasília.

SILVEIRA, Aline Dario. **Avaliação de ações de empreendimentos ecoturísticos considerando a integração das dimensões conceituais do ecodesenvolvimento e do ecoturismo.** 2003. 237f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/9193.pdf> . Acesso em: 20 nov.2006.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, nº 87, p.40-49, dez-fev/2000/2001. disponível em: <http://www.grupochochlavi.org/php/doc/documentos/multifuncionalidad.pdf> . Acesso em: 21 nov.2005

STIGLITZ, Joseph E. Por que o Brasil não pode crescer rápido? **Correio Braziliense**, Brasília, 21 nov.2006. Caderno Política, seção Entrevista, p.4.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002, 304p.

WAGNER, Elmar. Desenvolvimento da região dos Cerrados. In: GOEDERT, Wenceslau J. (org). **Solos dos Cerrados: tecnologias e estratégias de manejo**. São Paulo: Nobel / Brasília: EMBRAPA – Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, p.19-31, 1985.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Giarracca, Norma. **Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001, Parte I, p.31-44. ISBN: 950-9231-58-4

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf> .
Acesso em: 17 out.2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – PLANILHAS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO ESTUDO DE CASO

<u>SÍTIO NOVO-1</u>							
AÇÕES	Valor (R\$1,00)	DIMENSÕES					GESTÃO DO USO
		SOCIAL	AMBIENTAL	POLÍTICA	ECONÔMICA	TERRITORIAL	
IRRIGAÇÃO	66.600,00	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
ELETRICI- DADE	15.000,00	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
GALPÃO	62.400,00	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
ESTRADAS	16.000,00	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
<i>160.000,00</i>							

<u>COOTAQUARA</u>							
AÇÕES	Valor (R\$1,00)	DIMENSÕES					GESTÃO DO USO
		SOCIAL	AMBIENTAL	POLÍTICA	ECONÔMICA	TERRITORIAL	
REFORMA DO GALPÃO DO PRODUTOR	20.521,49	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
EQUIP. PROCESS. VEGETAIS	15.000,00	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
CÂMARA FRIA	16.500,00	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
CAMINHÃO 5t	48.040,00	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
CASSIFICADO R TOMATE E MARACUJÁ	5.000,00	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:	indexador:
<i>98.558,15</i>							

ANEXO 2 – DADOS SOBRE O ENTREVISTADO E PERGUNTAS FINAIS

PESQUISA MESTRADO UnB/CDS

Aurélio Cruz (61 - 9965.3533/3343.2374) Nov.2006

- () CDR- Planaltina
 () CIAT Águas Emendadas

Local:

() SÍTIO NOVO 1

() COOTAQUARA

ENTREVISTADO:

- () AGRICULTOR () DIRIGENTE (do Estado ou de Organização Civil (Ong, CDR, Sindicato, etc)

DADOS DO(A) ENTREVISTADO (A):**IDENTIFICAÇÃO**

NOME	
Endereço / telefone	
Idade	
Sexo	
Estado civil	
Escolaridade	
Nº filhos/sexo/idade	
Nº pessoas que vivem junto	
Saiu do cidade para morar no campo?	() sim () não Há quanto tempo?

Qual é a maior atividade da mulher?

Qual a maior atividade dos filhos?

MORADIA DA FAMÍLIA:

Sua residência é:

- () própria () alugada () emprestada () posse irregular () outros: _____

Mora aqui há:

- () menos de 2 anos () de 2 a 5 anos () de 5 a 10 anos () mais de 10 anos

Tem vontade de mudar de onde mora: () não () sim, para onde: _____

AO BENEFICIÁRIO DAS AÇÕES DO CDR Planaltina ou CIAT Águas Emendadas.

- ✓ O CDR Planaltina se faz presente na comunidade _____? Como?
- ✓ Você participa ou já participou do CDR Planaltina?
Quando?
Como? (em que papel?)
Durante quanto tempo?
- ✓ Citar ações de CDR feitas nesta comunidade. Você faz uso dessas ações? Quais? (marcar abaixo):

SÍTIO NOVO - 1	COOTAQUARA
() Irrigação	() Reforma galpão
() Energia elétrica	() Equip. processam de vegetais
() Armazenamento (galpão)	() Câmara fria
() Estradas	() Caminhão 5t
() Há outras? Quais	() Classificador tomate e marac
	() Recup estradas
	() Recup bacias de retenção

- ✓ A elaboração do projeto foi feita com participação da comunidade?
- ✓ Qual (is) é(são) sua(s) atividades econômica?
- ✓ A qualidade de vida melhorou nos últimos 10 anos? Como?
- ✓ Bastou o recurso do Pronaf para que tais melhorias acontecessem?
- ✓ Posso publicar essas informações?

ANEXO 3 – MATRIZ PARA SELEÇÃO DO INDEXADOR DE RESPOSTAS

DOS QUESTIONÁRIOS DO ESTUDO DE CASO

SOCIAL

Base para nivelamento: Relação das pessoas para agirem em conjunto, em grupo, para busca de melhorias.

Questão: O (citar o elemento XX do projeto) interfere nessa questão? Como?

- 2 → produziu ações de melhorias com importantes mudanças na qualidade de vida.
- 1 → produz ações que podem trazer melhorias, mas sem importantes mudanças atualmente.
- 0 → produz debates
- 1 → não interfere.
- 2 → atrapalha, inibe, impede ou prejudica ações e debates

AMBIENTAL

Base para nivelamento: É o cuidado com as fontes de recursos naturais (matas, rios, solo, etc) e também o tratamento das sobras e lixos.

Questão: A (citar o elemento do projeto XX) interfere nessa questão? Como?

- 2 → produziu ações de melhorias com importantes mudanças no cuidado com os recursos naturais e tratamento das sobras e lixos.
- 1 → produz ações que podem trazer melhorias, mas sem importantes mudanças atualmente.
- 0 → produz debates
- 1 → não interfere.
- 2 → atrapalha, inibe, impede ou prejudica ações e debates

POLÍTICO

Base para nivelamento: É a atuação organizada das pessoas para buscar a atenção das políticas públicas (do governo) para trazer melhorias por meio de programas e serviços públicos do Estado.

Questão: A (citar o elemento do projeto XX) interfere nessa questão? Como?

- 2 → produziu ações de melhorias com importantes mudanças nos programas e serviços públicos do Estado
- 1 → produz ações que podem trazer melhorias, mas sem importantes mudanças atualmente.
- 0 → produz debates
- 1 → não interfere.
- 2 → atrapalha, inibe, impede ou prejudica ações e debates

ECONÔMICO

Base para nivelamento: É a atuação em conjunto das pessoas para buscarem estratégias do grupo para gerar trabalho e renda.

Questão: A (citar o elemento do projeto XX) interfere nessa questão? Como?

- 2 → produziu ações de melhorias com importantes mudanças na geração de trabalho e renda para além das necessidades do dia-a-dia (mais que a subsistência).
- 1 → produziu ações de melhorias com importantes mudanças na geração de trabalho e renda para só para as necessidades de dia-a-dia (subsistência)
- 0 → produz debates
- 1 → não interfere
- 2 → atrapalha, inibe, impede ou prejudica ações e debates

TERRITORIAL

Base para nivelamento: É a relação do conjunto das pessoas daqui com organização ou pessoas de outros locais mais distantes para fortalecer a ação conjunta entre as localidades vizinhas. Assim, essas localidades, unidas e em cooperação podem buscar melhorias e aproveitarem oportunidades.

Questão: A (citar o elemento do projeto XX) interfere nessa questão? Como?

- 2 → produziu ações de melhorias com importantes mudanças no fortalecimento da ação conjunta de localidades vizinhas, para em cooperação, buscarem melhorias e aproveitarem oportunidades.
- 1 → produz ações que podem trazer melhorias, mas sem importantes mudanças atualmente.
- 0 → produz debates
- 1 → não interfere.
- 2 → atrapalha, inibe, impede ou prejudica ações e debates

INTERAÇÃO DA GESTÃO DE USO:

Questão: O uso ou funcionamento da (citar o elemento do projeto XX) é importante para o funcionamento ou uso de outras coisas por aqui? Como?

- 2 → produziu ações de melhorias com importantes mudanças junto com o funcionamento de outras coisas
- 1 → produz ações que podem trazer melhorias, mas sem importantes mudanças atualmente.
- 0 → produz debates
- 1 → não interfere.
- 2 → atrapalha, inibe, impede ou prejudica ações e debates